

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	17
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	18
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	21
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	128
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	129
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	130
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	131
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	132
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	133
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	755.993.938
Preferenciais	1.058.567.972
Total	1.814.561.910
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	10.662.603	10.564.296
1.01	Ativo Circulante	546.199	1.749.707
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	24.327	313.687
1.01.02	Aplicações Financeiras	261.157	1.182.802
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	261.157	1.182.802
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	261.157	1.182.802
1.01.03	Contas a Receber	32.860	34.842
1.01.03.01	Clientes	32.860	34.842
1.01.04	Estoques	86	104
1.01.06	Tributos a Recuperar	80.710	88.855
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	147.059	129.417
1.01.08.03	Outros	147.059	129.417
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	116.090	101.938
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	2.741	2.286
1.01.08.03.03	Títulos de créditos a receber	139	144
1.01.08.03.04	Outros créditos	28.089	25.049
1.02	Ativo Não Circulante	10.116.404	8.814.589
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.572.945	1.654.331
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.254.871	1.248.900
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	192.632	186.396
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	125.442	219.035
1.02.01.09.03	Depósitos e cauções vinculados	190	179
1.02.01.09.04	Títulos de créditos a receber	48	78
1.02.01.09.05	Tributos a recuperar	34.813	20.185
1.02.01.09.06	Instrumentos financeiros derivativos	28.371	26.970
1.02.01.09.07	Outros	62.020	171.623
1.02.02	Investimentos	8.478.322	7.095.503
1.02.02.01	Participações Societárias	8.478.322	7.095.503
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	8.385.386	7.085.524
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	92.936	9.979
1.02.03	Imobilizado	50.321	51.068
1.02.04	Intangível	14.816	13.687
1.02.04.01	Intangíveis	14.816	13.687

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	10.662.603	10.564.296
2.01	Passivo Circulante	971.570	1.194.556
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.583	6.965
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.583	6.965
2.01.01.01.01	Impostos e contribuições sociais	5.583	6.965
2.01.02	Fornecedores	744	2.962
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	657.610	647.780
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	154.211	155.677
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	154.211	155.677
2.01.04.02	Debêntures	503.399	492.103
2.01.05	Outras Obrigações	307.633	536.849
2.01.05.02	Outros	307.633	536.849
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	53.236	288.540
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	7.897	2.331
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	8.741	7.080
2.01.05.02.06	Benefícios pós emprego	1.845	1.845
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	1.437	1.480
2.01.05.02.08	Arrendamentos operacionais	71	0
2.01.05.02.09	Outros passivos	234.406	235.573
2.02	Passivo Não Circulante	4.058.622	3.981.599
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.215.314	3.197.523
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	308.422	311.354
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	308.422	311.354
2.02.01.02	Debêntures	2.906.892	2.886.169
2.02.02	Outras Obrigações	563.375	506.298
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.934	68.926
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.934	68.926
2.02.02.02	Outros	557.441	437.372
2.02.02.02.03	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.342	1.286
2.02.02.02.04	Benefícios pós emprego	8.500	8.038
2.02.02.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	541.596	422.906
2.02.02.02.06	Impostos e contribuições sociais	222	115
2.02.02.02.07	Fornecedores	267	265
2.02.02.02.08	Arrendamentos operacionais	697	0
2.02.02.02.09	Outros passivos	4.817	4.762
2.02.03	Tributos Diferidos	279.933	277.778
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	279.933	277.778
2.03	Patrimônio Líquido	5.632.411	5.388.141
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	325.477	194.729
2.03.02.07	Custo com emissões de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Outras reservas	391.200	260.452
2.03.04	Reservas de Lucros	2.053.299	2.053.299
2.03.04.01	Reserva Legal	206.842	206.842
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.841.111	1.841.111
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	5.346	5.346

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	113.522	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-223.572	-223.572

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.035	35.135
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.991	-8.025
3.02.01	Pessoal e administradores	-22.017	-4.691
3.02.02	Benefícios pós emprego	-360	-306
3.02.03	Material	-257	-71
3.02.04	Serviços de Terceiros	-2.649	-1.603
3.02.05	Amortização e Depreciação	-1.597	-1.321
3.02.06	Outras Despesas	-111	-33
3.03	Resultado Bruto	20.044	27.110
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	269.256	237.413
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.261	-26.865
3.04.02.02	Pessoal e administradores	-1.479	-11.958
3.04.02.03	Benefícios pós emprego	-412	-213
3.04.02.04	Material	-269	-134
3.04.02.05	Serviços Terceiros	-7.449	-12.858
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-807	-670
3.04.02.07	Outras	-800	-1.012
3.04.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-45	-20
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	44	68
3.04.04.02	Outros	44	68
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	280.473	264.210
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	289.300	264.523
3.06	Resultado Financeiro	-173.623	-133.483
3.06.01	Receitas Financeiras	53.980	52.497
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	42.903	30.697
3.06.01.02	Receita de atualização de mútuos	6.170	13.991
3.06.01.03	Receita de aval	6.605	10.312
3.06.01.04	Tributos sobre receitas financeiras	-2.723	-2.566
3.06.01.05	Outros receitas financeiras	1.025	63
3.06.02	Despesas Financeiras	-227.603	-185.980
3.06.02.01	Encargos e dívidas - juros	-89.843	-55.476
3.06.02.02	Marcação a mercado derivativos	-124.614	-110.082
3.06.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	8.513	3.417
3.06.02.04	Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	-25.222	-21.247
3.06.02.05	Despesas bancárias	-170	-277
3.06.02.06	IOF	-22	-145
3.06.02.07	Despesas de aval	-3.050	-2.900
3.06.02.08	Atualização de mútuos	-110	-113
3.06.02.09	Marcação a mercado da dívida	7.026	868
3.06.02.10	Outras despesas financeiras	-111	-25
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	115.677	131.040
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.155	0
3.08.02	Diferido	-2.155	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	113.522	131.040
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	113.522	131.040

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,07222	0,07575
3.99.01.02	PN	0,07222	0,07575
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,07222	0,07575
3.99.02.02	PN	0,07222	0,07575

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	113.522	131.040
4.03	Resultado Abrangente do Período	113.522	131.040

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.470	-14.276
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.742	6.728
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	113.522	131.040
6.01.01.03	Despesas com juros, var.monet. e cambiais - líquidas	59.524	32.158
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-280.473	-264.210
6.01.01.05	Amortização e depreciação	2.404	1.991
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social	2.155	0
6.01.01.09	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	45	20
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-8.513	-3.417
6.01.01.11	Marcação a mercado de derivativos	124.614	110.082
6.01.01.12	Marcação a mercado das dívidas	-7.026	-868
6.01.01.13	Perda na alienação dos ativos de geração	-44	-68
6.01.01.14	Programa de remuneração variável (ILP)	534	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.212	-21.004
6.01.02.01	Diminuição (aumento) de clientes	1.982	-18.648
6.01.02.02	Diminuição Títulos e créditos a receber	35	0
6.01.02.03	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-11	-35
6.01.02.04	Diminuição (aumento) de estoques	18	-25
6.01.02.05	(Aumento) de tributos a recuperar	-6.483	-2.552
6.01.02.08	(Aumento) diminuição de outros créditos	-2.997	4.224
6.01.02.09	(Diminuição) de fornecedores	-2.216	-3.374
6.01.02.11	(Diminuição) de impostos e contribuições sociais	-1.275	-309
6.01.02.12	Aumento de obrigações estimadas	1.661	1.208
6.01.02.13	(Diminuição) de outras contas a pagar	-926	-1.493
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	24.291	725.162
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-1.009.030	-7.230
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-676	0
6.02.03	Aplicações no intangível	-1.391	0
6.02.04	Recebimento de dividendos	70.217	156.044
6.02.05	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	958.577	539.456
6.02.07	Alienação de bens do imobilizado e intangível	58	-1.727
6.02.08	Partes relacionadas	6.536	38.619
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-310.181	-751.487
6.03.04	Pagamento de empréstimos , debentures - juros	-74.852	-51.913
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	0	4.623
6.03.06	Pagamentos de dividendos	-235.304	-172.584
6.03.09	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-25	0
6.03.10	Aquisição de participação adicional de não controladores	0	-531.613
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-289.360	-40.601
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	313.687	134.406
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	24.327	93.805

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	130.748	0	0	0	130.748
5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	54.308	0	0	0	54.308
5.04.09	Transações de capital-instrumento financeiro MTM-reflexo	0	-6.362	0	0	0	-6.362
5.04.10	Programa de remuneração variável (ILP)	0	534	0	0	0	534
5.04.11	Valor investimento PUT	0	82.268	0	0	0	82.268
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.522	0	113.522
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	113.522	0	113.522
5.07	Saldos Finais	3.363.685	325.477	2.053.299	113.522	-223.572	5.632.411

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	88.965	-84.114	0	0	4.851
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	116.815	0	0	0	116.815
5.04.06	Dividendos	0	0	-84.114	0	0	-84.114
5.04.09	Outras transações - PUT reflexa	0	-27.850	0	0	0	-27.850
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	131.040	0	131.040
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	131.040	0	131.040
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-55.593	1.286.719	131.040	-178.785	3.979.344

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	53.250	39.799
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	53.206	39.799
7.01.02	Outras Receitas	44	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.092	-15.243
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.624	-14.667
7.02.04	Outros	-468	-576
7.03	Valor Adicionado Bruto	42.158	24.556
7.04	Retenções	-2.404	-1.991
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.404	-1.991
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	39.754	22.565
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	337.176	319.273
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	280.473	264.210
7.06.02	Receitas Financeiras	56.703	55.063
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	376.930	341.838
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	376.930	341.838
7.08.01	Pessoal	20.947	14.679
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.506	11.445
7.08.01.02	Benefícios	4.219	2.403
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.222	831
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.515	9.728
7.08.02.01	Federais	13.120	8.735
7.08.02.03	Municipais	1.395	993
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	227.946	186.391
7.08.03.01	Juros	227.603	185.980
7.08.03.02	Aluguéis	343	411
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	113.522	131.040
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	113.522	131.040

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	35.853.693	36.418.008
1.01	Ativo Circulante	11.289.373	11.037.151
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	692.077	706.738
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.783.559	3.538.730
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.783.559	3.538.730
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.783.559	3.538.730
1.01.03	Contas a Receber	3.572.242	3.041.247
1.01.03.01	Clientes	3.572.242	3.041.247
1.01.04	Estoques	75.596	70.749
1.01.06	Tributos a Recuperar	953.502	925.676
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	953.502	925.676
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.212.397	2.754.011
1.01.08.03	Outros	4.212.397	2.754.011
1.01.08.03.01	Títulos de crédito a receber	15.467	20.031
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	45.654	49.171
1.01.08.03.03	Ativos financeiros setoriais	1.838.454	1.763.567
1.01.08.03.04	Ativo financeiro indenizável da concessão	1.199.002	0
1.01.08.03.05	Outros créditos	1.113.820	921.242
1.02	Ativo Não Circulante	24.564.320	25.380.857
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.626.463	10.549.442
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	105.741	105.242
1.02.01.03	Contas a Receber	968.631	948.933
1.02.01.03.01	Clientes	968.631	948.933
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.552.091	9.495.267
1.02.01.09.03	Títulos de créditos a receber	13.442	15.106
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	321.272	267.447
1.02.01.09.05	Créditos tributários	1.341.273	1.374.384
1.02.01.09.06	Depósitos e cauções vinculados	515.499	495.947
1.02.01.09.07	Ativos financeiros setoriais	884.112	1.064.247
1.02.01.09.08	Ativo financeiro indenizável da concessão	4.286.000	5.515.275
1.02.01.09.09	Concessão do serviço público-ativo de contrato	393.631	0
1.02.01.09.10	Instrumentos financeiros derivativos	511.286	518.518
1.02.01.09.11	Outros créditos	285.576	244.343
1.02.02	Investimentos	106.897	52.184
1.02.02.01	Participações Societárias	106.897	52.184
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	106.897	52.184
1.02.03	Imobilizado	202.497	209.612
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	202.497	209.612
1.02.04	Intangível	14.628.463	14.569.619
1.02.04.01	Intangíveis	14.628.463	14.569.619
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	13.296.944	13.232.308
1.02.04.01.02	Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	1.331.519	1.337.311

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	35.853.693	36.418.008
2.01	Passivo Circulante	6.846.494	7.537.834
2.01.02	Fornecedores	2.003.098	1.653.312
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.726.854	2.086.959
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.184.197	1.560.366
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	703.002	1.052.097
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	481.195	508.269
2.01.04.02	Debêntures	542.657	526.593
2.01.05	Outras Obrigações	3.116.542	3.797.563
2.01.05.02	Outros	3.116.542	3.797.563
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	59.935	294.605
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	91.147	691.352
2.01.05.02.05	Parcelamento de impostos	20.124	31.881
2.01.05.02.06	Obrigações estimadas	107.426	95.755
2.01.05.02.07	Encargos de dívidas	122.321	89.057
2.01.05.02.08	Contribuição de iluminação pública	105.149	106.475
2.01.05.02.09	Benefícios pós emprego	63.190	63.190
2.01.05.02.10	Encargos setoriais	291.068	292.898
2.01.05.02.11	Impostos e contribuições sociais a recolher	692.180	546.841
2.01.05.02.12	Passivos financeiros setoriais	839.022	871.502
2.01.05.02.13	Taxas regulamentares	25.138	39.494
2.01.05.02.14	Incorporações de redes	104.980	93.708
2.01.05.02.15	Arrendamentos operacionais	13.203	0
2.01.05.02.16	Outros passivos	581.659	580.805
2.02	Passivo Não Circulante	22.694.343	22.832.646
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	13.329.772	13.611.882
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.311.265	6.611.201
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.374.080	3.648.600
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.937.185	2.962.601
2.02.01.02	Debêntures	7.018.507	7.000.681
2.02.02	Outras Obrigações	4.995.036	4.862.080
2.02.02.02	Outros	4.995.036	4.862.080
2.02.02.02.03	Fornecedores	78.771	75.302
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	557.617	428.333
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais a recolher	445.854	400.123
2.02.02.02.06	Parcelamento de impostos	42.148	44.956
2.02.02.02.07	Benefícios pós emprego	501.765	490.258
2.02.02.02.08	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	2.420.134	2.393.125
2.02.02.02.09	Passivos financeiros setoriais	308.661	366.928
2.02.02.02.10	Encargos setoriais	278.881	272.675
2.02.02.02.11	Incorporações de redes	161.290	166.437
2.02.02.02.12	Arrendamentos operacionais	23.064	0
2.02.02.02.13	Outros passivos	176.851	223.943
2.02.03	Tributos Diferidos	4.369.535	4.358.684
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.369.535	4.358.684

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.312.856	6.047.528
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	325.477	194.729
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Outras reservas	391.200	260.452
2.03.04	Reservas de Lucros	2.053.299	2.053.299
2.03.04.01	Reserva Legal	206.842	206.842
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.841.111	1.841.111
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	5.346	5.346
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	113.522	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-223.572	-223.572
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	680.445	659.387

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.764.085	3.672.055
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.989.488	-3.026.989
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-2.604.553	-1.947.064
3.02.02	Encargos uso sistema transm.e distribuição	-259.117	-257.444
3.02.03	Pessoal e administradores	-258.361	-201.758
3.02.04	Benefícios pós emprego	-6.696	-7.178
3.02.05	Material	-29.549	-30.909
3.02.06	Serviços de terceiros	-136.307	-114.599
3.02.07	Amortização e Depreciação	-269.826	-192.919
3.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	396	5.932
3.02.09	Custo de construção	-318.656	-235.579
3.02.11	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-83.873	-30.860
3.02.12	Outras	-22.946	-14.611
3.03	Resultado Bruto	774.597	645.066
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-247.392	-139.286
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-214.846	-116.919
3.04.02.01	Pessoal	-68.154	-22.881
3.04.02.02	Benefícios pós emprego	-9.892	-11.307
3.04.02.03	Material	-11.021	-5.440
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-50.482	-32.242
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-13.557	4.352
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-30.708	-23.690
3.04.02.07	Outras	-31.032	-25.711
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	48.788	12.788
3.04.04.01	Ganho/Perda de Alienação	15.455	9.749
3.04.04.02	Alienação de Ações	33.333	0
3.04.04.03	Outras	0	3.039
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-81.334	-35.155
3.04.05.01	Ganho/Perda de Alienação	-26.964	-35.155
3.04.05.02	Custo de Ações alienadas	-24.993	0
3.04.05.03	MTM comercialização de energia	-26.685	0
3.04.05.04	Outras	-2.692	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	527.205	505.780
3.06	Resultado Financeiro	-233.200	-270.159
3.06.01	Receitas Financeiras	181.818	114.044
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	56.006	37.658
3.06.01.02	Variação monetária e acresc.moratorio de energia	77.218	60.883
3.06.01.08	Atualização financeira de ativos setoriais	28.641	11.774
3.06.01.09	Tributos sobre receitas financeiras	-9.677	-9.035
3.06.01.10	Outras receitas	29.630	12.764
3.06.02	Despesas Financeiras	-415.018	-384.203
3.06.02.01	Encargos dívidas - juros	-263.904	-160.711
3.06.02.02	Encargos dívidas - var monetaria e cambial	-73.260	-61.100

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.06.02.03	(-) Transferência p/ordens em curso	1.301	731
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	3.558	4.800
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	-202.599	-121.951
3.06.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	72.777	10.438
3.06.02.07	Atualização PEE e P&D	-4.030	3.080
3.06.02.08	Despesas bancárias	-3.807	-2.290
3.06.02.09	Juros/ multas	-29	-106
3.06.02.10	Atualização contingências	-16.857	-2.833
3.06.02.11	Marcação a mercado da dívida	85.027	24.805
3.06.02.12	Atualização financeira de passivos setoriais	-9.690	-29.247
3.06.02.13	Despesa de aval	-3.050	-2.900
3.06.02.14	Outras despesas financeiras	-455	-46.919
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	294.005	235.621
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-165.231	-93.324
3.08.01	Corrente	-121.269	-54.866
3.08.02	Diferido	-43.962	-38.458
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	128.774	142.297
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	128.774	142.297
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	113.522	131.040
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	15.252	11.257
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,07575	0,07575
3.99.01.02	PN	0,07575	0,07575
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,07575	0,07575
3.99.02.02	PN	0,07575	0,07575

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	128.774	142.297
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	128.774	142.297
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	113.522	131.040
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	15.252	11.257

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	604.653	242.318
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	992.114	680.601
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	128.774	142.297
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	165.231	93.324
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	296.761	231.436
6.01.01.04	Amortização e depreciação	300.534	216.609
6.01.01.05	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	83.873	30.860
6.01.01.06	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórias	13.161	-10.284
6.01.01.07	Valor residual de ativos permanentes baixados	11.509	22.367
6.01.01.08	Marcação a mercado das dívidas	-85.027	-24.805
6.01.01.09	Marcação a mercado de derivativos	202.599	121.951
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-72.777	-10.438
6.01.01.11	Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-71.249	-132.716
6.01.01.12	Programa de remuneração variável (ILP)	534	0
6.01.01.13	Marcação a mercado dos contratos de compra/venda de energia comercializada	26.685	0
6.01.01.16	Remuneração do ativo de contrato	-8.494	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-387.461	-438.283
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-627.763	-208.159
6.01.02.02	Diminuição (aumento) de ativos financeiros setoriais	95.279	-162.541
6.01.02.03	Diminuição de títulos e créditos a receber	6.515	252
6.01.02.04	(Aumento) de estoques	-4.847	-2.324
6.01.02.05	(Aumento) de tributos a recuperar	-81.651	-15.454
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-19.552	-4.957
6.01.02.08	(Aumento) Diminuição de outros créditos	-217.049	64.340
6.01.02.09	Aumento de fornecedores	453.636	67.524
6.01.02.11	Aumento de impostos e contribuições sociais	170.308	30.899
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-90.924	-77.446
6.01.02.14	Aumento de obrigações estimadas	11.671	9.668
6.01.02.16	(Diminuição) de passivos financeiros setoriais	-61.827	-68.974
6.01.02.18	(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	-21.257	-71.111
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.141.942	439.768
6.02.01	Aumento de outros investimentos	0	-38
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-4.035	-2.185
6.02.03	Aplicações no intangível	-503.217	-234.181
6.02.06	Aplicação Financeira e recursos vinculadas	1.810.678	659.594
6.02.08	Alienação de bens do imobilizado e intangível	9.787	23.899
6.02.09	Aplicações em linhas de transmissão de energia	-171.271	-7.321
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.761.256	-658.171
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	159.984	1.364.451
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-767.213	-1.052.184
6.03.04	Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-216.182	-123.802
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-3.073	-21.891

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.03.06	Pagamento de dividendos	-234.886	-172.894
6.03.07	Pagamento de incorporação de redes	-21.474	-79.868
6.03.10	Parcelamento de encargos setoriais	-14.858	-15.761
6.03.11	Pagamento parcelamento de fornecedores	-30.494	-21.867
6.03.12	Parcelamento de impostos	-14.565	-2.742
6.03.13	Aquisição de participação adicional de não controladores	0	-531.613
6.03.14	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-4.199	0
6.03.15	Liquidação opção de venda de ações Rede Energia Participações	-614.296	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.661	23.915
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	706.738	921.481
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	692.077	945.396

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141	659.387	6.047.528
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141	659.387	6.047.528
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	130.748	0	0	0	130.748	5.806	136.554
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-4.161	-4.161
5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	54.308	0	0	0	54.308	9.896	64.204
5.04.09	Transações de capital-instrumento financeiro MTM-reflexo	0	-6.362	0	0	0	-6.362	-3	-6.365
5.04.10	Programa de remuneração variável (ILP)	0	534	0	0	0	534	74	608
5.04.11	Valor investimento PUT	0	82.268	0	0	0	82.268	0	82.268
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.522	0	113.522	15.252	128.774
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	113.522	0	113.522	15.252	128.774
5.07	Saldos Finais	3.363.685	325.477	2.053.299	113.522	-223.572	5.632.411	680.445	6.312.856

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453	941.069	4.784.522
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453	941.069	4.784.522
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	88.965	-84.114	0	0	4.851	-642.677	-637.826
5.04.06	Dividendos	0	0	-84.114	0	0	-84.114	-10.054	-94.168
5.04.09	Outras transações - PUT reflexa	0	-27.850	0	0	0	-27.850	16.215	-11.635
5.04.10	Gastos com Emissão de Ações e Outros	0	116.815	0	0	0	116.815	-648.838	-532.023
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	131.040	0	131.040	11.257	142.297
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	131.040	0	131.040	11.257	142.297
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-55.593	1.286.719	131.040	-178.785	3.979.344	309.649	4.288.993

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	7.089.207	5.393.083
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.694.521	5.174.240
7.01.02	Outras Receitas	48.788	12.788
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	429.771	236.915
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-83.873	-30.860
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.815.457	-2.857.903
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.122.316	-2.380.455
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-231.686	-229.460
7.02.04	Outros	-461.455	-247.988
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.273.750	2.535.180
7.04	Retenções	-300.534	-216.609
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-300.534	-216.609
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.973.216	2.318.571
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	191.495	123.079
7.06.02	Receitas Financeiras	191.495	123.079
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.164.711	2.441.650
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.164.711	2.441.650
7.08.01	Pessoal	292.915	211.458
7.08.01.01	Remuneração Direta	201.464	128.140
7.08.01.02	Benefícios	63.331	62.143
7.08.01.03	F.G.T.S.	28.120	21.175
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.324.427	1.698.332
7.08.02.01	Federais	1.118.014	801.968
7.08.02.02	Estaduais	1.198.913	889.954
7.08.02.03	Municipais	7.500	6.410
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	418.595	389.563
7.08.03.01	Juros	416.319	384.934
7.08.03.02	Aluguéis	2.276	4.629
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	128.774	142.297
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	113.522	131.040
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	15.252	11.257

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho - Resultados do 1º trimestre de 2019

Cataguases, 9 de maio de 2019 - A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do primeiro trimestre (1T19), de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

Destaques

Consumo de energia avança 4,6% e EBITDA Ajustado totaliza R\$ 904,9 milhões

- ✓ Consumo de energia (cativo + livre) no 1T19 avançou 4,6% em relação ao 1T18, superior ao crescimento médio de 3,7% no Brasil no mesmo período;
- ✓ Receita operacional líquida consolidada, sem receita de construção, cresceu 26,2% (R\$ 1.092,0 milhões) no 1T19, totalizando R\$ 4.335,6 milhões;
- ✓ EBITDA ajustado consolidado totalizou R\$ 904,9 milhões, aumento de 15,5% em relação ao 1T18;
- ✓ Dívida líquida consolidada totalizou R\$ 11.125,1 milhões em março, contra R\$ 10.845,7 milhões em dezembro de 2018. A relação dívida líquida por EBITDA Ajustado (12 meses encerrados em março de 2019) caiu para 2,6 vezes, ante 2,7 vezes em dezembro de 2018;
- ✓ Investimentos consolidados de R\$ 545,2 milhões no 1T19 contra R\$ 351,5 milhões no 1T18;
- ✓ Evento subsequente: aquisição do controle da Alsol Energias Renováveis

Descrição	Trimestre		
	1T19	1T18	Var. %
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	7.135,7	5.410,4	+ 31,9
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	4.335,6	3.435,9	+ 26,2
Custos e despesas controláveis	721,5	487,2	+ 48,1
EBITDA	827,7	722,4	+ 14,6
EBITDA Ajustado	904,9	783,3	+ 15,5
Lucro Líquido	128,8	142,3	- 9,5
Endividamento Líquido ⁽¹⁾	11.243,1	8.141,1	+ 38,1
Investimentos	545,2	351,5	+ 55,1
Indicadores Operacionais Consolidados			
Número de Consumidores Totais	7.717.392	6.682.443	+ 15,5
Número de Colaboradores Próprios	14.056	12.535	+ 12,1
Força de Trabalho (colaboradores próprios + terceirizados) ⁽²⁾	19.883	15.901	+ 25,0

⁽¹⁾ Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA). ⁽²⁾ Não incluem terceirizados em obras e excluem terceirizados das distribuidoras registrados como próprios nas empresas prestadoras de serviços.

Comentário do Desempenho

1. Perfil e estrutura societária

O Grupo Energisa completou 114 anos em 26 de fevereiro de 2019 e é o quinto maior grupo distribuidor de energia do país em energia distribuída, atendendo nesse segmento de atuação a aproximadamente 7,7 milhões de consumidores em onze estados brasileiros, o que equivale a 10% da população do Brasil.

A Companhia controla, atualmente, 11 distribuidoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Paraná, Acre e Rondônia, com uma área de concessão que atinge 2.034 mil Km², equivalentes a 24% do território nacional (Fonte: IBGE, julho de 2016).

As atividades do Grupo Energisa também incluem ativos em transmissão de energia, decorrentes das aquisições de dois lotes no Leilão de Transmissão nº 5/2016, realizadas em 24/04/2017, um lote no Leilão de Transmissão nº 002/2018, adquirido em 28/06/2018 e um lote no Leilão de Transmissão nº 004/2018, adquirido em 20/12/2018. Além dos serviços de rede, o grupo também atua nas atividades de serviços de comercialização de energia, prestação de serviços diversos relacionados à construção, operação e manutenção de ativos elétricos, desenvolvimento de estudos de geração de energia, entre outras atividades correlacionadas ao setor elétrico.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO ENERGISA

11 concessões de distribuição de energia em todas as regiões do Brasil (*)

862 municípios atendidos

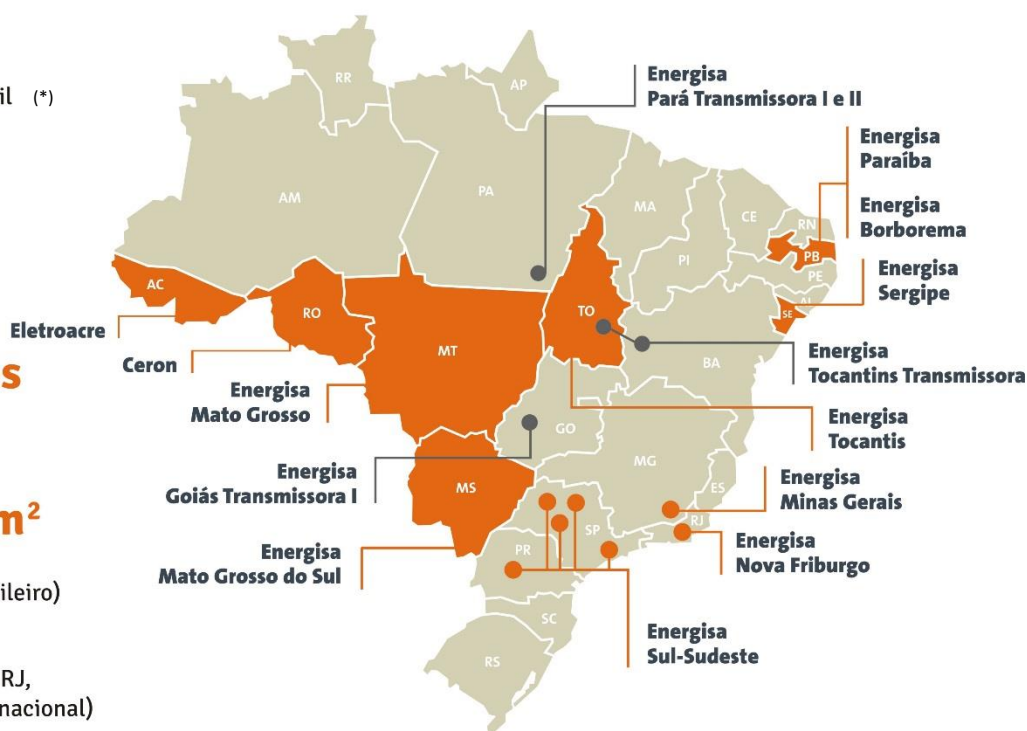
7,7 milhões de clientes

20,0 milhões de pessoas atendidas (10% do Brasil)

2.034 mil km² total de área coberta (24% do território brasileiro)

6 empresas de serviços (sedes nos estados de MG e RJ, atuantes em todo território nacional)

4 empresas de transmissão (sedes no estado de MG, atuantes nos estados de PA, GO, TO e BA)



1.1 Estrutura societária do Grupo Energisa

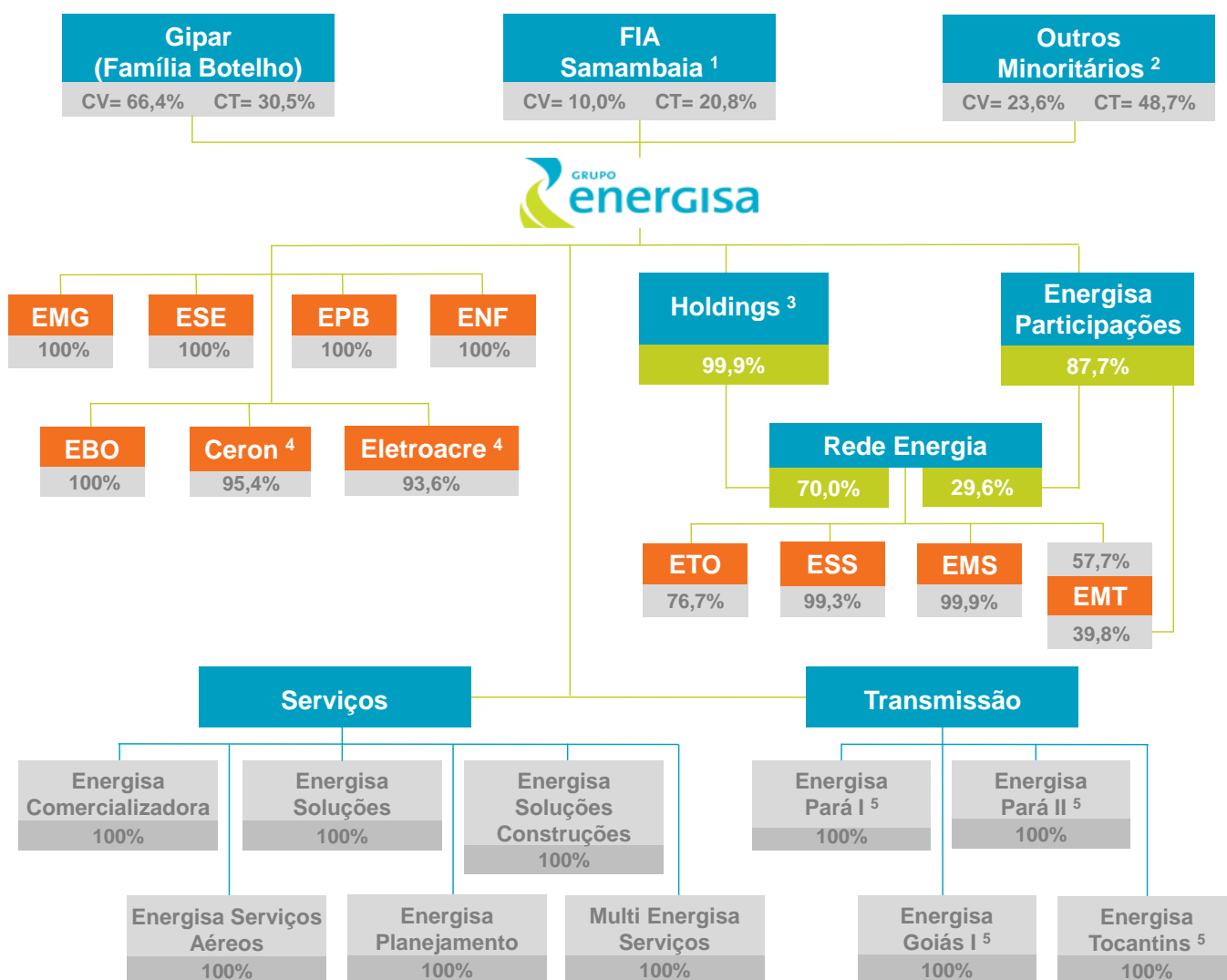
O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a família Botelho. A Companhia é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 e as ações de maior liquidez são negociadas sob o código ENGI11 (Units, certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações

Comentário do Desempenho

preferenciais). Além desses títulos, são negociadas ações sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias) e ENGI4 (ações preferenciais).

Em 30 de agosto de 2018, a Energisa S/A adquiriu, em leilão de privatização, o controle acionário das Centrais Elétricas de Rondônia (“Ceron”) e da Companhia de Eletricidade do Acre (“Eletroacre”). Com essas duas aquisições, a Energisa passou a deter 11 concessões de distribuição de energia elétrica espalhadas pelas cinco regiões do país. A administração da Companhia acredita que seu histórico bem-sucedido de transformação operacional e financeira será essencial para melhorar os indicadores de qualidade dos serviços e o equilíbrio econômico-financeiro dessas distribuidoras.

Em 28 de dezembro de 2018, a Energisa fechou Acordo de Investimento com o Itaú Unibanco S/A (“Itaú”). Nessa data, o Itaú realizou um aporte primário de R\$ 600 milhões, correspondentes a 12,3% da Energisa Participações Minoritárias e, por sua vez, a Companhia capitalizou suas participações minoritárias detidas em Rede Energia e Energisa Mato Grosso (EMT). A seguir, a estrutura societária simplificada do Grupo Energisa:



CV - Capital Votante | CT - Capital Total

- (1) Posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.
- (2) O Fundo GIF IV passou a deter participação no capital da Energisa inferior a 5%.
- (3) A Energisa detém diretamente e através de holdings, direta e indiretamente, 99,9% da Rede Energia.
- (4) Distribuidoras adquiridas em leilões de privatização realizados em 30/08/2018.
- (5) SPEs de transmissão (Leilões de Transmissão nº 5/2016, nº 2/2018 e nº 4/2018).

Comentário do Desempenho

2. Desempenho operacional

2.1 Mercado de energia

Favorecido pela manutenção das altas temperaturas nos dois primeiros meses do exercício, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (9.025,3 GWh) do Grupo Energisa apresentou, no primeiro trimestre de 2019 (1T19), aumento de 4,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Considerando o fornecimento não faturado, o volume passa para 9.068,6 GWh, o que significa um aumento de 4,9% na mesma base de comparação.

Todas as classes apresentaram avanço no consumo consolidado. Destacou-se no trimestre, o crescimento de 6,3% (ou +201,8 GWh) no consumo da classe residencial, seguida pela classe rural (+6,0% ou 46,1 GWh), comercial (+4,2% ou 74,2 GWh) e industrial (3,3% ou 58,7 GWh).

Entre as distribuidoras, o consumo de energia no mercado cativo e livre foi destaque na região Centro-Oeste, com aumento de 8,8% na concessão da EMS e 5,8% na EMT. Nas localidades atendidas pela EMS, destacaram-se o consumo residencial, com crescimento de 11,5% (+57,5 GWh), influenciado pelas altas temperaturas e o industrial, com incremento de 11,7% (+31,7 GWh). O desempenho da classe industrial foi impulsionado pelo consumo dos clientes dos setores alimentício (abate de animais), madeira e minerais não metálicos. Na concessão da EMT, os principais responsáveis pelo aumento do consumo foram as classes residencial (+5,4% ou 38,8 GWh) e industrial (+5,0% ou 22,0 GWh), influenciada pelo desempenho das atividades relacionadas ao setor da soja.

Acompanhando esse desempenho positivo, a concessão da ESS registrou avanço de 6,7% (+74,2 GWh) no trimestre, impulsionado pelo consumo das classes residencial (9,0% ou 33,8 GWh), comercial (6,5% ou 13,9 GWh). Na área atendida pela ESS, as altas temperaturas foram determinantes para o incremento do consumo nas residências e no comércio varejista. Na concessão da ETO, com aumento de 5,8% (+30,8 GWh) foi favorecida pelo incremento do consumo residencial (8,5% ou 18,8 GWh) e industrial (5,9% ou 4,7 GWh), com destaque para os clientes dos segmentos de minerais não-metálicos e produtos químicos. Na concessão da EPB, o consumo cresceu 2,2% (ou 23,8 GWh), com o consumo industrial avançando 2,0% (ou 3,8 GWh), impulsionado por clientes do ramo de minerais não metálicos.

Por outro lado, a única concessão que apresentou queda de consumo foi a da Eletroacre (-1,4% ou 3,6 GWh), resultado influenciado principalmente pelo poder público (-9,5% ou 2,8 GWh) e serviço público (-12,2% ou 1,6 GWh), dado o calendário com maior número de feriados e pontos facultativos em relação a 2018, contribuindo para o decréscimo do consumo de energia.

Mercado de Energia das Distribuidoras

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre		
	1T19	1T18	Var. %
✓ Energia vendida mercado cativo faturado	7.586,3	7.291,7	+ 4,0
✓ Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.439,0	1.339,1	+ 7,5
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)	9.025,3	8.630,8	+ 4,6
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD), sem Ceron e Eletroacre	8.010,9	7.627,4	+ 5,0
✓ Consumo não faturado	43,4	10,6	+ 310,1
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)	9.068,6	8.641,4	+ 4,9

Nota: Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Ceron (ERO) e Eletroacre (EAC) como se fossem controladas pela Energisa no 1T18, exceto quando sinalizado que não inclui ERO e EAC.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo no Brasil no 1T19 foi 3,7% superior em relação ao 1T18. Mais uma vez no período analisado, as diversidades geográficas das áreas de concessão do Grupo, a participação em mercados mais dinâmicos do país e fatores climáticos, permitiram que o mercado de energia faturada das distribuidoras do Grupo Energisa apresentasse aumento de 0,9 ponto percentual acima do consumo médio nacional.

Comentário do Desempenho

3. Desempenho financeiro

3.1 Lucro Líquido

No 1T19, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 128,8 milhões, 9,5% (R\$ 13,5 milhões) menor em relação ao 1T18.

A seguir, o lucro líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento:

Lucro Líquido por Empresa Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T19	1T18	Var. %
Distribuição de energia elétrica	287,7	337,5	- 14,8
EMG	16,3	12,0	+ 35,8
ENF	4,9	3,2	+ 53,1
ESE	40,3	28,0	+ 43,9
EBO	6,5	8,1	- 19,8
EPB	86,2	77,5	+ 11,2
EMT	119,0	125,0	- 4,8
EMS	98,6	38,3	+ 157,4
ETO	37,4	18,5	+ 102,2
ESS	31,3	26,9	+ 16,4
ERO	(142,2)	-	-
EAC	(10,6)	-	-
Comercialização, serviços de energia e outros	8,8	(2,1)	-
ECOM	(14,0)	-	-
ESOL Consol.	0,8	(1,3)	-
MULTI	2,5	1,6	+ 56,3
EGO	8,9	-	-
EPAI	8,7	-	-
EPAII	0,4	-	-
Outras *	1,5	(2,4)	-
Holdings (sem equivalência patrimonial)	(175,2)	(151,9)	+ 15,3
ESA Controladora	(167,0)	(133,2)	+ 25,4
Rede Controladora	(1,4)	(9,7)	- 85,6
DENERGE	(9,7)	(9,8)	- 1,0
Demais holdings	2,9	0,8	+ 262,5
Combinação de negócios - Ajustes "pro forma"	7,6	(41,2)	-
Energisa Consolidada	128,8	142,3	- 9,5

(*) Resultados da Companhia Técnica de Comercialização de Energia, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda., Energisa Geração de Energia S/A, Parque Eólico Sobradinho Ltda., Energisa Geração - Usina Mauricio S/A, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A, Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A, Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A, Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A, Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro-Muquim S/A, Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A e Dinâmica Direitos Creditórios LTDA.

Conciliação lucro líquido e EBITDA

Conciliação lucro líquido e EBITDA Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T19	1T18	Var. %
(=) Lucro líquido consolidado	128,8	142,3	- 9,5
(-) Contribuição social e imposto de renda	(165,2)	(93,3)	+ 77,1
(-) Resultado financeiro	(233,2)	(270,2)	- 13,7
(-) Depreciação e amortização	(300,5)	(216,6)	+ 38,7
(=) EBITDA	827,7	722,4	+ 14,6
(+) Receitas de acréscimos moratórios	77,2	60,9	+ 26,8
(=) EBITDA Ajustado	904,9	783,3	+ 15,5
Margem EBITDA (%)	17,4	19,7	- 2,3 p.p
Margem EBITDA Ajustado (%)	19,0	21,3	- 2,3 p.p

Comentário do Desempenho

4 Investimentos

No 1T19, a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R\$ 545,2 milhões, 55,1% maior que o valor investido no mesmo período do ano anterior (R\$ 351,5 milhões). Considerando apenas as distribuidoras, esse montante foi de R\$ 489,5 milhões, incremento de 43,1%.

As distribuidoras recém-adquiridas receberam investimentos no montante de R\$ 87,7 milhões, sendo R\$ 56,4 milhões na Ceron e R\$ 31,3 milhões na Eletroacre. No 1T18, considerando os investimentos realizados pela gestão anterior, a Ceron recebeu R\$ 13,3 milhões de investimentos, enquanto a Eletroacre investiu R\$ 2,0 milhões no trimestre.

Os investimentos realizados foram os seguintes:

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	1T19	1T18	Var. %	1T19	1T18	Var. %	1T19	1T18	Var. %	1T19	1T18	Var. %
EMG	9,4	9,0	+ 4,4	7,8	1,2	+ 550,0	6,9	4,2	+ 64,3	24,1	14,4	+ 67,4
ENF	2,9	1,4	+ 107,1	0,1	0,2	- 50,0	0,2	0,1	+ 100,0	3,2	1,7	+ 88,2
ESE	15,8	11,3	+ 39,8	0,9	6,8	- 86,8	1,0	0,7	+ 42,9	17,7	18,8	- 5,9
EBO	2,3	2,8	- 17,9	0,8	0,8	-	0,5	0,2	+ 150,0	3,6	3,8	- 5,3
EPB	33,0	26,2	+ 26,0	6,0	3,3	+ 81,8	3,6	1,4	+ 157,1	42,6	30,9	+ 37,9
EMT	165,4	49,1	+ 236,9	(7,3)	70,7	-	2,8	2,2	+ 27,3	160,9	122,0	+ 31,9
EMS	52,0	45,1	+ 15,3	3,4	11,4	- 70,2	2,1	0,7	+ 200,0	57,5	57,2	+ 0,5
ETO	60,7	66,6	- 8,9	1,1	1,5	- 26,7	1,6	4,5	- 64,4	63,4	72,6	- 12,7
ESS	22,2	17,1	+ 29,8	3,2	2,6	+ 23,1	3,4	0,9	+ 277,8	28,8	20,6	+ 39,8
ERO	34,2	-	-	22,1	-	-	0,1	-	-	56,4	-	-
EAC	19,6	-	-	11,6	-	-	0,1	-	-	31,3	-	-
Total Distribuidoras	417,5	228,6	+ 82,6	49,7	98,5	- 49,5	22,3	14,9	+ 49,7	489,5	342,0	+ 43,1
EPA I	26,3	3,0	+ 776,7	-	-	-	-	-	-	26,3	3,0	+ 776,7
EPA II	2,4	-	-	-	-	-	-	-	-	2,4	-	-
EGO	21,8	3,7	+ 489,2	-	-	-	-	-	-	21,8	3,7	+ 489,2
Energisa Soluções e Const.	0,2	-	-	-	-	-	1,8	0,9	+ 100,0	2,0	0,9	+ 122,2
Outras	-	-	-	-	-	-	3,20	1,9	+ 68,4	3,2	1,9	+ 68,4
Total	468,2	235,3	+ 99,0	49,7	98,5	- 49,5	27,3	17,7	+ 54,2	545,2	351,5	+ 55,1

Obs.: As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Comentário do Desempenho

5 Mercado de capitais

5.1 Desempenho das ações

Negociadas na B3, as ações de maior liquidez da Energisa, ENGI11 - Units, (compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) apresentaram rentabilidade de 11,1% no primeiro trimestre de 2019 e encerraram o referido período cotadas a R\$ 40,55 por Unit. Na mesma base de comparação, o principal índice da bolsa, o Ibovespa, apresentou alta de 7,4%, enquanto o IEE avançou 16,6%. A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do trimestre:

	Março/19	Março/18	Variação %
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV - R\$ milhões) ⁽¹⁾	25.959,2	20.146,1	+ 28,9
Valor de mercado no final do trimestre (R\$ milhões)	14.716,1	12.005,0	+ 22,6
Volume médio diário negociado no trimestre - Units (R\$ milhões)	44,0	39,8	+ 10,6
Cotação das ações			
ENGI11 (Unit) no fechamento no final do trimestre (R\$/Unit)	40,55	34,70	+ 16,9
ENGI3 (ON) no fechamento no final do trimestre (R\$/ação)	15,53	8,85	+ 75,5
ENGI4 (PN) no fechamento no final do trimestre (R\$/ação)	6,72	6,16	+ 9,1
Indicadores relativos			
Dividend yield de ENGI11 (Units) - % ⁽²⁾	2,9	2,5	+ 16,0
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) 12 meses - %	19,5	56,3	- 36,8 p.p
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	2,3	2,8	- 17,9

(1) EV = Valor de mercado (R\$/Unit x quantidade de ações do capital social convertida em Unit) + dívida líquida consolidada; e

(2) Dividendos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

6 Eventos subsequentes

6.1 Não exercício da opção de aumentar a participação da Eletrobrás no capital social da Ceron

Em 30 de abril de 2019, encerrou-se o prazo previsto no Acordo de Acionistas das Centrais Elétricas de Rondônia S.A. ("Ceron") assinado entre a Companhia e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras em 30 de outubro de 2018 ("Acordo de Acionistas"), celebrado nos termos do Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND, para o exercício da opção de aumentar a participação da Eletrobras no capital social da Ceron em até 30% (trinta por cento), sem que a Eletrobras tenha exercido a referida opção nos termos do Acordo de Acionistas.

6.2 Aquisição do Controle da Alsol Energias Renováveis S.A.

Em 3 de maio de 2019, a Energisa S.A. celebrou com a Algar S.A. Empreendimentos e Participações e Gustavo Malagoli Buiatti ("Vendedores"), um contrato de compra e venda de ações e outras Avenças ("Contrato") por meio do qual deverá adquirir dos Vendedores, ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 87% do capital social total da Alsol Energias Renováveis S.A. ("Alsol"), por R\$ 11,7 milhões, sujeitos a ajustes de preço normalmente procedidos em operações desta natureza, e outros mecanismos específicos a serem apurados e pagos nos termos do Contrato. Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Alsol foi de R\$11,2 milhões.

A participação da Energisa, o exercício dos seus respectivos direitos de voto e as limitações à transferência de ações de emissão da Alsol estarão sujeitos aos termos e condições de um acordo de acionistas a ser celebrado entre a Companhia e os Vendedores, na data do fechamento da operação. O fechamento está sujeito a verificação do cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais para transações dessa natureza, tais como a aprovação pelo Conselho de Administrativo de Defesa Econômica - Cade, dentre outras.

Comentário do Desempenho

A Alsol é uma companhia brasileira de capital fechado, com sede em Uberlândia, que provê portfólio de soluções de geração distribuída por meio principalmente de recurso solar fotovoltaico, bem como de outros recursos renováveis como biogás, biomassas, eólico e hidrelétrico. A empresa também é uma das pioneiras no Brasil no provimento de armazenamento de energia através de baterias de lítio. A Alsol instalou mais de 80 mil placas fotovoltaicas pelo Brasil até 2018, resultando em mais de 25 MWp operando em 12 estados brasileiros.

6.3 Energia conclui oferta pública da 11ª emissão de debêntures

A Energisa S/A concluiu, em 3 de maio de 2019, a 11ª emissão de debêntures, por meio de oferta pública de distribuição de 500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com esforços restritos, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data de emissão, ou seja, 15 de abril de 2019, nos termos da Instrução da CVM nº 476/2009, perfazendo o montante de R\$ 500,0 milhões. As debêntures fazem jus a juros remuneratórios anuais, conforme abaixo:

11ª Emissão de Debêntures da Energisa S.A.						
Empresa	Número da Emissão	Quantidade de Debêntures	Montante Total (R\$ milhões)	Remuneração	Swap	Vencimento
Energisa S.A.	11ª	500.000	500,0	IPCA + 4,6249% a.a.	104,0% do CDI	15/04/2026

As debêntures contam com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada e demais normas aplicáveis.

Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados ao financiamento dos projetos de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica, de titularidade da Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre e das Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron.

Comentário do Desempenho

7 Demonstração do resultado consolidado

Demonstração de Resultados Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T19	1T18	Var. %
Receita Bruta	7.135,7	5.410,4	+ 31,9
Deduções	(2.371,6)	(1.738,3)	+ 36,4
Receita Líquida	4.764,1	3.672,1	+ 29,7
Receitas de construção	428,5	236,2	+ 81,4
Receita líquida, sem receitas de construção	4.335,6	3.435,9	+ 26,2
Custos de construção	(318,7)	(235,6)	+ 35,3
Despesas Não Controláveis	(2.863,7)	(2.204,5)	+ 29,9
Energia Comprada	(2.604,6)	(1.947,1)	+ 33,8
Transporte de Potência Elétrica	(259,1)	(257,4)	+ 0,7
Despesas Controláveis	(721,5)	(487,2)	+ 48,1
PMSO	(624,4)	(466,6)	+ 33,8
<i>Pessoal</i>	(326,5)	(224,6)	+ 45,4
<i>Fundo de Pensão</i>	(16,6)	(18,5)	- 10,3
<i>Material</i>	(40,6)	(36,3)	+ 11,8
<i>Serviços</i>	(186,8)	(146,8)	+ 27,2
<i>Outros</i>	(53,9)	(40,4)	+ 33,4
Provisões/Reversões	(97,1)	(20,6)	+ 371,4
<i>Provisão para Contingências</i>	(13,2)	10,3	-
<i>Provisão para Devedores Duvidosos</i>	(83,9)	(30,9)	+ 171,5
Depreciação e Amortização	(300,5)	(216,6)	+ 38,7
Outras Receitas/Despesas	(32,5)	(22,4)	+ 45,1
EBITDA	827,7	722,4	+ 14,6
Resultado Financeiro	(233,2)	(270,2)	- 13,7
<i>Receita Financeira</i>	181,8	114,1	+ 59,3
<i>Despesa Financeira</i>	(415,0)	(384,3)	+ 8,0
Equivalência Patrimonial	-	-	-
Resultados antes dos tributos	294,0	235,6	+ 24,8
Tributos	(165,2)	(93,3)	+ 77,1
Resultado Líquido	128,8	142,3	- 9,5
Atribuído aos acionistas controladores	113,5	131,0	- 13,4
Atribuído aos acionistas não controladores	15,3	11,3	+ 35,4
EBITDA Ajustado	904,9	783,3	+ 15,5

8 Serviços prestados pelo auditor independente

No primeiro trimestre de 2019, a remuneração total auditores Ernst & Young Auditores Independentes S.S. pelos serviços prestados foi de R\$ 619 mil, dos quais R\$ 525 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e R\$ 94 mil por serviços de consultoria.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Energisa S/A Notas explicativas às informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas.

A Energisa possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorizações de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuidoras de energia elétrica	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“EMG”)	Minas Gerais	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“ENF”)	Nova Friburgo	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	São Paulo	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”) (*)	Palmas	28/06/1999	30/01/2020
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)	Aracaju	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”)	Cuiabá	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“EBO”)	Campina Grande	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“EPB”)	João Pessoa	21/03/2001	21/03/2031
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (“ERO”)	Rondônia	30/10/2018	29/10/2048
Companhia de Eletricidade do Acre (“EAC”)	Acre	07/12/2018	06/12/2048

(*) A Companhia manifestou no âmbito do Plano de Recuperação das Falhas e Transgressões homologado pela ANEEL e por meio de correspondência protocolada em 25/04/2016 seu interesse na prorrogação de seu Contrato de Concessão pelo prazo de 30 (trinta) anos nos termos do Contrato de Concessão e da legislação vigente, sendo que a expectativa da Administração da Companhia, é de que tal prorrogação seja confirmada pelo Poder Concedente.

Transmissão de energia elétrica (Pré-operacionais)	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, CD e ampliação da SE Rio Verde Norte	Goiás	11/08/2017	11/08/2047
LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia	Pará	11/08/2017	11/08/2047
LT 500 kV Serra Pelada - Integradora Sossego, CD; LT 230 kV Integradora Sossego - Xinguara II, C2; SE 500/138 kV Serra Pelada; e SE 500/230 kV Integradora Sossego.	Pará	21/09/2018	21/09/2048
LT 230 kV Dianópolis II - Barreiras II, C1; LT 230 kV Dianópolis II - Gurupi, C1; LT 230 kV Dianópolis II - Palmas 2, C1 e SE 500/230 kV Gurupi - (3+1 Res) x 150 MVA; SE 230/138 kV Dianópolis II - 2 x 200 MVA	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049

Geração (projetos)	Usina	Localidade	Data da outorga de autorização	Data de vencimento da outorga
Complexo Parque Eólico Sobradinho:				
EOL Alecrim	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Umbuzeiro Muquim	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Mandacaru	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Boa Esperança	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050

Notas Explicativas

Comercializadora de energia elétrica	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (“ECOM”)	Rio de Janeiro	21/03/2006

Outros Serviços	Natureza
Energisa Soluções S/A (“ESOL”)	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”)	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”)	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

As obrigações das concessionárias, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

Distribuição de energia elétrica:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 31, respectivamente.

Transmissão de energia elétrica:

A Energisa foi vencedora de quatro lotes de Leilões de Transmissão promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em abril de 2017, no Leilão de Transmissão nº 005/2016, foram adquiridas as concessões referentes aos lotes 3 e 26, para a construção e operação de Linhas de Transmissão nos estados de Goiás e do Pará, respectivamente. Em 28 de junho de 2018, no Leilão de Transmissão nº 02/2018, foi adquirida concessão para a construção e operação de mais uma Linha de Transmissão, referente ao Lote 19 do referido Leilão, também no estado do Pará em 20 de dezembro de 2018, no leilão de transmissão nº 4/2018 foi adquirida concessão para a construção e operação de mais uma Linha de Transmissão, referente

Notas Explicativas

ao Lote 4 do referido Leilão localizado no estado da Bahia e Tocantins, passando a apresentar um investimento estimado da ordem de R\$1.804.304.

O prazo para entrada em operação comercial da linha em Goiás é até agosto de 2021 e das linhas do estado do Pará, em fevereiro de 2022 e março de 2023, respectivamente e, a linha adquirida dos estados da Bahia e Tocantins é até março de 2024. Os três primeiros projetos já estão com seus processos de licenciamento ambiental em estágio avançado, sendo que já foram emitidas as suas Licenças de Instalação, junto aos órgãos competentes dos Estados, enquanto o último projeto vencido em dezembro de 2018 está em fase inicial do licenciamento. Para todos os empreendimentos, foram contratadas empresas com base sólida e “Know How” na execução de obra no segmento de Transmissão, sendo que as atividades de construção dos três primeiros já estão em andamento e busca-se antecipação do prazo de entrada em operação comercial, enquanto o último empreendimento está na fase de Projeto Básico.

Lote 3 - Leilão nº 005/2016, composto por instalações que ficam no estado de Goiás, incluindo a linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. Os investimentos previstos no empreendimento somam R\$295.294 e o prazo para a realização das obras é de 48 meses. A linha fica próxima ao Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde ficam duas das empresas do Grupo Energisa.

Lote 26 - Leilão nº 005/2016, ficará no estado do Pará, em uma área localizada quase na divisa com Tocantins e Mato Grosso. O lote consiste em Linha de Transmissão 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. Os investimentos previstos montam em R\$329.791 e o prazo para a realização das obras é de 54 meses. Esta obra é importante para concluir os reforços da região do Baixo Araguaia do Mato Grosso, que é a fronteira agrícola mais dinâmica do Estado.

Lote 19 - Leilão nº 002/2018, ficará no estado do Pará, em uma área localizada quase na divisa com Tocantins e Mato Grosso. O lote consiste em Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego. Os investimentos previstos montam em R\$479.796 e o prazo para a realização das obras é de até 54 meses. Esta obra é importante para concluir os reforços da região do Baixo Araguaia do Mato Grosso, que é a fronteira agrícola mais dinâmica do Estado.

Lote 4 - Leilão nº 004/2018 ficará nos estados da Bahia e Tocantins. O lote consiste m Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão. Os investimentos estimados para esta obra totalizar R\$699.423 e o prazo para realização das obras é de 60 meses. Esta obra é importante para o escoamento do potencial de geração hidráulica e fotovoltaica dos estados da Bahia e do Tocantins, além de suprimento para a região de Dianópolis e Gurupi no estado de Tocantins.

Geração de energia elétrica:

A Energisa possui projetos de instalação de parque eólico, localizado no Estado da Bahia, uma pequena central de geração de energia hidrelétrica em Nova Friburgo (RJ) e Minas Gerais (MG), além de projetos de geração solar.

Além desses projetos, a controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 1 usina termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 1 usina termelétrica para atendimento de sistemas isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação dos ativos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível.

Notas Explicativas

A controlada Ceron, possui em seu acervo patrimonial, uma Pequena Central Hidrelétrica, denominada PCH Rio Vermelho, instalada no município de Vilhena - RO, no KM 27, com uma capacidade de 2.600 kW, cuja transferência de propriedade foi decretada pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia em 19 de fevereiro de 1992.

Em 16 de novembro de 2017, por intermédio do memorando no 331/2017-SCG/ANEEL, a SCG foi finalizado o processo de registro da Central Geradora de Capacidade Reduzida-RCG CEG: CGH.PH.RO.002530-5.02, Rio Vermelho em nome das Centrais Elétricas de Rondônia.

A Administração considera a pequena atividade de geração como parte integrante das atividades do negócio da controlada.

A PCH não se encontra em funcionamento tendo paralisado sua operação em 24 de julho de 2015. As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia são como segue:

I - Operar Usina termelétrica e PCH;

II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;

III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;

IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;

V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração do ativo de geração;

VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e

VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda. ("ECOM"), que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de suas controladas direta e indireta Energisa Soluções S/A ("ESOL") e Multi Energisa Serviços S/A ("MULTI"), presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques eólicos. A controlada Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A ("ESER") presta serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 as controladas Rede Energia Participações S/A ("REDE") publicaram fato relevante informando que ajuizaram pedido de Recuperação Judicial ("RJ"). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE"), da QMRA Participações S/A. ("QMRA"), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. ("EEVP") e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. ("Denerge").

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado e credores apresentaram embargos de declaração, contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça de São

Notas Explicativas

Paulo. Apesar de pendente o julgamento desta Apelação, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais.

A posição em 31 de março de 2019 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza R\$ 561.891, onde R\$442.983 refere-se a Empréstimos, R\$59.098 a Debêntures e R\$59.810 a Fornecedores e Outros Contas a Pagar é como segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	180.239	272.451	54.267	506.957
(+) Atualização (1)	11.480	29.492	3.499	44.471
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2) e (2)	16.273	5.673	4.970	26.916
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(29.492)	(961)	(34.909)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	203.536	278.124	61.775	543.435
(+) Atualização (1)	2.839	7.274	873	10.986
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2) e (2)	4.592	1.464	1.414	7.470
Saldos em 31 de março de 2019	210.967	286.862	64.062	561.891

- (1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da REDE, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do período/exercício.
- (2) Ajustes a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas REDE, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

Aquisição de controle acionário:

Em 30 de outubro e 6 de dezembro de 2018, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições contidas no edital nº 2/2018-PPI/PND, a Energisa, em observância à Instrução CVM nº 358/02 e alterações posteriores, formalizou as transferências das participações societárias que asseguram o controle acionário das Centrais Elétricas de Rondônia (“ERO”) e da Companhia de Eletricidade do Acre (“EAC”), respectivamente. A aquisição ocorreu através da formalização da transferência para Energisa de 90,00% do capital da ERO e 87,61% do capital da EAC.

Naquelas datas, ocorreram as Assembleias Gerais da ERO e da EAC que tiveram como ordem a eleição dos novos membros da administração indicados pela Energisa, na qualidade de nova controladora, além de aprovar os aportes de capital realizados pela Energisa na ERO no montante de R\$282.049 e na EAC de R\$274.374, sendo todas as condições suspensivas estabelecidas em Edital satisfeitas e/ou dispensadas.

Os efeitos das combinações de negócios estão sendo divulgados na nota explicativa 17.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2019, compreendendo:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2019, com exceção à nova política contábil estabelecida pelo CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil, aprovado pela CVM através da Deliberação nº 787. O CPC 06 (R2) entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo que a Companhia adotou o método retrospectivo modificado onde os principais impactos estão apresentados nas notas explicativas nº 3.2, 19.2 e 20, respectivamente.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

3.2 Efeitos da adoção do CPC 06 (R2)

Balanço patrimonial	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/03/2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo sem efeitos em 31/03/2019	Saldo em 31/03/2019	Efeitos CPC 06(R2)	Saldo sem efeitos em 31/03/2019
Ativo						
Ativo circulante	546.199	-	546.199	11.289.373	-	11.289.373
Ativo realizável a longo prazo	1.572.945	-	1.572.945	9.626.463	-	9.626.463
Investimentos	8.478.322	-	8.478.322	106.897	-	106.897
Imobilizado	50.321	-	50.321	202.497	-	202.497
Intangível	14.816	(763)	14.053	14.628.463	(35.971)	14.592.492
Direito de uso - imóveis	763	(763)	-	35.971	(35.971)	-
Ativo Total	10.662.603	(763)	10.661.840	35.853.693	(35.971)	35.817.722
Passivo						
Passivo circulante	971.570	(69)	971.501	6.846.494	(13.102)	6.833.392
Arrendamentos operacionais	71	(71)	-	13.203	(13.203)	-
Impostos e contribuições sociais	5.583	2	5.585	692.180	101	692.281
Passivo não circulante	4.058.622	(697)	4.057.925	22.694.343	(23.064)	22.671.279
Arrendamentos operacionais	697	(697)	-	23.064	(23.064)	-
Patrimônio Líquido	5.632.411	3	5.632.414	6.312.856	195	6.313.051
Total	10.662.603	(763)	10.661.840	35.853.693	(35.971)	35.817.722

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/03/2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo sem efeitos em 31/03/2019	Saldo em 31/03/2019	Efeitos CPC 06(R2)	Saldo sem efeitos em 31/03/2019
Receita de venda de bens e/ou serviços	47.035	-	47.035	4.764.085	-	4.764.085
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(26.991)	(10)	(27.001)	(3.989.488)	(482)	(3.989.970)
Amortização e depreciação	(1.597)	14	(1.583)	(269.826)	3.717	(266.109)
Outras	(111)	(24)	(135)	(22.946)	(4.199)	(27.145)
Resultado bruto	20.044	(10)	20.034	774.597	(482)	774.115
Despesas/Receitas operacionais	269.256		269.256	(247.392)		(247.392)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	289.300	(10)	289.290	527.205	(482)	526.723
Resultado financeiro	(173.623)	15	(173.608)	(233.200)	778	(232.422)
Outras despesas financeiras	(111)	15	(96)	(455)	778	323
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	115.677	5	115.682	294.005	296	294.301
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(2.155)	(2)	(2.157)	(165.231)	(101)	(165.332)
Lucro do período	113.522	3	113.525	128.774	195	128.969

4. Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e das controladas. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investida e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, o Energisa controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período/exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Notas Explicativas

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e das controladas.

	Ramo de atividade	% de participação	
		31/03/2019	31/12/2018
Controladas diretas			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (2)	Distribuição de energia	95,43	90
Companhia de Eletricidade do Acre S/A (2)	Distribuição de energia	93,58	87,61
Energisa Soluções S/A (ESO)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A (3)	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro -Muquim S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Participações Minoritárias S/A (**)	Holding	87,70	87,7
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Holding	99,97	99,97
Energisa Transmissão de Energia S/A (nova denominação social da Energisa Empreendimentos de Energia II S/A) (3) (*)	Holding	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Transmissão de energia	100	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	Geração eólica de energia	100	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	Geração eólica de energia	100	-
Controladas indiretas			
Empresa Energética Vale Paranapanema S/A - EEVP	Holding	99,99	99,99
Rede Energia Participações S.A (1)	Holding	92,62	92,62

Notas Explicativas

	Ramo de atividade	% de participação	
		31/03/2019	31/12/2018
Rede Power do Brasil S/A	Holding	92,62	92,62
QMRA Participações S/A	Holding	92,62	92,62
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	73,38	73,38
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (1) (4)	Distribuição de energia	92,58	92,58
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	77,07	77,07
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	92,66	92,66
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (5)	Distribuição de energia	92,12	92,12
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100

(*) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 18 de julho de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia.

(**) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energisa Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

(1) Companhias Abertas.

(2) Companhias adquiridas pela Energisa S/A em outubro e dezembro de 2018 com participação direta de 95,43% (90% em 31 de dezembro de 2018) capital social da Centrais Elétricas de Rondônia (“Ceron”) e 93,58% (87,61% em 31 de dezembro de 2018) da Companhia de Eletricidade do Acre (“Eletroacre”), respectivamente.

Em 1º de março de 2019, as sobras de ações da Ceron e da Eletroacre que não foram adquiridas pelos empregados e aposentados, sendo 128.665.217 ações ordinárias na Ceron e 10.088.904.771 ações ordinárias e 3.768.032.911 ações preferenciais da Eletroacre, foram integralizadas pela Companhia que passou a deter os novos percentuais de participação.

(3) Em fase pré-operacional.

(4) A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A., possui 35,92% de participação na EMS.

(5) Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2017, foi aprovada as incorporações societárias pela Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A, da EBB, EDEVP, CNEE e CFLO.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- 1) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- 2) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- 3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

Combinação de negócio e ágio:

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a

Notas Explicativas

contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Classificação dos ativos e passivos correntes e não correntes:

Os ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou

não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Subvenções governamentais:

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Quando são recebidos os benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais o benefício obtido com empréstimo governamental é reconhecido ou mensurado inicialmente ao valor justo de acordo com o CPC 48, sendo o benefício relacionado a uma taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado tratado como subvenção governamental (mensurado por meio da diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo, apurado conforme o CPC 48, e o montante recebido).

Imposto de renda e contribuição social - corrente:

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Notas Explicativas

Tributos diferidos:

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal).
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos fiscais correntes são demonstrados de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada e somente se, a Companhia tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma Companhia tributável; ou (ii) nas Companhias tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Tributos sobre as receitas:

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre receitas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas.
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

5. Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, geração, transmissão, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	31/03/2019					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	4.473.639	-	78.353	189.763	22.330	4.764.085
Receitas Intersegmentos	4.223	-	-	-	71.333	75.556
Total	4.477.862	-	78.353	189.763	93.663	4.839.641
Receitas Financeiras	149.407	-	2.910	843	66.769	219.929
Despesas Financeiras	(203.249)	(1)	(3.732)	(880)	(245.267)	(453.129)
Total	(53.842)	(1)	(822)	(37)	(178.498)	(233.200)
Amortização e depreciação	290.263	13	8	10	10.239	300.533
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	379.170	(445)	44.167	(21.166)	(107.721)	294.005

	31/03/2018					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	3.459.685	84	7.239	207.323	6.616	3.680.947
Receitas Intersegmentos	4.938	-	-	-	63.693	68.631
Total	3.464.623	84	7.239	207.323	70.309	3.749.578
Receitas Financeiras	110.476	1	-	522	52.100	163.099
Despesas Financeiras	(219.983)	(1)	(6)	(1.224)	(212.044)	(433.258)
Total	(109.507)	-	(6)	(702)	(159.944)	(270.159)
Amortização e depreciação	207.395	13	4	9	9.188	216.609
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	398.080	11	(49)	(28)	(162.393)	235.621

Notas Explicativas

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	31/03/2019	31/12/2018
Ativos dos segmentos divulgáveis	33.030.709	7.283	561.496	180.231	3.575.614	37.355.333	37.882.471
Ativo circulante	10.088.847	438	158.307	168.514	1.120.034	11.536.140	11.252.719
Ativo não circulante	22.941.862	6.845	403.189	11.717	2.455.580	25.819.193	26.629.752
Passivos dos segmentos divulgáveis	23.673.271	48	345.860	189.141	6.834.157	31.042.477	31.834.941
Passivo circulante	5.881.488	38	18.633	125.333	1.067.772	7.093.264	7.753.395
Passivo não circulante	17.791.783	10	327.227	63.808	5.766.385	23.949.213	24.081.546

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	31/03/2019	31/03/2018
Receita		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	4.839.641	3.749.578
Eliminação de receitas intersegmentos	(75.556)	(77.523)
Receita líquida consolidada	4.764.085	3.672.055
Amortização e depreciação		
Amortização e depreciação total de segmentos divulgáveis	300.533	216.609
Amortização e depreciação consolidada	300.533	216.609
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	219.929	163.099
Eliminação de receitas intersegmentos	(38.111)	(49.055)
Receita financeira consolidada	181.818	114.044
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(453.129)	(433.258)
Eliminação de despesa intersegmentos	38.111	49.055
Despesa financeira consolidada	(415.018)	(384.203)
Lucros		
Total de lucros dos segmentos divulgáveis	294.005	235.621
Lucro antes dos impostos	294.005	235.621

	31/03/2019	31/12/2018
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	37.355.333	37.882.471
Outros valores não alocados	(1.501.640)	(1.464.463)
Total Ativo consolidado	35.853.693	36.418.008
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	31.042.477	31.834.941
Outros valores não alocados	(1.501.640)	(1.464.463)
Total passivo consolidado	29.540.837	30.370.478

Notas Explicativas

6. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1. Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2019 equivale a 92,4% do CDI (96,0 % do CDI em 2018).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários à vista	1.882	2.930	148.615	173.785
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	22.445	310.757	543.462	532.953
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	178.789	140.000	184.590
Compromissada	22.445	131.968	403.462	348.363
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante	24.327	313.687	692.077	706.738

6.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2019 equivale a 102,1% do CDI (100,0% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	1.516.028	2.431.702	1.889.300	3.643.972
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13.778	13.597	32.926	33.064
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	-	-	9.656	8.454
Compromissada ⁽²⁾	-	-	54	342
Debêntures ⁽³⁾	1.297.386	1.272.160	-	-
Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	25	14.310	118.020	723.726
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽⁵⁾	204.839	1.131.635	1.626.993	2.778.399
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.528	8.816	16.497	16.238
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	831	2.991	5.418	5.508
Compromissadas	3.190	238.504	20.818	439.285
Títulos públicos	3.489	408	123.654	443.894
Fundo de Renda Fixa	157.985	620.420	1.030.906	1.142.711
Letra financeira do Tesouro (LFT)	23.184	210.690	278.858	541.796
Letra financeira (LF)	781	9.969	24.514	64.626
Letra financeira (LTN)	2.761	8.089	30.335	29.627
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	10.090	31.748	95.993	94.714
Títulos CCBs ⁽⁶⁾	74.711	74.711	74.711	74.711
(-) Provisão para perdas com os títulos CCBs ⁽⁶⁾	(74.711)	(74.711)	(74.711)	(74.711)
Nota Promissória	-	-	-	-
Outros instrumentos	-	-	252	252
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁷⁾	-	-	101.399	99.735
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁸⁾	1.516.028	2.431.702	1.889.300	3.643.972
Circulante	261.157	1.182.802	1.783.559	3.538.730
Não Circulante	1.254.871	1.248.900	105.741	105.242

Notas Explicativas

- (1) Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - São aplicações referentes aos recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 99,0% a 100% e média ponderada 99,9% do CDI;
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 65,0% a 90,0% e média ponderada do CDI e estão lastreadas em debêntures;
- (3) Debêntures privadas emitidas pelas distribuidoras;
- (4) Fundos de Investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e são remunerados de 34,8% a 113,5% e média ponderada 106,1% do CDI.
- (5) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LFT, LF, LTN e NTN são remuneradas 105,6% do CDI Fundo FI Energisa e 107,0% do CDI Fundo Zona da Mata.
- (6) Cédula de Crédito Bancária.
- (7) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados: FIDC IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034 e FIDC III Energisa 2008 com vencimento em 29/12/2020.
- (8) Inclui na controladora R\$14.333 (R\$14.185 em 31 de dezembro de 2018) e no consolidado R\$212.281 (R\$233.821 em 31 de dezembro de 2018) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Depósito judicial credores	14.308	14.094	14.308	14.094
FIDC	-	-	101.399	99.735
Luz para todos	-	-	75.830	100.492
Garantia com comercialização de energia	-	-	9.656	8.454
Outros	25	91	11.088	11.046
Total	14.333	14.185	212.281	233.821

7. Clientes, consumidores e concessionárias

Na controladora, inclui principalmente serviços especializados prestados as controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 14 - transações com partes relacionadas e no consolidado englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Controladora		Consolidado						PPECLD (7)	Total	
	31/03/2019	31/12/2018	Saldos a vencer		Saldos vencidos			31/03/2019		31/12/2018	
			Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias				Há mais de 360 dias
Valores correntes: ⁽¹⁾											
Residencial	-	-	348.521	2	444.533	64.813	20.634	12.527	(110.890)	780.140	738.142
Industrial	-	-	159.948	-	41.317	6.927	8.555	32.295	(41.185)	207.857	215.549
Comercial	-	-	280.146	-	108.806	15.314	14.404	24.222	(43.241)	399.651	382.440
Rural	-	-	93.457	-	56.301	13.883	5.597	3.324	(8.375)	164.187	167.188
Poder público	-	-	99.914	-	25.178	3.034	3.038	11.877	(16.493)	126.548	120.799
Iluminação pública	-	-	54.171	-	10.812	2.585	7.284	11.066	(21.412)	64.506	70.471
Serviço público	-	-	47.939	-	10.562	6.887	9.542	53.872	(68.234)	60.568	62.583
Serviço taxado	-	-	3.721	-	-	-	-	-	-	3.721	4.323
Fornecimento não faturado	-	-	790.413	-	-	-	-	-	-	790.413	754.443
Arrecadação Processo Classificação	-	-	61.528	-	-	-	-	-	-	61.528	92.269
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	27.838	70.759	21.877	8.214	6.112	43.026	(66.709)	111.117	97.206
Industrial	-	-	7.199	18.457	3.157	1.425	1.715	21.143	(30.032)	23.064	26.755

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado							Total	
	31/03/2019	31/12/2018	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD (7)	31/03/2019	31/12/2018
			Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias			
Comercial	-	-	13.100	77.612	8.736	2.658	4.047	17.125	(48.137)	75.141	82.830
Rural	-	-	6.106	17.199	3.449	1.454	1.242	4.838	(12.005)	22.283	22.498
Poder público (2)	-	-	16.062	347.241	2.256	697	861	41.482	(17.134)	391.465	390.717
Iluminação pública	-	-	2.564	23.092	291	14	74	15	(107)	25.943	22.295
Serviço público	-	-	1.073	18.669	262	36	43	251	(460)	19.874	17.679
(-) Ajuste valor Presente (3)	-	-	(3.116)	(101.924)	-	-	-	-	-	(105.040)	(111.618)
Subtotal-clientes	-	-	2.010.584	471.107	737.537	127.941	83.148	277.063	(484.414)	3.222.966	3.156.569
Suprimento energia a concessionárias - moeda nacional (4)	-	-	506.253	-	1.119	671	1.368	34.974	(5.614)	538.771	75.568
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	5.040	-	167	-	3	9.716	(10.879)	4.047	1.655
Serviços Especializados	32.860	34.842	22.159	-	-	-	-	-	(2.433)	19.726	14.770
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	-	-	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros (6)	-	-	358.478	79.073	120.664	13.110	1.969	192.157	(22.289)	743.162	729.417
Total	32.860	34.842	2.914.715	550.180	859.487	141.722	86.488	513.910	(525.629)	4.540.873	3.990.180
Circulante	32.860	34.842	-	-	-	-	-	-	-	3.572.242	3.041.247
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	968.631	948.933

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Reconhecido ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de R\$14.495 (R\$12.926 em 31 dezembro de 2018) contabilizado na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI 6,40% a.a (6.60% a.a em 31 de dezembro de 2018).
- (3) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 6,40% a.a. (6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2018).
- (4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos créditos da CCEE	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Saldos a vencer	505.774	43.963
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 (a)	34.589	34.589
Sub-total créditos CCEE (*)	540.363	78.552
(-) Aquisição de energia na CCEE	(643.375)	(157.619)
(-) Encargos de serviços do sistema	(16.330)	(31.628)
Total débitos CCEE	(119.342)	(110.695)

(*) O sub-total de R\$540.363 (R\$78.552 em 31 de dezembro de 2018) não inclui a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$2.913 (R\$2.913 em 31 de dezembro de 2018).

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. As controladas ESE, EMG, ENF e ESS não constituíram provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (5) Os valores objetivaram recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2018), registrado no ativo não circulante, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante no consolidado.

Notas Explicativas

- (6) ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado além de incluir, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (7) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa A provisão foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias.

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018 e a avaliação efetuada não indicou alterações relevantes na provisão.

Segue movimentação das provisões:

Movimentação das provisões	31/03/2019	31/12/2018
Saldo inicial - circulante -31/12/2018 e 31/12/2017	605.063	388.025
Saldo de aquisição da combinação de negócios	-	170.936
Provisões constituídas no período/exercício	83.873	154.736
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(51.211)	(108.634)
Saldo final - circulante -31/03/2019 e 31/12/2018	637.725	605.063
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	525.629	493.192
Títulos de créditos a receber	71.175	71.175
Outros créditos	40.921	40.696
Saldo final	637.725	605.063

8. Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (1)	-	-	15.325	16.590
Precatório de Órgãos Públicos Municipais (1)	-	-	65.763	65.763
Títulos de créditos a receber (3 e 4)	187	222	41.875	47.125
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(71.175)	(71.175)
Ajuste a valor presente (1 e 2)	-	-	(22.879)	(23.166)
Total	187	222	28.909	35.137
Circulante	139	144	15.467	20.031
Não circulante	48	78	13.442	15.106

Em 31 de março de 2019, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

Vencimento dos títulos	Controladora	Consolidado (*)
	31/03/2019	31/03/2019
Vencidos	-	4.902
2019	139	7.485
2020	48	7.498
2021	-	8.497
2022 em diante	-	71.702
Total	187	100.084

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

Controladora:

Em 31 de março de 2019 a Energisa S/A, possui R\$187 (R\$222 em 31 de dezembro 2018) de títulos a receber junto a Raizen do Brasil que serão liquidados em 36 parcelas com valor mensal de R\$85, com incidência de juros mensais equivalentes ao CDI.

Notas Explicativas

Consolidado:

(1) Precatórios de Órgãos Públicos Municipais - controlada indireta EMT

- (i) Títulos precatórios referente a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos de R\$15.325 (R\$16.590 em 31 de dezembro de 2018) encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 33 parcelas, restando 33 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. A Administração da controlada, constituiu ajuste a valor presente de R\$68 (R\$78 em 31 de dezembro de 2018), utilizando a taxa média anual de CDI 6,40 % a.a. (6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) A controlada contabilizou em junho de 2018 títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dividas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica, referente ao período de julho de 1998 a junho de 2014 no montante R\$65.763 (valores históricos), vencidas a partir de 27 de julho de 1998, que se encontravam totalmente provisionado. Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado. O montante se encontra integralmente provisionado, conforme segue:

	31/03/2019	31/12/2018
Prefeitura Municipal de Alta Floresta	1.025	1.025
Prefeitura Municipal de Cáceres	4.021	4.021
Prefeitura Municipal de Juscimeira	4.127	4.127
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG	56.590	56.590
Total	65.763	65.763

(2) Títulos de créditos a receber:

Controlada indireta EMT

Aquisição de crédito de carbono no montante de R\$1.625 (R\$1.625 em 31 de dezembro de 2018) que se encontra totalmente provisionado.

Controlada indireta ESS:

- (i) A controlada, adquiriu em 2003, R\$44.033 (R\$44.033 em 31 de dezembro de 2018), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada indireta ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 31 de dezembro de 2018) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Inclui convênio de arrecadação, uso mutuo de postes e outros no montante de R\$3.355 (R\$8.299 em 31 de dezembro de 2018). A controlada constitui perdas de valor recuperável de uso mútuo de postes de R\$762 (R\$762 em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) Refere-se a títulos precatórios de Prefeituras no montante de R\$684 (R\$684 em 31 de dezembro de 2018), que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios. A controlada constituiu perda do valor recuperável do precatório da Prefeitura Municipal de Regente Feijó no montante de R\$290 (R\$290 em 31 de dezembro de 2018).

Prefeituras	31/03/2019	31/12/2018
Regente Feijó	290	290
Santo Anastácio	394	394
Total	684	684

Controlada indireta ETO:

A controlada indireta ETO no 1º trimestre de 2019 registrou o montante de R\$11.912 (R\$12.496 em 31 de dezembro de 2018), cujo detalhamento dos títulos é como segue:

Notas Explicativas

- (i) R\$8.546 (R\$9.135 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados são como segue:

Prefeituras	31/03/2019	31/12/2018
Araguatins	16	163
Palmeirópolis	3	3
Paraíso	2.235	2.358
Silvanópolis	17	28
Taguatinga	4.399	4.601
Divinópolis (*)	337	442
Miranorte (*)	699	699
Porto Nacional (*)	651	651
Cachoeirinha (*)	32	33
Colmeia (*)	107	107
Ponte Alta do Bom Jesus (*)	50	50
Total	8.546	9.135

(*) valores integralmente provisionados até que se inicie os pagamentos.

- (ii) R\$3.366 (R\$3.126 em 31 de dezembro de 2018), inclui créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO. A controlada constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$1.989.

A Administração da controlada ETO, constituiu provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$179 (R\$455 em 31 de dezembro de 2018) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

Demais controladas:

- (i) R\$1.480 (R\$1.665 em 31 de dezembro de 2018), outros títulos a receber junto a terceiros, das controladas CTCE, EPB, EMG, ESE, Dinâmica e ERO.
- (ii) A controlada EMG constituiu no período perda do valor recuperável do precatório da Prefeitura Municipal de Manhuaçu no montante de R\$748 (R\$748 em 31 de dezembro de 2018)

9. Dividendos a receber

Dividendos a receber	Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	42.445	42.445
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	53.486	53.486
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	1.289	1.289
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	17.883	4.471
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros	740	-
Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A	247	247
Total - Ativo Circulante	116.090	101.938

Notas Explicativas

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	269.227	270.539
Imposto de renda retido fonte - IRRF	33.024	29.306	46.975	38.986
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	73.988	71.591	594.700	567.338
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	7.234	6.663	169.005	162.289
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.090	1.309	143.890	111.555
Outros	187	171	50.977	42.416
	115.523	109.040	1.274.774	1.193.123
Circulante	80.710	88.855	953.502	925.676
Não circulante	34.813	20.185	321.272	267.447

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

11. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios - consolidado

11.1 Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.414, de 03/07/2018	15,55%	12/07/2018
EMG	Resolução 2.403, de 19/06/2018	12,05%	19/06/2018
EBO	Resolução 2.512, de 29/01/2019	4,36%	04/02/2019
ENF	Resolução 2.400, de 12/06/2018	13,95%	22/06/2018
EPB	Resolução 2.439, de 22/08/2018	15,73%	28/08/2018
ETO	Resolução 2.413, de 03/07/2018	10,13%	04/07/2018
CERON	Resolução 2.496, de 11/12/2018	25,34%	13/12/2018
ELETROACRE	Resolução 2.497, de 11/12/2018	21,29%	13/12/2018

11.2 Revisões tarifárias períodos:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e ETO, e (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, ESS ^(*), ERO e EAC.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Notas Explicativas

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
CFLO (*)	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
CNEE (*)	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EBO	Resolução 2.200, de 31/01/2017	0,43%	04/02/2017
EDEVP (*)	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
EEB (*)	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 2.291, de 22/08/2017	14,55%	28/08/2017
ESE	Resolução 2.387, de 17/04/2018	11,30%	22/04/2018
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016
CERON	Resolução 1.657 de 26/11/2013	13,17%	30/11/2013
ELETROACRE	Resolução 1.655 de 26/11/2013	10,73%	30/11/2013

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS, incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatória 2.271, de 11 de junho de 2017, aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passou a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

11.3 Revisão Tarifária Extraordinária

Em 26 de março de 2019, a ANEEL aprovou por meio da Resolução 2.523 a revisão extraordinária que afetou as controladas diretas EBO, ERO e EAC, devido a antecipação do término do pagamento da cota da CDE Conta ACR. Os novos valores entrarão em vigor a partir do dia 1º de abril de 2019, afetando então os ativos e passivos financeiros setoriais das controladas diretas.

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (Início)
ERO ⁽¹⁾	Resolução 2.524, de 26/03/2019	17,87%	01/04/2019
EBO ⁽²⁾	Resolução 2.523, de 26/03/2019	1,75%	01/04/2019
EAC ⁽²⁾	Resolução 2.523, de 26/03/2019	18,13%	01/04/2019

⁽¹⁾ Na controlada ERO foi efetuado em 26/03/2019, redução média de 7,4% nas tarifas de energia elétrica da Companhia, resultando em uma diminuição do índice de reajuste médio de 25,34% (aprovados em dezembro de 2018) para 17,87%.

⁽²⁾ Nas controladas EBO e EAC foi efetuado em 26/03/2019, redução média de 2,5% e 2,6%, respectivamente, nas tarifas de energia elétrica das Companhias, devido ao abatimento da parcela do empréstimo da Conta ACR, na Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e ajustes nas parcelas referentes a outras rubricas da CDE (CDE USO e CDE Decreto), resultando em uma diminuição do índice de reajuste médio na EBO de 4,36%, aprovado em janeiro de 2019, para 1,75% e na EAC de 21,29%, aprovado em dezembro de 2018, para 18,13%.

11.4 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

Notas Explicativas

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês;

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$3,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Resolução Homologatória nº 2.203/2017, com vigência a partir de fevereiro/2017, homologou os valores de Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, mencionadas anteriormente. Após a finalização da Audiência Pública AP nº 61/2017 a ANEEL aprovou a elevação dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 2.

No 1º trimestre de 2019 e 2018 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	31/03/2019	31/03/2018
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde

11.5 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Notas Explicativas

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL. Os valores envolvidos de ganho montam em R\$4.495 (R\$4.495 em 31 de dezembro de 2018) que deverão ser compensados.

O grupo Energisa envidou seus melhores esforços utilizando-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores para se manter dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%).

12. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais- Consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldo em 31/12/2018	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrência	Saldo em 31/03/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	1.575.318	139.314	(319.140)	12.704	(2.689)	1.405.507	472.941	932.566	1.305.098	100.409
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	3.900	11.848	(1.613)	156	-	14.291	2.217	12.074	11.733	2.558
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	53.496	6.185	(12.794)	315	32	47.234	17.997	29.237	41.311	5.923
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	10.116	3.035	(531)	133	-	12.753	579	12.174	11.907	846
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	118.223	29.498	(8.977)	1.469	(3.548)	136.665	22.989	113.676	123.789	12.876
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	14.884	2.552	(968)	135	(8.406)	8.197	517	7.680	5.008	3.189
Sobrecontratação de energia (4)	176.995	55.233	(57.578)	73	(19.308)	155.415	108.407	47.008	143.393	12.022
CUSD	8.965	64	(4.068)	33	-	4.994	3.845	1.149	4.730	264
Exposição de submercados (6)	150.923	54.611	(32.119)	1.496	(10)	174.901	35.998	138.903	154.072	20.829
RGR designada - ativo de CVA (7)	672.776	-	-	11.174	-	683.950	-	683.950	-	683.950
Garantias (8)	4.614	1.013	(1.121)	46	-	4.552	1.403	3.149	3.840	712
Saldo a Compensar (9)	25.978	13.277	(7.975)	190	(15.803)	15.667	5.606	10.061	13.125	2.542
Outros itens financeiros (10)	11.626	40.065	(5.090)	717	11.122	58.440	394	58.046	20.448	37.992
Total Ativo	2.827.814	356.695	(451.974)	28.641	(38.610)	2.722.566	672.893	2.049.673	1.838.454	884.112

Notas Explicativas

Passivo financeiro setorial	Saldo em 31/12/2018	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrência	Saldo 31/03/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	13.048	11.730	-	312	(2.689)	22.401	-	22.401	6.745	15.656
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	7.240	5.843	(3.554)	57	32	9.618	274	9.344	8.590	1.028
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	195	-	(181)	-	-	14	14	-	14	-
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	632.275	96.190	(157.905)	4.687	-	575.247	166.124	409.123	513.402	61.845
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18.229	15.562	(16.121)	37	(3.548)	14.159	2.165	11.994	7.015	7.144
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	63.443	46.838	(24.056)	1.143	(8.406)	78.962	20.011	58.951	70.639	8.323
Sobrecontratação de energia (4)	295.880	5.105	(45.170)	2.990	(19.309)	239.496	53.113	186.383	193.343	46.153
Devoluções Tarifárias (5)	139.662	30.034	(6.111)	1.163	1	164.749	10.653	154.096	1	164.748
CUSD	89	255	-	24	-	368	-	368	361	7
Exposição de submercados (6)	3	-	3	(2)	(10)	(6)	-	(6)	(5)	(1)
Saldo a Compensar (8)	30.959	13.438	(9.869)	(716)	(15.803)	18.009	3.958	14.051	14.253	3.756
Outros itens financeiros (9)	37.407	2.436	(26.294)	(5)	11.122	24.666	24.650	16	24.664	2
Total Passivo	1.238.430	227.431	(289.258)	9.690	(38.610)	1.147.683	280.962	866.721	839.022	308.661
Saldo líquido	1.589.384	129.264	(162.716)	18.951	-	1.574.883	391.931	1.182.952	999.432	575.451

- Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- Repasso de sobrecontratação de energia (energia excedente):** A distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- Devoluções tarifárias:** Refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- Exposição de submercados:** Representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre Submercados.
- RGR Designada** - as controladas CERON e ACRE detinham a concessão para a exploração de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nos termos dos Contratos de Concessão vigentes a época. Em 22 de julho de 2016 a acionista Eletrobrás, deliberou pela não prorrogação das Concessões de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica das Distribuidoras da Eletrobrás, deixando de ser concessionárias para se tornarem prestadoras temporárias do serviço de distribuição de energia elétrica.

Objetivando regulamentar o assunto, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 388/2016, definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público Temporário por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e designou as empresas de distribuição da Eletrobrás como prestadoras temporárias do serviço de distribuição de energia elétrica, por meio das Portarias nº 420, nº 421, nº 422, nº 423, nº 424 e nº 425, todas de 2016.

Até a transferência do controle acionário ocorrido em 30 de outubro e 06 de dezembro de 2018 para Ceron e Eletroacre, respectivamente, as distribuidoras complementaram suas fontes de recursos através da utilização e captação de empréstimos oriundos da Reserva Global de Reversão - RGR.

Ao contrair tais obrigações financeiras, as controladas foram oneradas economicamente pela ausência de contrapartida ativa de tais obrigações.

Desta forma, por meio do ofício nº 242/2018, a Aneel estabeleceu que em ambos os cenários, outorga pura (liquidação) e ou licitação combo (alienação do controle acionário) o passivo contraído junto ao Fundo RGR, durante todo o período da designação, seria transferido para a nova concessão, no qual o novo concessionário faria jus ao recebimento tarifário nos termos da Lei e da forma definida pelo edital de licitação. Adicionalmente a Aneel ainda concluiu no ofício que: "Não há hipótese, portanto, que o passivo fique com a Distribuidora Designada sem ter um ativo 'correspondente'".

Notas Explicativas

Assim, fica também afastada a condicionalidade de reconhecimento desse direito apenas via consumo, caracterizando um direito incondicional, de forma análoga ao ativo consubstanciado no OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, reunindo assim as condições necessárias para o registro contábil do reconhecimento do direito como receita da CVA - outros componentes financeiros em contrapartida de ativo financeiro setorial da concessão. Conforme Resolução Normativa nº 748, de 29 de novembro de 2016, art. 6º Parágrafos 9º a 10º. § 9º, a taxa de juros utilizada para o empréstimo foi de 111% da taxa SELIC.

Ademais, nas datas das assinaturas dos novos contratos de concessão foram aplicados os índices de deságio da flexibilização regulatória e outorga ofertados pela Companhia, 21% para a Ceron e 31% para a Eletroacre, resultando em redução do montante de RGR designada de R\$101.038 e R\$52.454, respectivamente.

- (8) **Garantias Financeiras:** Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (9) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (10) **Outros itens financeiros:** Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC.

13. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Subvenção Baixa Renda ⁽¹⁾	-	-	69.623	68.727
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	148.837	147.378
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	16.688	15.218
Ordens de desativação em curso	-	-	5.649	18.521
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.628	1.512
Adiantamentos a fornecedores e empregados	1.013	610	77.625	46.593
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	-	-	191.252	178.121
Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	176.791	176.791
Provisão para perdas Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	81.694	80.581
(-) Ajuste a valor presente - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	(27.556)	(27.808)
Sub-rogação da CCC ⁽⁵⁾	-	-	22.834	24.316
Padrão de baixa renda	-	-	3.262	3.264
Adiantamento de benefícios pós-emprego	-	-	8.704	8.704
Créditos a receber Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Despesas pagas antecipadamente	5.188	8.257	52.997	61.325
Contas a receber de venda das empresas de geração ⁽⁶⁾	62.020	62.020	62.020	62.020
Créditos a receber de terceiros ⁽⁷⁾	-	-	39.711	39.284
Créditos a receber da Eletrobrás - LPT ⁽⁸⁾	-	-	16.166	16.166
Créditos a receber Estado de Tocantins ⁽⁹⁾	-	-	46.398	50.343
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber ⁽⁹⁾	-	-	-	(40.000)
Aquisição de combustível p/ conta CCC ⁽¹⁰⁾	-	-	48.089	55.162
Depósito para reinvestimentos - incentivo fiscais	-	-	10.246	8.049
Adiantamentos - Inergus ⁽¹¹⁾	-	-	58.089	58.089
CCC custo total de geração - Lei 12.111/2009 ⁽¹²⁾	-	-	412.036	244.971
Repasse Capitalização ERO e EAC ^(**)	-	109.604	-	-
Outros ^(*)	21.888	16.181	51.741	43.386
Total	90.109	196.672	1.399.396	1.165.585
Circulante	28.089	25.049	1.113.820	921.242
Não circulante	62.020	171.623	285.576	244.343

(*) Inclui, na controladora R\$857 (R\$705 em 31 de dezembro 2018) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval e no consolidado, R\$40.921 (R\$40.696 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas

(**) refere-se ao montante da subscrição das sobras de ações da Ceron e da Eletroacre que não foram adquiridas pelos empregados e aposentados, correspondente a 128.665.217 ações ordinárias da ERO e 10.088.904.771 ações ordinárias e 3.768.032.911 ações preferenciais da EAC, a Companhia realizou a aquisição das sobras em 1º de março de 2019. O montante das ações adquiridas foram consideradas como investimento permanente.

(1) Os créditos de subvenção baixa renda referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. O saldo refere-se as provisões de fevereiro e março/2019. Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no período:

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2018	4.260	333	8.850	10.451	1.811	8.831	7.097	7.893	4.446	3.381	11.374	68.727
Subvenção baixa renda	4.004	448	10.752	23.294	1.968	7.735	9.094	7.122	4.672	3.594	2.539	75.222
Ressarcimento pela CCEE	(4.247)	(473)	(11.919)	(18.109)	(2.286)	(9.970)	(9.900)	(9.047)	(4.994)	-	(3.381)	(74.326)
Saldos consolidados em 31/03/2019	4.017	308	7.683	15.636	1.493	6.596	6.291	5.968	4.124	6.975	10.532	69.623

(2) O saldo de subvenção CDE - Desconto Tarifário refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os saldos correspondem às subvenções incorridas nos meses de fevereiro e março de 2019, que serão compensados /ressarcidos no segundo trimestre de 2019.

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2018	10.198	374	1.653	26.176	(404)	54.442	12.864	27.099	20.359	21.508	3.852	178.121
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	14.933	1.437	11.568	23.054	2.379	68.279	21.638	45.489	26.239	18.946	2.410	236.372
Ressarcimento pela CCEE	(16.470)	(927)	(10.218)	(28.769)	(2.968)	(74.304)	(17.444)	(40.372)	(26.139)	(17)	(5.613)	(223.241)
Saldos consolidados em 31/03/2019	8.661	884	3.003	20.461	(993)	48.417	17.058	32.216	20.459	40.437	649	191.252

As controladas EMG, ENF, ESS e EMS desde 02 de setembro de 2015, possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e Baixa Renda, com os valores a pagar de CDE com a CCEE (anteriormente o fundo era administrado pela Eletrobrás). Desta forma, até dezembro de 2018, foram compensados e ressarcidos R\$92.119 referente à Subvenção CDE e R\$24.295 referente subvenção Baixa Renda. As compensações foram finalizadas em dezembro de 2018.

(3) Banco Daycoval - refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da Rede Energia Participações S.A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, ESS e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor. O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle das controladas.

(4) Crédito a receber da Celpa são valores que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, ESS e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante serão pagos em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.

Notas Explicativas

(5) Sub rogação CCC - a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					31/03/2019	31/12/2018
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	14.307	17.947	19.019
Sistema de Transmissão Rondolândia	em serviço	10.203	4.613	3.781	832	1.154
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	860	4.055	4.143
Total		53.125	41.782	18.948	22.834	24.316
Circulante (Principal)					5.165	10.414
Não Circulante (Principal)					17.669	13.902

(6) Contas a receber de venda das empresas de geração refere-se ao montante que a Energisa possui a receber de R\$113.500 pela venda de seus ativos de geração de energia elétrica, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda firmados com a compradora.

A Companhia estimou a controvérsia em R\$51.480, valor que foi registrado pela Energisa como redutor aos resultados descontinuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O recebimento desse valor faz parte de um processo arbitral iniciado pela Companhia contra a compradora com prováveis êxitos de realização.

(7) Refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(8) Créditos a receber das Centrais Elétrica Brasileiras refere-se ao montante que a controlada Energisa TO reconheceu no período créditos a receber no montante R\$16.166 (R\$16.166 em 31 de dezembro de 2018), referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato N° ECFS-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

(9) Créditos a receber do Estado de Tocantins refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	31/03/2019	31/12/2018
Principal	95.561	95.561
Atualização monetária - IGPM (*)	76.589	76.589
Amortização - Dividendos	(92.689)	(88.744)
Amortização - Ações	(33.063)	(33.063)
Total	46.398	50.343
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	-	(40.000)
Total não circulante	46.398	10.343

(*) A partir do mês de julho de 2017 a controlada paralisou a aplicação do índice de atualização monetária sobre o saldo do contrato em face de encontrar-se em processo de negociação com o Governo do Estado.

- Programa Reluz Tocantins

Trata-se de crédito mantido pela controlada ETO contra o Governo do Estado de Tocantins relativo a implementação do Programa Reluz Tocantins e Convênio 028/2008. A controlada vem mantendo tratativas junto ao Governo do Estado de forma a possibilitar a liquidação do saldo, uma vez que a ETO realizou todas as obras e cumpriu com todas as obrigações contratuais.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício n° 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor com a controlada indireta ETO no montante de R\$103.185, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 - linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor.

Baseado na perspectiva de conclusão das negociações, a administração reavaliou a expectativa de realização dos créditos a receber referentes ao Programa Reluz Tocantins e Convênio 028/2008 da controlada ETO com o acionista Estado do Tocantins e efetuou a reversão da provisão do valor presente do contas a receber de R\$40.000, reconhecida na demonstração de resultado consolidado do período, na rubrica de outras despesas financeiras.

(10) Aquisição de combustível da conta CCC a controlada Energisa Mato Grosso Distribuição de Energia S.A (EMT) possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, sendo que deste total, R\$53.621 foram reconhecidos pela ANEEL através

Notas Explicativas

da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018, referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016 que detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e o reprocessamento mensal dos benefícios, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011. No primeiro trimestre de 2019 houve reversão da provisão no montante de R\$4.126 em virtude do Custo Total de Geração - CTG, ter sido inferior ao ACRmed neste período, além dos recebimentos correspondentes aos meses de novembro e dezembro de 2018.

(11) Adiantamento INERGUS refere-se a recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Sergipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS.

(12) Os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC estão apresentados no ativo circulante e não circulante. Estes são reconhecidos com base na Lei 12.111/2009, cujas informações são prestadas pelas controladas Ceron e Eletroacre junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é gestora da Conta CDE. Esses valores após aprovados pela gestora são repassados as controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo.

14. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (30,48% do capital total) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (81,40% do capital total). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital total) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital total). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital total).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	31/03/2019		31/12/2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores e concessionárias - Serviços especializados	32.860	-	34.842	-
Outros Créditos - outros -Comissão de aval	857	-	706	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	1.297.386	-	1.272.160	-
Mútuos (1):				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	1.013	-	995	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (2)	15.184	-	14.413	-
. Rede Energia Participações S/A (2) e (3)	99.381	5.934	95.434	5.827
. Companhia de Eletricidade do Acre (1)	-	-	75.554	-
Outros (*):				
. Companhia de Eletricidade do Acre	77.054	-	-	35.264
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A	-	-	-	27.835
Total - não circulante	192.632	5.934	186.396	68.926
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (4):				
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	10	-	10	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	1.112	-	932	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	1.046	-	41	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	11	-	10	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	11	-	10	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	12	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	12	-	11	-
. Energisa Participações Minoritárias S/A (**)	11	-	11	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	60.201	-	60.201	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	1.007	-	948	-

Notas Explicativas

Controladora	31/03/2019		31/12/2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	52.771	-	52.771	-
. Energisa Soluções S/A	32.819	-	32.819	-
. Energisa Transmissora de Energia S/A	134	-	134	-
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A	329.710	-	-	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	614.296	-	-	-
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	12	-	-	-
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	16	-	-	-
. Energisa Tocantins Transmissão de Energia II	299	-	-	-
	1.093.490	-	147.909	-
Total	2.617.225	5.934	1.642.013	68.926

(*) Refere-se compromisso da controladora em subscrever as sobras das ações dos empregados e aposentados, vide nota explicativa nº 36.

(**) Em Assembleia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energisa Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

(1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,5018 a.a (CDI + 0,6668 a.a em 31 de dezembro de 2018), e incluem o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia e Rede Power.

(2) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta.

(3) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do período as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.

(4) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos.

Em 08 de março de 2019, foi exercida a PUT pela BNDESPAR, tendo a controlada indireta EEVP efetuado o pagamento no valor de R\$614.296. Para fazer frente a essa liquidação a Companhia efetuou aporte de adiantamento no mesmo montante na controlada direta Denerge que por sua vez realizou adiantamento na EEVP.

Condições de contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Rede Energia Participações S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	03/07/2020
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	12/09/2020
. Rede Energia Participações S/A (créditos opção "C")	CDI + 2% a.a	11/10/2036
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	31/10/2021
. Companhia de Eletricidade do Acre	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	06/12/2021

Notas Explicativas

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos prestados (1)	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) (2 e 3)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures (5)
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	3.134	2.581	1.866	69.577
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	7.927	5.609	6.533	197.948
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	4.263	4.861	2.900	121.659
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	1.363	342	1.581	81
. Energisa Soluções S/A (*)	598	-	453	-
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	583	314	348	40
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (4)	13.528	6.841	8.383	322.976
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	8.053	2.580	4.943	153.302
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (4)	5.563	4.378	3.536	219.611
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A	6.973	4.324	4.209	213.049
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A	313	-	355	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	790	-	-
. Multi Energisa Serviços S/A	487	-	308	-
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	2	-	8	-
. Energisa Serviços Aéreos e Aero inspeção S/A	1	-	1	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda	197	-	162	-
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A	-	-	1	-
. Gipar S/A (2)	-	(3.050)	-	-
. Rede Energia Participações S/A	-	3.837	-	-
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A	220	-	47	-
. Companhia de Eletricidade do Acre	-	1.433	-	-
31/03/2019	53.205	34.840	35.634	1.298.243
31/12/2018	-	-	37.613	1.272.866
31/03/2018	39.586	70.888	-	-

(*) Inclui serviços administrativos contratados.

(1) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL;

(2) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a para empresas controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.;

Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2018, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R\$12.199, registrados na rubrica de “despesas pagas antecipadamente” e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No período findo em 31 de março de 2019 foram contabilizados R\$3.050 (R\$11.791 em 31 de dezembro de 2018) registrados em outras despesas financeiras - comissão de aval no resultado do período. O saldo a apropriar em 31 de março de 2019 é de R\$5.083 que será reconhecido até agosto de 2019;

(3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao período findo em 31 de março de 2019 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato;

(4) Inclui o valor de R\$814 em 31 dezembro de 2018 referente aos rendimentos das aplicações financeiras das 33.540 debentures de emissão da controlada EMT e recompradas pela controlada em 15 de janeiro de 2018 e R\$11.942 em 31 de dezembro de 2017 de notas promissórias de 1ª e 2ª série emitidas pela controlada ETO - vide nota explicativa nº 6.2;

(5) Em 2017 a Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª e 2ª séries incentivadas emitidas pelas controladas EMG, ESE, EPB, EMT, ESS, ETO e EMS, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Serie. Em 31 de março de 2019, o valor atualizado é de R\$1.297.386 (R\$1.272.160 em 31 de dezembro de 2018) de suas controladas diretas EMG, ESE, EPB e das controladas indiretas ESS, EMT, ETO e EMS, conforme segue: (i) EMG R\$69.498; EPB - R\$197.747; ESE - R\$121.203; EMT -

Notas Explicativas

R\$322.976; ETO - R\$219.611, ESS - R\$213.049 e EMS R\$153.302 (EMG R\$68.184; EPB - R\$194.159; ESE - R\$119.003; EMT - R\$316.133; ETO - R\$215.234, ESS - R\$208.726 e EMS (R\$150.721).

Custo do contrato de comissão de aval, de garantias da controladora para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de março de 2019 monta em R\$857 (R\$705 em 31 dezembro 2018).

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Remuneração Anual ^(a)	7.809	7.809	74.126	73.975
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	133	249	964	1.018
Remuneração da Diretoria	425	380	4.898	4.263
Outros Benefícios ^(b)	203	85	2.348	2.104

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2018 foi aprovado na AGO/E de 25 de abril de 2018. Em AGO/E de 30 de abril de 2019 foi aprovado novo limite global de remuneração de R\$9.380.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de março de 2019, foram de R\$121 e R\$1 na controladora e R\$192 e R\$2 no consolidado (R\$118 e R\$1 na controladora e R\$186 e R\$2 no consolidado em 31 de março de 2018), respectivamente. A remuneração média no período findo em 31 de março de 2019 foi de R\$16 na controladora e R\$44 no consolidado (R\$14 na controladora e R\$41 no consolidado em março de 2018).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos Programa de Remuneração Variável através do 1º programa de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. O Programa de concessões de ações, têm por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 244.980 units, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual, a ser consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. Ao programa são associadas condições de performance (Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o *target* em função das faixas atingidas.

O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O período de aquisição do direito (vesting) são de 3 anos, a partir da data da outorga em 02 de maio de 2018.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2019.

Notas Explicativas

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	244.980
Prazo de carência	3 anos
Taxa de juros livre de risco ^(a)	8,2%
Volatilidade ^(b)	25,61%
Valor justo na data da outorga	R\$ 27,65

(a) Taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021).

(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No período findo de 31 de março de 2019, no consolidado, foram reconhecidos R\$534 decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica de custos e despesas operacionais em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

15. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Informações Financeiras Intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias de R\$281.258 na controladora e R\$2.706.800 no consolidado.

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Ativo		
Prejuízos fiscais	246.142	256.779
Base negativa da contribuição social	90.922	94.733
Diferenças temporárias	1.004.209	1.022.872
Total - ativo não circulante	1.341.273	1.374.384

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	205.833	204.249	3.212.893	3.204.915
Contribuição Social	74.100	73.529	1.156.642	1.153.769
Total - passivo não circulante	279.933	277.778	4.369.535	4.358.684
Total líquido - ativo e passivo não circulante	(279.933)	(277.778)	-	-

Notas Explicativas

A diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	31/03/2019		31/12/2018	
	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Ganho auferido na combinação de negócios	(818.693)	(278.356)	(818.693)	(278.356)
Outras exclusões/adições	(4.640)	(1.577)	1.700	578
Total	(823.333)	(279.933)	(816.993)	(277.778)
Total - Ativo Não Circulante	-	-	-	-
Total - Passivo Não Circulante	(823.333)	(279.933)	(816.993)	(277.778)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

	Consolidado			
	31/03/2019		31/12/2018	
	Base de Cálculo	IRPJ + CSSL	Base de Cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	984.566	246.142	1.027.119	256.780
Base negativa da contribuição social	1.010.245	90.922	1.052.590	94.733
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD e Daycoval)	622.739	211.731	629.406	213.998
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	888.137	301.967	888.905	302.228
Créditos fiscais - ágio (1)	259.243	88.143	265.453	90.254
Provisão ajuste atuarial	581.996	197.879	570.949	194.123
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	489.579	166.457	453.810	154.295
Marcação a mercado da dívida	33.431	11.367	118.536	40.302
Outras adições temporárias	78.428	26.666	81.385	27.671
Intangível - mais valia (2)	(7.637.353)	(2.596.700)	(7.728.320)	(2.627.629)
Resultado auferido na combinação de negócios (*)	(1.007.100)	(342.414)	(1.007.100)	(342.414)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações (3)	(1.076.780)	(366.105)	(918.172)	(312.178)
Ajustes a valor presente (4)	(2.573.712)	(875.062)	(2.575.562)	(875.691)
Marcação a mercados - derivativos	(419.479)	(142.623)	(445.379)	(151.429)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(130.618)	(44.410)	(137.959)	(46.906)
Outras exclusões temporárias	(6.537)	(2.222)	(7.172)	(2.437)
Total	(7.903.215)	(3.028.262)	(7.731.511)	(2.984.300)
Total - Ativo Não Circulante	4.948.364	1.341.273	5.088.153	1.374.384
Total - Passivo Não Circulante	(12.851.579)	(4.369.535)	(12.819.664)	(4.358.684)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

- (1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R\$88.143 (R\$90.254 em 31 de dezembro de 2018) está sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (12 anos) e EPB (13 anos) pelo método linear.
- (2) Inclui R\$1.928.689 (R\$1.941.743 em 31 de dezembro de 2018) de tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o montante da mais valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios de Ceron e Eletoacre, deduzido de R\$25.314 (R\$9.057 em 31 de dezembro de 2018) de amortização realizada no período.
- (3) Refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMG, ENF e ESS que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.

Notas Explicativas

- (4) Refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções A e B.

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Consolidado
2019	74.411
2020	147.184
2021	96.531
2022	100.335
2023	96.959
2024 a 2026	825.853
Total	1.341.273

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	31/03/2019	31/03/2018
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	115.677	131.040
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(39.330)	(44.554)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Equivalência patrimonial	96.646	91.116
Créditos tributários não constituído no período	(59.471)	(46.562)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(2.155)	-
Alíquota efetiva	1,86%	

	Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	294.005	235.621
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(99.962)	(80.111)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (1)	50.228	41.820
Créditos tributários não constituídos no período	(117.214)	(53.121)
Outros	1.717	(1.912)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(165.231)	(93.324)
Alíquota efetiva	56,20%	39,61%

- (1) Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE dos novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM em dezembro/2014 para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R\$50.228 (R\$41.820 em 31 de março de 2018). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas.

Em 2018, as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizou novo pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de 10 anos, a contar do momento da sua aprovação.

Neste sentido, as controladas possuem processos que se encontra em fase de análise, formalizado junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Notas Explicativas

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas tenham os benefícios garantidos por parte da SUDENE até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em mais de 7 anos.

16. Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato) - consolidado

16.1 Ativo financeiro indenizável da concessão

A Lei nº 12.783/13 determinou a metodologia que deve ser adotada na indenização dos ativos de geração, transmissão e distribuição ao final da concessão, o VNR - Valor novo de reposição.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar controladas, distribuidoras de energia elétrica, pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA, tendo as distribuidoras controladas diretas e indiretamente adotada para reconhecimento do VNR - Valor Novo de Reposição.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão relativa ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$71.249 (R\$132.716 em 31 de março de 2018).

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	Saldo 31/12/2018	Transferências para ativo de contrato	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldo 31/03/2019
Energisa Minas Gerais (EMG)	23.791	-	261	-	300	24.352
Energisa Paraíba (EPB)	548.227	-	7.519	(154)	6.910	562.502
Energisa Sergipe (ESE)	412.032	-	5.320	(189)	5.182	422.345
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.409	-	14	-	43	3.466
Energisa Borborema (EBO)	63.360	-	718	(2)	791	64.867
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.118.843	-	55.940	(1.414)	26.637	2.200.006
Energisa Tocantins (ETO)	1.152.116	-	37.007	(3.831)	13.709	1.199.001
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	915.844	-	11.861	(253)	11.508	938.960
Energisa Sul Sudeste (ESS)	45.348	-	386	(15)	568	46.287
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	15.419	-	3.650	-	375	19.444
Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE)	3.020	-	2	(4.476)	5.226	3.772
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	101.169	(101.169)	-	-	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	109.509	(109.509)	-	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	3.188	(3.188)	-	-	-	-
	5.515.275	(213.866)	122.678	(10.334)	71.249	5.485.002
Circulante						1.199.002
Não Circulante						4.286.000

(1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.

Notas Explicativas

- (2) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

	Saldo 31/12/2017	Saldos de Aquisição	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais -ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldo 31/12/2018
Energisa Minas Gerais (EMG)	15.782	-	7.375	(12)	646	23.791
Energisa Paraíba (EPB)	464.587	-	67.143	(1.468)	17.965	548.227
Energisa Sergipe (ESE)	396.701	-	18.364	(3.550)	517	412.032
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.149	-	179	(36)	117	3.409
Energisa Borborema (EBO)	55.615	-	5.720	(62)	2.087	63.360
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.827.340	-	165.025	(28.422)	154.900	2.118.843
Energisa Tocantins (ETO)	897.543	-	240.711	(19.237)	33.099	1.152.116
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	704.613	-	140.188	(9.587)	80.630	915.844
Energisa Sul Sudeste (ESS)	38.984	-	4.882	(21)	1.503	45.348
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	-	15.700	1.320	-	(1.601)	15.419
Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE)	-	6.438	-	(22)	(3.396)	3.020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (1)	9.565	-	87.136	-	4.468	101.169
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (1)	6.787	-	98.564	-	4.158	109.509
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (1)	-	-	3.162	-	26	3.188
	4.420.666	22.138	839.769	(62.417)	295.119	5.515.275

- (1) As adições, incluídas de PIS e COFINS, estão relacionadas ao investimento na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica, onde será recuperada pelo fluxo de caixa a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo Poder Concedente, sendo o montante investido R\$188.862 em 31 de dezembro de 2018.
- (2) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. Em 29 de março de 2018 e 11 de abril de 2018, através das notas técnicas nº 68/2018, nº 65/2018 e nº 86/2018 a ANEEL aprovou a nova base de remuneração das controladas referente ao 4º ciclo tarifário o que possibilitou o reconhecimento integral do valor do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão gerando complemento nas controladas EMT R\$98.341, EMS R\$31.987 e um decréscimo da controlada ESE R\$13.377, respectivamente.

16.2 Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Ademais, conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, as controladas passaram a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde, para o período findo de 31 de março de 2019 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Notas Explicativas

Segue as movimentações ocorridas no período:

	Linha de transmissão	WACC Regulatório(i)	Saldo 31/12/2018	Transferências do ativo financeiro	Adições (ii)	Remuneração do ativo de contrato	Saldo 31/03/2019
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia	0,85%	-	101.169	81.334	3.949	186.452
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, CD e ampliação da SE Rio Verde Norte	0,85%	-	109.509	86.106	4.439	200.054
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia	0,71%	-	3.188	3.831	106	7.125
Saldo Não Circulante			-	213.866	171.271	8.494	393.631

(i) Refere-se a margem de construção reconhecida durante a obra para remunerar os saldos de recebíveis das concessões de serviços.

(ii) As adições, líquidas de PIS e COFINS, estão relacionadas ao investimento na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica, onde será recuperada pelo fluxo de caixa a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo Poder Concedente, sendo o montante investido no período de R\$171.271.

17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Participação em controladas	8.385.386	7.085.524	-	-
Outros	92.936	9.979	106.897	52.184
Total	8.478.322	7.095.503	106.897	52.184

Participação em controladas:

31/03/2019								Informações sobre o investimento da controladora	
Informações sobre as controladas								Equivalência Patrimonial	Investimentos
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período		
Distribuição								(11.308)	3.751.570
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	936.763	652.744	284.019	16.312	16.312	284.019
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.227	2.049.505	1.688.147	361.358	40.347	40.347	361.358
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	571.865	2.541.772	1.671.874	869.898	86.246	86.246	869.898
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	310.284	180.770	129.514	6.457	6.457	129.514
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	215.935	126.873	89.062	4.915	4.915	89.062
Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE) (1)	93,58	226.454.188	863.943	3.143.735	1.747.117	1.396.618	(21.034)	(18.329)	1.027.850
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) (1)	95,43	4.000.603	3.440.348	7.520.029	6.217.529	1.302.500	(163.387)	(147.256)	989.869
Geração								(147)	7.234
Parque Eólico Sobradinho	100	8.359	8.359	4.420	37	4.383	(35)	(35)	4.383
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.748	1.748	2.195	11	2.184	(77)	(77)	2.184
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.004	1.004	317	-	317	(1)	(1)	317
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	58	49	1	-	1	(1)	(1)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	58	49	1	-	1	(1)	(1)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	58	49	1	-	1	(1)	(1)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	57	48	1	-	1	(1)	(1)	1

Notas Explicativas

31/03/2019								Informações sobre o investimento da controladora	
Informações sobre as controladas									
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I	100	173	173	173	-	173	(13)	(13)	173
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II	100	173	173	173	-	173	(17)	(17)	173
Transmissão								66.106	215.637
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	60.201
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	52.771
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	1.007
Energisa Transmissão de Energia S/A S/A	100	31.993	31.993	561.496	345.859	215.637	17.034	66.405	101.657
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	100	1	1	1	-	1	(299)	(299)	1
Comercialização								(13.988)	(8.910)
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	100	5.119	5.119	180.231	189.141	(8.910)	(13.988)	(13.988)	(8.910)
Prestação de Serviços								547	118.426
Energisa Soluções	100	95.000	95.000	196.135	82.686	113.449	815	815	113.449
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.312	6.313	2.449	165	2.284	(650)	(650)	2.284
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	7.267	2.645	4.622	655	382	2.693
Holdings e demais companhias								243.043	4.144.332
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	2.158	78	2.080	280	280	2.080
Denerge S/A	99,97	531	1.316.157	2.487.194	570.865	1.916.329	143.083	143.049	1.916.014
Energisa Participações Minoritárias S.A	87,70	427.958	4.879.167	2.541.903	3.547	2.538.356	113.694	99.714	2.226.238
Ágio pago na aquisição de controladas								(3.780)	157.097
Total								280.473	8.385.386

(1) O aumento do percentual das empresas Eletroacre e Ceron, refere-se a integralização pela companhia das sobras de ações não exercida o direito de compra pelos empregados.

31/12/2018								Informações sobre o investimento da controladora	
Informações sobre as controladas									
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								482.392	3.343.444
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	909.753	633.848	275.905	36.228	36.228	275.905
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.227	1.843.730	1.497.379	346.351	92.535	92.535	346.353
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	571.865	2.441.918	1.629.194	812.724	238.215	238.215	812.723
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	307.974	179.244	128.730	30.958	30.958	128.731
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	212.636	126.594	86.042	9.351	9.351	86.040
Energisa Mato Grosso (EMT)	-	-	-	-	-	-	-	-	152.465
Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE)	87,61	117.540.239	828.374	3.281.883	2.198.142	1.083.741	53.151	46.566	949.463
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	90,00	3.773.054	3.412.143	7.372.163	6.545.242	826.921	(137.695)	(123.926)	744.229
Geração								(179)	5.816
Parque Eólico Sobradinho	100	8.359	8.359	4.280	42	4.238	(166)	(166)	4.238
Energisa Geração Usina Mauricio	100	1.748	1.748	2.210	954	1.256	40	40	1.256
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.004	1.004	318	-	318	(11)	(11)	318
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	58	49	1	-	1	(10)	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	58	49	1	-	1	(10)	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	58	49	1	-	1	(11)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	57	48	1	-	1	(11)	(11)	1
Transmissão								2.771	145.074
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	-	-	-	-	-	-	2.457	60.201
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	-	-	-	-	-	-	1.255	52.771
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	-	-	-	-	-	-	-	(3)	948
Energisa Transmissão de Energia S/A S/A	100	31.993	31.993	473.424	328.348	145.076	(938)	(938)	31.154
Comercialização								17.883	18.476
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	100	5.119	5.119	170.495	152.019	18.476	17.883	17.883	18.476
Prestação de Serviços								(14.470)	118.589
Energisa Soluções	100	95.000	95.000	176.933	64.327	112.606	(13.942)	(13.942)	112.604
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.312	6.313	3.277	343	2.934	(1.515)	(1.515)	2.934
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	6.821	1.584	5.237	1.694	987	3.051
Holdings e demais companhias								334.489	3.293.248
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.800	-	1.800	(77)	(77)	1.800

Notas Explicativas

31/12/2018									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Denerge S/A	99,97	531	1.316.157	1.726.483	561.230	1.165.253	217.970	217.917	1.164.971
Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S.A.)	-	-	-	-	-	-	-	134.113	-
Energisa Participações Minoritárias S/A (*)	87,70	427.958	4.879.167	2.451.804	27.196	2.424.608	(19.911)	(17.464)	2.126.477
Ágio pago na aquisição de controladas								(15.118)	160.877
Total								807.768	7.085.524

(*) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energia Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 31/12/2018	Aquisição/Adiã. Futuro aumento de Capital	Cancelo/Ret. de aquisição de ações	Transações de Capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/03/2019
Distribuição de Energia Elétrica	3.343.444	429.295	60.356	-	(70.217)	(11.308)	3.751.570
Energisa Minas Gerais (EMG)	275.905	-	9	-	(8.207)	16.312	284.019
Energisa Sergipe (SE)	346.353	-	(10)	-	(25.332)	40.347	361.358
Energisa Paraíba (EPB)	812.723	-	34	-	(29.105)	86.246	869.898
Energisa Borborema (EBO)	128.731	-	1	-	(5.675)	6.457	129.514
Energisa Nova Friburgo (ENF)	86.040	-	5	-	(1.898)	4.915	89.062
Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE)	949.463	63.345	33.371	-	-	(18.329)	1.027.850
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	744.229	365.950	26.946	-	-	(147.256)	989.869
Geração de Energia Elétrica	5.816	1.565	-	-	-	(147)	7.234
Parque Eólico Sobradinho	4.238	180	-	-	-	(35)	4.383
Energisa Geração Usina Maurício	1.256	1.005	-	-	-	(77)	2.184
Energisa Geração Solar Coremas	318	-	-	-	-	(1)	317
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	1	-	-	-	(1)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	1	-	-	-	(1)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	1	-	-	-	(1)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	1	-	-	-	(1)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I	-	186	-	-	-	(13)	173
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II	-	190	-	-	-	(17)	173
Transmissora de Energia Elétrica	145.074	359	4.098	-	-	66.106	215.637
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/a	60.201	-	-	-	-	-	60.201
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	52.771	-	-	-	-	-	52.771
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/a	948	59	-	-	-	-	1.007
Energisa Transmissora de Energia S/A	31.154	-	4.098	-	-	66.405	101.657
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	300	-	-	-	(299)	1
Comercialização de Energia Elétrica	18.476	-	14	-	(13.412)	(13.988)	(8.910)
Energisa Comercializadora	18.476	-	14	-	(13.412)	(13.988)	(8.910)
Prestação de Serviços	118.589	-	30	-	(740)	547	118.426
Energisa Soluções	112.604	-	30	-	-	815	113.449
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	2.934	-	-	-	-	(650)	2.284
Energisa Planejamento	3.051	-	-	-	(740)	382	2.693
Holdings e demais Companhias	3.293.248	614.296	107	(6.362)	-	243.043	4.144.332
Dinâmica Direitos Creditórios	1.800	-	-	-	-	280	2.080
Denerge S/A	1.164.971	614.296	60	(6.362)	-	143.049	1.916.014

Notas Explicativas

Controladas	Saldo em 31/12/2018	Aquisição/Adi nt. Futuro aumento de capital	Ganho/Per da aquisição de ações (1)	Transações de capital (2)	Dividend os	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/03/2019
Energisa Participações Minoritárias S.A	2.126.477	-	47	-	-	99.714	2.226.238
Ágio pago na aquisição de controladas	160.877	-	-	-	-	(3.780)	157.097
Total	7.085.524	1.045.515	64.605	(6.362)	(84.369)	280.473	8.385.386

- (1) Refere-se a ganho apurado no aporte de capital da Ceron de R\$26.899 e Eletroacre de R\$33.341, transações entre sócios da Energisa Transmissora de Energia contabilizado diretamente no patrimônio líquido - Impacto da adoção do CPC 47/IFRS15, líquido de tributos (reflexo) no valor de R\$4.090, e valor de R\$275 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas do Grupo.
- (2) Refere-se a parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente a variação do instrumento financeiro derivativo de R\$6.362, apurado no período de 01 de janeiro a 08 de março de 2019, vide nota explicativa nº 35, contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.

Controladas	Saldo em 31/12/2017	Aquisição/Adi nt. Futuro aumento de capital	Investimen tos Adquiridos	Ganho/Per da aquisição de ações (1)	Transaçõ es de capital (2)	Incorporaç ão	Dividend os	ORA	Equivalên cia Patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Distribuição de Energia Elétrica	1.900.672	1.060.068	1.333.257	78.546	-	(864.947)	(649.146)	2.602	482.392	3.343.444
Energisa Minas Gerais (EMG)	273.489	-	-	76	-	-	(34.862)	974	36.228	275.905
Energisa Sergipe (SE)	381.883	-	-	453	-	-	(126.646)	(1.872)	92.535	346.353
Energisa Paraíba (EPB)	832.027	-	-	1.299	-	-	(261.054)	2.236	238.215	812.723
Energisa Borborema (EBO)	126.504	-	-	42	-	-	(29.383)	610	30.958	128.731
Energisa Nova Friburgo (ENF)	86.868	-	-	19	-	-	(10.852)	654	9.351	86.040
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	199.901	567.418	-	131.512	-	(864.947)	(186.349)	-	152.465	-
Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE)	-	238.806	693.680	(29.589)	-	-	-	-	46.566	949.463
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	-	253.844	639.577	(25.266)	-	-	-	-	(123.926)	744.229
Geração de Energia Elétrica	4.964	1.026	-	-	-	-	-	5	(179)	5.816
Parque Eólico Sobradinho	3.466	933	-	-	-	-	-	5	(166)	4.238
Energisa Geração Usina Maurício	1.174	42	-	-	-	-	-	-	40	1.256
Energisa Geração Solar Coremas	320	9	-	-	-	-	-	-	(11)	318
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	10	-	-	-	-	-	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	10	-	-	-	-	-	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	11	-	-	-	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	11	-	-	-	-	-	-	(11)	1
Transmissora de Energia Elétrica	15.047	127.292	-	20	-	-	-	(56)	2.771	145.074
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/a	8.811	65.933	(17.000)	-	-	-	-	-	2.457	60.201
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	6.236	58.280	(13.000)	-	-	-	-	-	1.255	52.771
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/a	-	2.943	(1.992)	-	-	-	-	-	(3)	948
Energisa Transmissora de Energia S/A	-	136	31.992	20	-	-	-	(56)	(938)	31.154
Comercialização de Energia Elétrica	17.831	-	-	39	-	-	(17.180)	(97)	17.883	18.476
Energisa Comercializadora	17.831	-	-	39	-	-	(17.180)	(97)	17.883	18.476
Prestação de Serviços	101.507	32.819	-	81	-	-	(1.140)	(208)	(14.470)	118.589
Energisa Soluções	93.766	32.819	-	81	-	-	-	(120)	(13.942)	112.604
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	4.470	-	-	-	-	-	-	(21)	(1.515)	2.934
Energisa Planejamento	3.271	-	-	-	-	-	(1.140)	(67)	987	3.051
Holdings e demais Companhias	1.978.275	326	-	272.843	(59.069)	864.947	(53.516)	(45.047)	334.489	3.293.248
Dinâmica Direitos Creditórios	1.907	-	-	-	-	-	(30)	-	(77)	1.800
Denerge S/A	1.082.924	(3)	-	2.355	(59.069)	-	(53.486)	(25.667)	217.917	1.164.971
Rede Energia S.A.	893.442	318	-	693	-	(1.028.566)	-	-	134.113	-
Energisa Participações Minoritárias S/A (*) (3)	2	11	-	269.795	-	1.893.513	-	(19.380)	(17.464)	2.126.477
Ágio pago na aquisição de controladas	175.995	-	-	-	-	-	-	-	(15.118)	160.877
Total	4.194.291	1.221.531	1.333.257	351.529	(59.069)	-	(720.982)	(42.801)	807.768	7.085.524

Notas Explicativas

(*) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energia Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

- (1) Refere-se a ganho apurado na aquisição de participação acionária minoritária em leilão de oferta pública de ações realizada em 16 de janeiro e 02 de fevereiro de 2018, tendo sido adquiridas 65.740.888 ações do capital social da controlada EMT pelo montante de R\$567.418 (R\$566.161 líquido de taxas, emolumentos, e comissões aplicáveis) resultando em um ganho de R\$131.513 registrado diretamente do patrimônio líquido na rubrica de transações com sócios. Adicionalmente, foram adquiridas ações da Denerge e Rede Energia no montante de R\$319, resultando em um ganho de R\$2.656 também reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido. R\$377 e R\$1.138 referente a Reserva de Incentivo Fiscais - reflexo das empresas ESE e EPB.
- (2) Refere-se a parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 35, que no período montou em R\$6.362 (R\$43.873 em 31 de dezembro de 2018), contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.
- (3) A controlada Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), nova denominação social da Energisa Geração de Energia S/A é uma sociedade de propósito específico criada para participação no capital de outras sociedades por interesse da controladora Energisa S/A para aprimorar a estrutura societária do grupo. Atualmente, a EPM detém participação de ações ordinárias de emissão da Rede Energia, representativas de 29,57% (vinte e nove virgula cinquenta e sete por cento) do capital social total da Rede Energia (“Ações Rede Energia”); e ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da EMT, representativas de 39,82% (trinta e nove virgula oitenta e dois por cento) do capital social total da EMT (“Ações EMT”). Em 28 de dezembro de 2018, a EPM recebeu aporte primário de R\$600.000 relativo a subscrição de ações preferenciais por acionista minoritário, cuja participação é representativa de 12,3% do capital social da EPM. Como resultado da operação, a Companhia passou a deter, direta e indiretamente, 92,7% (ante 96,3%) do capital social total da Rede Energia e 88,4% (ante 95,3%) do capital social total da EMT. Destaca-se que os direitos e obrigações dos acionistas da Energisa Participações, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes. Dentre outras avenças próprias de documentos dessa natureza, o Acordo de Acionistas assegurou, à Companhia, uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais do acionista minoritário. Não há opção de venda que obrigue a Companhia a adquirir a parcela minoritária em todo ou em parte.

Combinação de negócios - distribuidoras de energia elétrica.

Em leilão realizado no dia 30 de agosto de 2018 e de acordo com as regras contidas no edital nº 2/2018-PPI/PND (“Edital”), a Energisa adquiriu 90% do capital social das Centrais Elétricas de Rondônia (“Ceron”) e 87,61% da Companhia de Eletricidade do Acre (“Eletroacre”), das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”). Os índices de deságio da flexibilização regulatória e outorga ofertados pela Companhia foram de 21% para a Ceron e de 31% para a Eletroacre.

Em face do cumprimento de todas as condicionantes e dos termos do Edital, a Companhia efetivou em 30 de outubro de 2018, a aquisição de 2.599.666.099 ações ordinárias de emissão da Ceron, representativas dos 90,0% do seu capital social total, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) assinado entre a Energisa e a Eletrobrás.

Na mesma data, a Companhia firmou Acordo de Acionistas da Ceron, com a Eletrobrás e realizou Assembleia Geral Extraordinária deliberando aumento de capital no montante de R\$282.049 (valor superior ao aumento de capital obrigatório e previsto na aquisição de R\$253.844), ao preço de R\$0,21633448 por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das S.A.. Nesse ato, a Energisa subscreveu e integralizou o valor do aumento de capital obrigatório e previsto. A Companhia também subscreveu e integralizou as sobras das ações ofertadas aos empregados e aposentados da Ceron, em 1º de março de 2019, no montante de R\$ 27.834, passando a deter 95,43% da Ceron.

E em 6 de dezembro de 2018, após cumprir todas as condicionantes, a Companhia concluiu também a aquisição da Eletroacre com o recebimento de 117.538.360.880 ações de emissão dessa distribuidora (86.020.249.480 ordinárias e 31.518.111.400 preferenciais), representativas de 87,61% do capital social total, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) assinado naquela data entre a Energisa e a Eletrobras. Na mesma data a Companhia também firmou Acordo de Acionistas da Eletroacre, com a Eletrobrás e e aprovou aumento de capital no montante de R\$274.374 (valor superior ao aumento de capital obrigatório e prevista na aquisição de R\$238.806), ao preço de R\$ 0,00254489 por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das S.A.. Nesse ato, a Companhia subscreveu e integralizou o valor do aumento de capital obrigatório. A Companhia também subscreveu e integralizou as sobras das ações ofertadas aos empregados e aposentados da Eletroacre, em 1º de março de 2019, no montante de R\$35.264, passando a deter 93,58% da Eletroacre.

Notas Explicativas

Vale ressaltar que, nos termos do Edital, a Eletrobrás terá o direito de realizar aumento de capital em até seis meses após a liquidação do leilão de forma a aumentar sua participação societária no capital social das duas distribuidoras em até 30%.

Em 30 de abril de 2019, encerrou-se o prazo previsto no Acordo de Acionistas das Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (“Ceron”) assinado entre a Companhia e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás em 30 de outubro de 2018 (“Acordo de Acionistas”), celebrado nos termos do Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND, para o exercício da opção de aumentar a participação da Eletrobrás no capital social da CERON em até 30% (trinta por cento), sem que a Eletrobrás tenha exercido a referida opção nos termos do Acordo de Acionistas.

Adicionalmente, nas datas de 30 de outubro e 6 de dezembro de 2018, a Ceron e a Eletroacre, respectivamente, assinaram os contratos de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica com a União, nos termos da lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Com essas aquisições, a Energisa passou a deter controle de onze concessões de distribuição de energia elétrica espalhadas pelas cinco regiões do país. A Administração da Companhia acredita que seu histórico bem-sucedido de transformação operacional e financeira será essencial para melhorar os indicadores de qualidade, perdas, inadimplência e também o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras, trazendo benefícios para seus consumidores. A Companhia mantém o compromisso de alocação prudente de capital, buscando geração de valor para seus acionistas e a sustentabilidade do negócio.

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Companhia apurou em caráter provisório os valores da combinação de negócio de acordo com o tópico 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras.

Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. Durante este período, a Companhia não possui expectativa de alterações que possam modificar a posição dos resultados obtidos na combinação de negócio.

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia incorreu em R\$9.620 de gastos com aquisição das empresas.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

	CERON	Eletroacre	Total
Valor justo dos ativos adquiridos	710.640	791.782	1.502.422
% de participação	90,00%	87,61%	
Valor da participação	639.576	693.681	1.333.257
Valor da aquisição	137.548	26.147	163.695
Resultado auferido na combinação de negócio	502.028	667.534	1.169.562

Resultado auferido na combinação de negócios:

Nas aquisições de combinação de negócios de Ceron e Eletroacre realizadas pela Companhia de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, foram auferidos resultados

Notas Explicativas

no montante de R\$1.169.562, reconhecidos na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado, em contrapartida de outras receitas operacionais - resultado auferido na combinação de negócios na demonstração do resultado do exercício. O resultado auferido na aquisição decorre, principalmente, das perspectivas de apuração de resultados com o incremento de receitas provenientes do crescimento da região, que ainda tem restrições de atendimento de energia elétrica, na redução de custos operacionais e nos investimentos estratégicos a serem realizados.

Além da sinergia geográfica com a controlada Energisa Mato Grosso, as duas distribuidoras tem muitas similaridades com outras duas concessionárias do Grupo, como a concentração de cliente por quilômetro de rede e passou a deter o “corredor noroeste” que liga os estados que fazem divisa e que vão do Acre, passa por Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o estado de Tocantins.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia reconheceu o montante de R\$467.403, em 31 de dezembro de 2018 de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, com prognósticos de perdas possíveis e remotas e estão a valor justo dos passivos contingentes assumidos na contabilização inicial da combinação de negócios.

Apuração do valor justo

Mais Valia dos ativos intangíveis

As aquisições descritas na nota explicativa acima foram contabilizadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da operação a Energisa passou a avaliar os ativos das controladas a valor justo, na aquisição do controle acionário. Como resultado, e seguindo as determinações do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) das empresas foram avaliados ao seu valor justo (“fair value”) e alocados conforme laudo de avaliação preparado por empresa especializada, o qual gerou o registro nas empresas de: (a) um ativo intangível - direito de concessão no montante de R\$5.737.649; (b) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R\$1.950.801; e (c) outros passivos circulantes no montante de R\$467.403 (provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias), totalizando R\$3.319.445, registrado em cada controlada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018.

Os impostos diferidos (passivo) foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, conseqüentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia desses ativos. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que o ativo intangível seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, as controladas são tributadas pelo regime de lucro real, no qual a amortização do intangível não é dedutível. Desta forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, decorrente do resultado auferido.

Controladas	Custo do Intangível e imobilizado	Custo atribuído as contingências	Tributos	Efeito no Patrimônio Líquido
Ceron	3.851.936	(437.451)	(1.309.659)	2.104.826
Eletroacre	1.885.713	(29.952)	(641.142)	1.214.619
Total	5.737.649	(467.403)	(1.950.801)	3.319.445

Notas Explicativas

Segue as demonstrações financeiras das empresas adquiridas com posição na data da aquisição, Ceron em 30 de outubro de 2018 e Eletroacre em 06 de dezembro de 2018.

	Ceron	Eletroacre
Caixa e equivalente de caixa	11.715	14.999
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	33.554	8.520
Clientes, consumidores e concessionárias	522.083	226.731
Estoques	16.466	1.604
Tributos a recuperar	79.016	17.129
Outros ativos circulante	193.668	72.668
Cauções e depósitos vinculados	217.841	7.953
Contas a receber da concessão	15.700	6.438
Ativos financeiros setoriais	1.037.577	254.228
Intangível, imobilizado e ativo contratual - infraestrutura em construção	5.101.109	2.421.759
Fornecedores	1.700.096	360.870
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	977.705	588.685
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	1.606.836	302.875
Passivos financeiros setoriais	144.662	50.316
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.293.606	732.522
Outros passivos	795.184	204.979
Participação de acionistas não controladores	71.064	98.101

As empresas adquiridas contribuíram com uma receita líquida de R\$240.038 e prejuízo do período de R\$119.268 desde a data de aquisição até 31 de dezembro de 2018 para o resultado consolidado da Companhia.

Amortização acumulada dos bens intangíveis no período findo em 31 de março de 2019, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, são originados, conforme segue.

						Total	
	EMT	ETO	EMS	Ceron	Eletroacre	31/03/2019	31/12/2018
Amortização no período/exercício	(15.967)	(15.909)	(17.852)	(32.099)	(15.714)	(97.541)	(225.548)
IR e CSSL	5.429	5.409	6.070	10.914	5.343	33.165	76.687
Amortização Líquida de tributos	(10.538)	(10.500)	(11.782)	(21.185)	(10.371)	(64.376)	(148.861)

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e serviços, controlada diretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

31/03/2019						
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	
Distribuição de Energia Elétrica						
Energisa Tocantins	77,07	2.582.877	1.799.339	783.538		27.081
Energisa Mato Grosso	73,38	7.555.131	5.303.001	2.252.130		108.495
Energisa Mato Grosso do Sul	92,58	3.905.177	2.622.048	1.283.129		86.817
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	92,12	1.938.136	1.358.864	579.272		31.271
Multi Energisa Serviços S/A	92,66	28.357	20.335	8.022		2.468
QMRA Participações S.A.	92,62	2.368	181	2.187		(7)
Rede Power do Brasil S.A.	92,62	562.127	91.497	470.630		34.807
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	92,66	18.601	199.780	(181.179)		(1.640)

Notas Explicativas

31/12/2018					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	77,07	2.502.695	1.729.365	773.330	57.261
Energisa Mato Grosso	73,38	7.206.607	5.063.042	2.143.565	386.422
Energisa Mato Grosso do Sul	92,58	3.779.625	2.530.962	1.248.663	124.129
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	92,12	1.915.387	1.344.037	571.350	111.156
Multi Energisa Serviços S/A	92,66	24.875	16.050	8.825	4.590
QMRA Participações S.A.	92,62	2.350	156	2.194	(74.209)
Rede Power do Brasil S.A.	92,62	526.927	58.864	468.063	48.067
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	92,66	18.289	197.828	(179.539)	(7.533)

18. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Controladora						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2018	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 31/03/2019
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,29%	27.348	-	-	-	-	27.348
Máquinas e equipamentos	14,31%	22.317	-	37	-	-	22.354
Veículos	14,29%	17.116	-	127	(220)	-	17.023
Móveis e utensílios	7,79%	15.577	-	8	-	-	15.585
Total do imobilizado em serviço		82.964	-	172	(220)	-	82.916
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(2.885)	-	-	-	(230)	(3.115)
Máquinas e equipamentos		(7.837)	-	-	-	(717)	(8.554)
Veículos		(9.875)	-	-	162	(335)	(10.048)
Móveis e utensílios		(13.097)	-	-	-	(83)	(13.180)
Total Depreciação acumulada		(33.694)	-	-	162	(1.365)	(34.897)
Subtotal Imobilizado		49.270	-	172	(58)	(1.365)	48.019
Imobilizado em curso		1.798	676	(172)	-	-	2.302
Total do Imobilizado		51.068	676	-	(58)	(1.365)	50.321

Notas Explicativas

	Controladora					
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2017	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos 31/12/2018
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	-	16	-	590	-	606
Edificações e benfeitorias	3,39%	23.766	-	3.582	-	27.348
Máquinas e equipamentos	14,50%	17.137	-	5.180	-	22.317
Veículos	14,29%	16.396	-	720	-	17.116
Móveis e utensílios	7,97%	15.142	-	435	-	15.577
Total do imobilizado em serviço		72.457	-	10.507	-	82.964
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias		(1.661)	-	(387)	(837)	(2.885)
Máquinas e equipamentos		(5.350)	-	-	(2.487)	(7.837)
Veículos		(8.576)	-	-	(1.299)	(9.875)
Móveis e utensílios		(12.756)	-	-	(341)	(13.097)
Total Depreciação acumulada		(28.343)	-	(387)	(4.964)	(33.694)
Subtotal Imobilizado		44.114	-	10.120	(4.964)	49.270
Imobilizado em curso		4.671	7.247	(10.120)	-	1.798
Total do Imobilizado		48.785	7.247	-	(4.964)	51.068

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2018	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/03/2019
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	2.550	-	-	-	-	2.550
Reservatório, Barragens e Adutoras	3,05%	2.774	-	-	-	-	2.774
Edificações e benfeitorias	3,26%	58.821	-	(4.795)	-	-	54.026
Máquinas e equipamentos	13,55%	279.268	-	(7.451)	(89)	-	271.728
Veículos	14,26%	74.275	-	(4.276)	(468)	-	69.531
Móveis e utensílios	7,54%	83.721	-	154	-	-	83.875
Total do Imobilizado em Serviço		501.409	-	(16.368)	(557)	-	484.484
Depreciação acumulada:							
Reservatório, Barragens e Adutoras		(824)	-	-	-	(7)	(831)
Edificações e benfeitorias		(21.972)	-	1.925	-	(319)	(20.366)
Máquinas e equipamentos		(175.061)	-	9.927	-	(5.022)	(170.156)
Veículos		(43.704)	-	5.044	397	(2.112)	(40.375)
Móveis e utensílios		(58.279)	-	173	-	(690)	(58.796)
Total Depreciação acumulada		(299.840)	-	17.069	397	(8.150)	(290.524)
Subtotal Imobilizado		201.569	-	701	(160)	(8.150)	193.960
Imobilizado em curso		8.043	4.035	(3.541)	-	-	8.537
Total do Imobilizado		209.612	4.035	(2.840)	(160)	(8.150)	202.497

(*) O montante de R\$160 refere-se a baixas realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2017	Saldo de Aquisição	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização / Depreciação	Saldo 31/12/2018
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos	-	1.448	512	-	590	-	-	2.550
Reservatório, Barragens e Adutoras	3,05%	2.792	-	-	-	(18)	-	2.774
Edificações e benfeitorias	3,27%	35.905	18.850	-	4.141	(75)	-	58.821
Máquinas e equipamentos	13,72%	176.775	31.431	-	71.783	(721)	-	279.268
Veículos	14,26%	64.341	6.013	-	4.362	(441)	-	74.275
Móveis e utensílios	7,54%	65.193	7.515	443	10.571	(1)	-	83.721
Total do Imobilizado em Serviço		346.454	64.321	443	91.447	(1.256)	-	501.409
Depreciação acumulada:								
Reservatório, Barragens e Adutoras		(818)	-	-	-	18	(24)	(824)
Edificações e benfeitorias		(5.806)	(14.567)	-	(375)	26	(1.250)	(21.972)
Máquinas e equipamentos		(99.578)	(21.748)	-	(31.138)	209	(22.806)	(175.061)
Veículos		(30.943)	(5.475)	-	42	420	(7.748)	(43.704)
Móveis e utensílios		(45.977)	(5.385)	-	(4.462)	1	(2.456)	(58.279)
Total Depreciação acumulada		(183.122)	(47.175)	-	(35.933)	674	(34.284)	(299.840)
Subtotal Imobilizado		163.332	17.146	443	55.514	(582)	(34.284)	201.569
Imobilizado em curso		14.804	-	48.753	(55.514)	-	-	8.043
Total do Imobilizado		178.136	17.146	49.196	-	(582)	(34.284)	209.612

(*) O montante de R\$582 refere-se a baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

19. Intangível

19.1 Intangível - controladora

	Taxa média de amortização (%)	Controladora					Saldo 31/03/2019
		Saldo 31/12/2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adições	Transferências	Amortização	
Em Serviço							
Custo dos softwares	20,00%	27.376	-	-	186	-	27.562
Amortização Acumulada		(14.030)	-	-	-	(1.025)	(15.055)
Em Curso		341	-	1.391	(186)	-	1.546
Subtotal		13.687	-	1.391	-	(1.025)	14.053
Direito de Uso - Imóveis (*)							
Custo		-	777	-	-	-	777
Amortização Acumulada		-	-	-	-	(14)	(14)
Subtotal		-	777	-	-	(14)	763
Total Geral		13.687	777	1.391	-	(1.039)	14.816

(*) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

Notas Explicativas

	Controladora					Saldo 31/12/2018
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2017	Adições	Transferências	Amortização	
Em Serviço						
Custo dos softwares	20,00%	17.147	-	10.229	-	27.376
Amortização Acumulada		(10.118)	-	-	(3.912)	(14.030)
Subtotal		7.029	-	10.229	(3.912)	13.346
Em Curso		4.520	6.050	(10.229)	-	341
Total Geral		11.549	6.050	-	(3.912)	13.687

19.2 Intangível e Ativo contratual - Infraestrutura em construção - Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 31/03/2019
Intangível em Serviço								
Custo:	10,39%	25.124.702	-	-	359.780	(36.124)	-	25.448.358
Amortização Acumulada		(10.032.268)	-	-	(17.069)	36.831	(344.578)	(10.357.084)
Em Curso		4.353	-	2.072	(1.544)	-	-	4.881
Subtotal		15.096.787	-	2.072	341.167	707	(344.578)	15.096.155
Direito de Uso - Imóveis (***)								
Custo		-	39.693	-	-	-	-	39.693
Amortização Acumulada		-	-	-	-	-	(3.722)	(3.722)
Subtotal		-	39.693	-	-	-	(3.722)	35.971
Total Intangível		15.096.787	39.693	2.072	341.167	707	(348.300)	15.132.126
(-) Obrigações vinculadas à concessão								
Em Serviço								
Custo	3,81%	4.606.612	-	-	16.270	-	-	4.622.882
Amortização Acumulada		(2.378.095)	-	766	-	-	(56.272)	(2.433.601)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		2.228.517	-	766	16.270	-	(56.272)	2.189.281
Subtotal Intangível		12.868.270	39.693	1.306	324.897	707	(292.028)	12.942.845
Ativo contratual - infraestrutura em construção (****)								
Em construção		1.651.479	-	488.651	(277.003)	(134.673)	-	1.728.454
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão								
Em construção		314.168	-	49.708	45.054	(11.995)	-	396.935
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção		1.337.311	-	438.943	(322.057)	(122.678)	-	1.331.519
Total Intangível		14.205.581	39.693	440.249	2.840	(121.971)	(292.028)	14.274.364

(*) Das baixas no montante de R\$121.971, R\$122.678, refere-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão, R\$707 referem-se às baixas realizadas no período, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período/exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

“O montante transferido do ativo contratual da infraestrutura, líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão de R\$122.678 (R\$650.907 em 31 de dezembro 2018), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

(**) A Companhia registrou no período, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$9.583 (R\$35.554 em 31 de dezembro de 2018).

(***) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

(****) No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i). O custo de materiais e mão de obra direta; (ii). Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii). Os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

Notas Explicativas

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2017	Saldo de Aquisição	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 31/12/2018
Intangível em Serviço								
Custo:	10,86%	16.079.665	8.147.850	38.243	1.068.557	(209.613)	-	25.124.702
Amortização Acumulada		(8.297.458)	(763.061)	-	(75.402)	307.510	(1.203.857)	(10.032.268)
Subtotal		7.782.207	7.384.789	38.243	993.155	97.897	(1.203.857)	15.092.434
Em Curso		8.127	-	8.498	(12.272)	-	-	4.353
Total Intangível		7.790.334	7.384.789	46.741	980.883	97.897	(1.203.857)	15.096.787
(-) Obrigações vinculadas à concessão								
Em Serviço								
Custo	3,80%	3.722.038	476.086	-	408.488	-	-	4.606.612
Amortização Acumulada		(2.028.539)	(77.911)	1.079	(110.565)	42.516	(204.675)	(2.378.095)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		1.693.499	398.175	1.079	297.923	42.516	(204.675)	2.228.517
Subtotal Intangível		6.096.835	6.986.614	45.662	682.960	55.381	(999.182)	12.868.270
Ativo contratual - infraestrutura em construção (***)								
Em construção		840.185	536.753	1.750.344	(678.631)	(797.172)	-	1.651.479
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão								
Em construção		197.120	17.645	241.339	4.329	(146.265)	-	314.168
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção		643.065	519.108	1.509.005	(682.960)	(650.907)	-	1.337.311
Total Intangível		6.739.900	7.505.722	1.554.667	-	(595.526)	(999.182)	14.205.581

(*) Das baixas no montante de R\$595.526, R\$650.907, refere-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão, R\$97.897 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, R\$42.516 refere-se à amortização da provisão das incorporações de rede da controlada indireta Centrais Elétricas de Rondônia S/A..

“O montante transferido do ativo contratual da infraestrutura, líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão de R\$650.907 (R\$765.493 em 31 de dezembro de 2017), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

(**) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$35.554 (R\$36.118 em 31 de dezembro de 2017) e R\$24 referente à depreciação dos bens de uso futuro da controlada direta EMS.

(***) No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i). O custo de materiais e mão de obra direta; (ii). Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii). Os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

19.3 Intangível - Contrato de Concessão - consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível está sendo realizada de acordo com as taxas da Resolução Normativa da ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 10,39% (10,86% em 2018).

Notas Explicativas

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2019	31/12/2018
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	3.822.247	3.855.868
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	1.747.487	1.661.740
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	597.472	571.959
Reserva para reversão ⁽³⁾	9.015	9.206
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	343.708	310.467
(-) Amortização acumulada	(2.433.601)	(2.378.095)
Total	4.086.328	4.031.145
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.500.112	1.488.460
Infraestrutura - Intangível em serviço	2.189.281	2.228.517
Ativo contratual - infraestrutura em construção e Intangível em curso	396.935	300.166
Receitas de Ultrapassagem	-	14.002
Total	4.086.328	4.031.145

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

Conforme Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e Despacho ANEEL nº 245, de 28 de janeiro de 2016, a partir do 4º ciclo de revisão tarifária a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente passou a ser contabilizada na rubrica Passivos Financeiros Setoriais. As controladas diretas e indiretas da Energisa já passaram pelo 4º ciclo de revisão tarifária.

19.4 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	67.358	67.358
Amortização acumulada	(549.860)	(539.921)
Subtotal	354.099	364.038

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Saldo inicial	364.038	403.781
Amortização no período	(9.939)	(39.743)
Saldo final	354.099	364.038

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027).

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de

Notas Explicativas

março de 2019, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$197.002 (R\$203.159 em 31 de dezembro de 2018).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$113.464 (R\$115.931 em 31 de dezembro de 2018). Desde 01 de janeiro de 2017, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, que é detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2018). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Combinação de negócio - Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. Até 31 de março de 2019 foram amortizados R\$30.747.

Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2019 e 2020	64.411	14.653
2021 e 2022	74.289	16.745
2023 e 2024	74.289	16.745
2025 e 2026	74.289	16.745
2027 e 2028	30.412	2.093
2029 e 2030	22.402	-
2031 em diante	14.007	-
Total	354.099	66.981

Notas Explicativas

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Furnas	-	-	136	136
Ampla - CUSD	-	-	3.777	3.653
CCEE ^(1 e 2)	-	-	643.375	157.619
Contratos Bilaterais ⁽²⁾	-	-	1.069.426	873.138
Uso de rede básica ⁽²⁾	-	-	61.506	59.801
Conexão à rede ⁽²⁾	-	-	18.588	19.008
Encargo de serviços do sistema ⁽²⁾	-	-	16.330	31.628
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽²⁾	-	-	18.844	16.043
Petrobras ⁽³⁾	-	-	-	55.397
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	1.011	3.227	249.887	512.191
Total	1.011	3.227	2.081.869	1.728.614
Circulante	744	2.962	2.003.098	1.653.312
Não Circulante	267	265	78.771	75.302

- (1) O Incremento do custo de energia na CCEE foi influenciado pelos baixos níveis dos reservatórios no Sistema Interligado Nacional (SIN), devido à diminuição do volume de chuvas no início deste ano. Em consequência, o PLD atingiu valores expressivos, com média de R\$ 213,97/MWh entre submercados neste primeiro trimestre, contra média de 70,16/MWh em dez/2018, o que corresponde a um aumento de 205% no período.
O impacto negativo que vem afetando as distribuidoras é decorrente da Exposição Financeira de Submercado, calculada proporcional a quantidade de CCEAR's, CCGF e Cota ANGRA de todas distribuidoras e que tem sido bem negativo.
- (2) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R\$48.708 (R\$78.031 em 31 de dezembro de 2018), de débitos com Eletrobrás devidos pela controlada EMT, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. No primeiro trimestre de 2019 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$30.494 (R\$127.181 em 31 de dezembro de 2018) e reconhecido R\$1.171 (R\$10.134 em 31 de dezembro de 2018) de atualização financeira no consolidado.

Refere-se a dívida remanescente com a Petrobras referente a Contratos de Confissão de dívida - CCD junto a Petrobras como sendo: CCD1 celebrado em 31 de dezembro de 2014 oriundo da compra de combustível para produção de energia elétrica para o sistema isolado, no período de setembro de 2011 a junho de 2015, no montante de R\$247.526 parcelado em 120 parcelas; CCD2: contrato firmado em maio de 2018 com mesmo objeto do primeiro, referente ao fornecimento de combustível no período de novembro de 2014 a junho de 2015. O montante da dívida atualizada até 30 de novembro de 2018 era R\$426.034, sendo que conforme modelagem do leilão a Eletrobrás assumiria o montante de dívida de R\$370.995. O saldo devedor de R\$55.038 será assumido pela Eletroacre. No primeiro Trimestre de 2019 foi liquidado o saldo devedor.

- (3) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Empréstimos e Financiamentos - Moeda nacional	-	-	4.077.760	4.701.681
Empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira	467.605	464.977	3.465.027	3.454.162
Encargos de dívidas - Moeda nacional	-	-	92.955	72.801
Encargos de dívidas - Moeda estrangeira	7.897	2.331	29.366	16.256
Custos a amortizar - Moeda nacional	-	-	(678)	(984)
Custos a amortizar - Moeda estrangeira	-	-	(2.417)	(2.606)
Marcação a mercado de dívidas	(4.972)	2.054	(44.230)	19.314
Total	470.530	469.362	7.617.783	8.260.624
Circulante	162.108	158.008	1.306.518	1.649.423
Não Circulante	308.422	311.354	6.311.265	6.611.201

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	31/03/2019	31/12/2018					
Energisa S/A							
Resolução 4131 - Itau (1)	475.502	467.308	4,0375% a.a.	mai/21	Anual	1,57%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(4.972)	2.054	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	470.530	469.362					
Total Energisa S/A	470.530	469.362					
Energisa Sergipe							
FIDC Grupo Energisa III	9.582	10.802	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	1,68%	R
Repasse BNDES I - ABC	1.278	2.759	TJLP + 3,10% a 4,10% a.a.	mai/19	Mensal	2,48% a 2,72%	A
Repasse BNDES II - ABC	109	271	TJLP + 3,10% a 4,10% a.a.(Pré)	mai/19	Mensal	2,48% a 2,72%	A
FINAME - Itau BBA	10.251	10.926	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	0,62% a 2,11%	A
Parcelamento INERGUS	12.779	12.864	IPC +5,5% a.a	dez/39	Mensal	2,99%	F
Parcelamento INERGUS - Migração	122.647	127.118	IPCA +5,78% a.a	jun/26	Mensal	2,92%	F
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE (1)	96.000	94.196	CDI + 1,65%	abr/19	Final	1,92%	A
Nota Promissória 6ª Emissão (1)	140.000	-	CDI + 0,80%	mar/22	Final	1,71%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(77)	(122)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	392.569	258.814					
Resolução 4131 - Citibank (1)	328.960	326.955	Libor + 0,72% a 2,16% a.a.	abr/21	Final	3,44% a 3,80%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	134.794	134.004	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	3,56%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	43.375	43.146	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	3,46%	A
Resolução 4131 - JL Morgan (1)	14.107	14.031	Libor + 1,30% a.a.	set/21	Final	3,58%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(9.456)	467	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	511.780	518.603					
Total Energisa Sergipe	904.349	777.417					
Energisa Paraíba							
FIDC Grupo Energisa III	38.967	43.927	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	1,68%	R
FINAME - Itau	18.900	20.163	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	0,62% a 2,41%	A
Parcelamento FUNASA	3.755	3.843	IPCA + 5,94%	dez/29	Mensal	2,96%	-
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE (1)	69.334	68.030	CDI + 1,65%	abr/19	Final	1,92%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(181)	(240)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	130.775	135.723					
Resolução 4131 - Itau BBA (1)	100.482	98.814	3,7995%a.a. (Pré)	jun/20	Final	1,51%	A
Resolução 4131 -Citibank (1)	105.603	126.393	Libor + 0,73% a 2,16% a.a.	jan/21	Final	3,44% a 3,80%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	122.638	121.966	Libor + 2,25% a.a.	set/19	Final	3,82%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(4.751)	968	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	323.972	348.141					
Total Energisa Paraíba	454.747	483.864					
Energisa Minas Gerais							
FIDC Grupo Energisa III	9.576	10.798	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	1,68%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	1.085	1.446	6,00% a.a. (Pré)	dez/19	Mensal	1,47%	R
Repasse BNDES I - Itau BBA	863	978	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal	2,88%	A
Repasse BNDES II - Itau BBA	488	551	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal	0,99%	A
Repasse BNDES III - Itau BBA	360	408	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	3,17%	A
Repasse BNDES IV - Itau BBA	548	622	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal	1,35%	A
FINAME - Itau BBA	8.033	8.583	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	0,62% a 2,41%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	112.107	110.067	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	1,84%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	20.770	20.426	CDI + 0,70%	set/19	Final	1,68%	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	31/03/2019	31/12/2018					
(Custo de captação incorrido na contratação)	(42)	(48)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	153.788	153.831					
Resolução 4131 - Itaú BBA	35.464	34.876	3,7995% a.a. (Pré)	jun/20	Final	1,51%	A
Resolução 4131 II - Citibank (1)	121.432	120.775	Libor + 0,72% a 2,16% a.a.	mai/21	Final	3,44% a 3,80%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.546)	337	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	154.350	155.988					
Total Energisa Minas Gerais	308.138	309.819					
Energisa Nova Friburgo							
FIDC Grupo Energisa III	2.555	2.880	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	1,68%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	26	52	7,00% a.a. (Pré)	jun/19	Mensal	1,71%	-
Repasse BNDES I - Itaú	333	380	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal	2,88%	A
Repasse BNDES II - Itaú	186	211	UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal	0,99%	A
Repasse BNDES III - Itaú	139	158	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal	3,17%	A
Repasse BNDES IV - Itaú	220	251	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	1,35%	A
FINAME - Itaú	846	901	2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	0,62% a 1,47%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	35.670	35.021	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	1,84%	A
(Custo de captação incorrido na contratação)	(11)	(13)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	39.964	39.841					
Resolução 4131 - Citibank (1)	49.854	49.575	LIBOR + 0,65% a 1,62% a.a. (Pré)	set/22	Final	3,42% a 3,66%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(268)	865	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	49.586	50.440					
Total Energisa Nova Friburgo	89.550	90.281					
Energisa Borborema							
FIDC Grupo Energisa III	3.194	3.601	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	1,68%	R
FINAME - Itaú BBA	1.764	1.880	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	0,62% a 2,11%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2ª SÉRIE (1)	-	10.488	CDI + 1,65%	mar/19	Final	1,92%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	40.766	40.024	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	1,84%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	20.770	20.426	CDI + 0,70%	set/19	Final	1,68%	A
(Custo de captação incorrido na contratação)	(13)	(21)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	66.481	76.398					
Resolução 4131 - Citibank (1)	24.038	23.906	Libor + 0,97% a.a.	nov/20	Final	3,50%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(297)	163					
Total em Moeda Estrangeira	23.741	24.069					
Total Energisa Borborema	90.222	100.467					
Energisa Mato Grosso							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.213	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	1,71%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	483.108	483.240	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	1,68%	R
CCB - Santander (1)	2.681	5.363	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	2,08%	R + A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	527.581	517.965	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	1,82% a 1,84%	A
Total em Moeda Nacional	1.366.583	1.359.875					
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	207.153	205.940	Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Final	3,56% a 3,66%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	56.000	55.688	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	3,68%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	55.990	55.678	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	3,71%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	124.203	123.546	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	3,46%	A
BBM Loan - 4131 (1)	74.954	73.707	3,39% a.a. Pré	out/19	Final	1,41%	A
J P MORGAN Loan (1)	104.678	103.664	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	3,52%	A
(Custo de captação incorrido na contratação)	(711)	(766)					

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencime nto	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garant ias (*)
	31/03/2019	31/12/2018					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(7.782)	4.650					
Total em Moeda Estrangeira	614.485	622.107					
Total Energisa Mato Grosso	1.981.068	1.981.982					
Energisa Mato Grosso do Sul							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.336	291.414	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	1,71%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	220.445	220.504	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	1,68%	R
Total em Moeda Nacional	511.781	511.918					
Loan Citi - 4131 (1)	56.488	56.189	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	3,68%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	56.453	56.152	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	3,71%	A
Loan Citi - 4131 (1)	66.879	66.525	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final	3,47%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(702)	(757)	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.278)	1.573	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	176.840	179.682					
Total Energisa Mato Grosso do Sul	688.621	691.600					
Energisa Tocantins							
Luz para Todos I - Eletrobrás	11.778	13.027	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	1,47%	R
Luz para Todos II - Eletrobrás	13.094	18.706	SELIC	out/19	Mensal	1,51%	R
CCB - Santander (1)	6.956	13.909	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	2,08%	R
Nota Promissória Itaú 2ª Emissão (1)	320.822	315.566	110,0% CDI	set/19	Final	1,66%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(354)	(540)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	352.296	360.668					
Resolução 4131 - Itaú (1)	205.236	201.514	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	1,64%	R
Loan Citi - 4131 (1)	43.885	43.660	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	3,68%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	43.852	43.624	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	3,71%	A
Merrill Lynch Loan	121.874	121.160	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	3,56%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(665)	(717)	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(3.483)	3.355	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	410.699	412.596					
Total Energisa Tocantins	762.995	773.264					
Energisa Sul Sudeste							
CCB - Santander (1)	713	1.425	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	2,08%	R + A
Nota Promissória - SAFRA (1)	-	10.615	CDI + 1,65%	fev/19	Final	1,92%	A
Total em Moeda Nacional	713	12.040					
Loan Citi - 4131 (1)	26.755	26.607	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	3,68%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	26.754	26.605	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	3,71%	A
Merrill Lynch Loan (1)	117.082	116.332	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	3,53%	A
Loan Citi Loan - 4131 (1)	62.792	62.383	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	3,58%	A
Merrill Lynch Loan (1)	77.080	76.653	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	3,56%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(339)	(366)	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.130)	4.436	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	307.994	312.650					
Total Energisa Sul Sudeste	308.707	324.690					
Ceron							
CCEE - Eletrobrás	631.164	620.757	111,0% SELIC	out/48	Mensal	1,68%	R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	16.245	8,50% a.a pré	jun/21	Mensal	2,06%	R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	12.744	7,00% a.a pré	dez/26	Mensal	1,71%	R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	21.149	6,00% a.a pré	nov/25	Mensal	1,47%	R
Eletrobrás Recursos Ordinários (4)	-	297.821	119,50% CDI + 0,5%	dez/24	Mensal	2,30%	R
Eletrobrás Recursos Ordinários (4)	-	2.853	Selic + 0,50%	out/18	Mensal	1,63%	R
Total em Moeda Nacional	631.164	971.569					
Total Ceron	631.164	971.569					
Eletroacre							

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	31/03/2019	31/12/2018					
CCEE - Eletrobrás	205.991	205.019	111,0% SELIC	dez/48	Mensal	1,68%	R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	218	6,00% a.a pré	set/24	Mensal	1,47%	R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	82.423	6,90% a.a pré	fev/20	Mensal	1,68%	R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	16.679	6,40% a.a pré	dez/17	Mensal	1,56%	R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	634	7,00% a.a pré	fev/19	Mensal	1,71%	R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	86.074	8,19% a.a pré	jul/22	Mensal	1,99%	R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	103.855	7,85% a.a pré	jul/22	Mensal	1,91%	R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	88.961	IPCA + 8,43% a.a	jun/21	Mensal	3,55%	R
Total em Moeda Nacional	205.991	583.863					
Merrill Lynch Loan (1)	348.228	351.794	1,40% a.a.	dez/23	Mensal a partir de 2020	1,07%	R + A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(5.734)	703					
Total em Moeda Estrangeira	342.494	352.497					
Total Eletroacre	548.485	936.360					
Energisa Soluções							
FINAME - Itaú BBA	2.089	2.191	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	set/24	Mensal	0,62% a 1,47%	A
Total em Moeda Nacional	2.089	2.191					
Banco BBM Loan 4131	20.484	-	2,96% a.a.	mar/21	Final	1,30%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(336)	-					
Total em Moeda Estrangeira	20.148	-					
Total Energisa Soluções	22.237	2.191					
Energisa Soluções Construções							
FINAME - Itaú BBA	2.793	2.915	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	1,47%	A
FINAME - Itaú BBA	1.153	1.234	SELIC + 5,14% a 5,20%	abr/22	Mensal	2,77% a 2,79%	A
FINAME - Itaú BBA	3.071	3.329	TJLP + 4,80% a 4,87% a.a	abr/22	Mensal	2,89% a 2,91%	A
Total em Moeda Nacional	7.017	7.478					
Total Energisa Soluções Construções	7.017	7.478					
Energisa Comercializadora							
SANTANDER - 4131	41.324	40.545	4,5883% a.a. (Pré)	jun/20	Final	1,70%	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(197)	446					
Total em Moeda Estrangeira	41.127	40.991					
Total Energisa Comercializadora	41.127	40.991					
Rede Energia S.A.							
Credores "RJ" - Bicbanco	5.528	5.326	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,25%	R
Credores "RJ" - BNB	12.184	11.741	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,25%	R
Total em Moeda Nacional	17.712	17.067					
Total Rede Energia S.A.	17.712	17.067					
Denerge							
FI-FGTS (Reestruturado)	286.862	278.125	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	0,99%	-
Total em Moeda Nacional	286.862	278.125					
Total Denerge	286.862	278.125					
Cia Téc.de Comercialização de Energia							
Credores "RJ" - BMG	4.252	4.097	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,25%	-
Total em Moeda Nacional	4.252	4.097					
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	4.252	4.097					
Em Moeda Nacional	4.170.037	4.773.498					
Em Moeda Estrangeira	3.447.746	3.487.126					
Energisa Consolidada	7.617.783	8.260.624					

(*) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Recebíveis

Condições restritivas financeiras (Covenants):

Notas Explicativas

- (1) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de março de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo 31 de março de 2019. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 35 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.
- (4) Em fevereiro e março de 2019 as controladas diretas CERON e Eletroacre efetuaram liquidação antecipada de empréstimos junto a Eletrobrás no valor total de R\$718.590, sendo R\$358.898 da CERON e R\$359.692 da Eletroacre. Deste montante, R\$33.333 foram liquidados com a transferências das ações Eletronorte detidas pelas controladas.

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$101.399 (R\$99.734 em 31 de dezembro de 2018), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante, consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2019	31/12/2018
US\$ x R\$	0,57%	17,13%
TJLP	1,71%	6,72%
SELIC	1,51%	6,43%
CDI	1,51%	6,42%
IPCA	1,51%	3,75%
IGP-M	2,16%	7,55%
LIBOR	2,69%	2,34%
UMBNB	0,07%	0,07%
TR	0,00%	0,00%
IPC-FIPE	1,64%	2,99%
Euro	-1,42%	11,83%

Em 31 de março de 2019, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2020	154.211	1.211.345
2021	154.211	1.948.535
2022	-	575.579
2023	-	234.359
Após 2023	-	2.341.447
Total	308.422	6.311.265

Notas Explicativas

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Saldos em 31/12/2018 e 31/12/2017	469.362	83.477	8.260.624	5.597.944
Saldo de Aquisição	-	-	-	1.566.390
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	436.800	160.000	3.126.932
Custos Apropriados	-	-	(16)	(2.225)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	8.194	47.393	134.683	791.919
Marcação Mercado da Dívida	(7.026)	1.840	(64.246)	8.560
Pagamento de principal	-	(87.443)	(800.546)	(2.469.370)
Pagamento de juros	-	(12.705)	(72.716)	(359.526)
Saldos em 31/03/2019 e 31/12/2018	470.530	469.362	7.617.783	8.260.624
Circulante	162.108	158.008	1.306.518	1.649.423
Não circulante	308.422	311.354	6.311.265	6.611.201

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Empresas	Contratos	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021 em diante	Total
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	18	26	-	44
	Banco SAFRA	18	-	-	18
	Nota Promissória 6ª Emissão	4	5	6	15
	Total ESE	40	31	6	77
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	73	96	-	169
	Nota Promissória SAFRA 2ª Série	12	-	-	12
	Total EPB	85	96	-	181
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	18	24	-	42
	Total EMG	18	24	-	42
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	5	6	-	11
	Total ENF	5	6	-	11
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	6	7	-	13
	Total EBO	6	7	-	13
ETO	Banco Santander	3	0	-	3
	Banco Citibank	142	189	267	598
	Banco Citibank - EDC	16	21	29	66
	Nota promissória 3ª Emissão	352	-	-	352
	Total ETO	513	210	296	1.019
ESS	Banco Citibank	71	94	140	305
	Banco Citibank - EDC	8	10	16	34
	Total ESS	79	104	156	339
EMT	LOAN Citibank	148	197	296	641
	LOAN EDC	16	22	32	70
	Total EMT	164	219	328	711
EMS	Loan Citibank	150	199	282	631
	Banco Citibank - EDC	17	22	32	71
	Total EMS	167	221	314	702
TOTAL	1.077	918	1.100	3.095	

Notas Explicativas

22. Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo das debêntures e demais componentes a elas relacionados, são como:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Debêntures - moeda nacional	3.414.453	3.383.121	7.534.674	7.480.904
Custos de captação incorridos na captação	(4.162)	(4.849)	(52.538)	(53.439)
Marcação à Mercado de Dívida	-	-	79.028	99.809
Total	3.410.291	3.378.272	7.561.164	7.527.274
Circulante	503.399	492.103	542.657	526.593
Não Circulante	2.906.892	2.886.169	7.018.507	7.000.681

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	31/03/2019	31/12/2018						
ESA								
5ª Emissão/2ª Série	204.024	196.685	15/07/12	27.143 / 27.143	IPCA+10,7011% a.a	jul / 19	Anual, após jul.2018	4,08%
7ª Emissão/1ª Série	199.736	201.666	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 20	Final	3,63%
7ª Emissão/2ª Série	199.736	201.666	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 21	Final	3,63%
7ª Emissão/3ª Série	199.736	201.666	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	3,63%
7ª Emissão/4ª Série	200.040	202.687	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 20	Final	3,98%
7ª Emissão/5ª Série	200.040	202.687	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 21	Final	3,98%
7ª Emissão/6ª Série	200.040	202.687	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	3,98%
8ª Emissão/1ª Série	219.681	214.211	19/07/17	197.598 / 197.598	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	2,88%
8ª Emissão/2ª Série	197.256	192.317	19/07/17	177.348 / 177.348	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	2,90%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	66.634	65.142	31/10/17	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	2,61%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	12.431	12.147	31/10/17	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	2,67%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	23.174	22.622	31/10/17	2.472 / 2.472	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	2,76%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	778.211	765.721	31/10/17	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,63%
10ª Emissão	713.714	701.217	20/06/18	70.000 / 70.000	CDI+1,10% a.a	jun / 21	Anual após Jun/19	1,78%
Custos de captação	(4.162)	(4.849)	-	-	-	-	-	-
ESA	3.410.291	3.378.272						
ESE								
6ª Emissão	65.954	65.654	19/10/18	65.000 / 65.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,76%
Custos de captação	(1.082)	(1.124)						
ESE	64.872	64.530						
EPB								
Debentures 4ª Emissão	181.445	184.844	07/03/18	18.000 / 18.000	CDI+1,00% a.a	fev / 21	Final	1,76%
Debentures 5ª Emissão	136.980	136.359	19/10/18	135.000 / 135.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,76%
Custos de captação	(3.078)	(3.302)						
EPB	315.347	317.901						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	53.017	51.089	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	jul / 36	Final	1,00%
Total REDE ENERGIA	53.017	51.089						
EMS								
Debentures 8ª Emissão	300.795	305.689	19/07/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Semestral	1,62%
Debentures 10ª Emissão	151.196	154.008	15/02/18	15.000 / 15.000	CDI +0,95%	fev / 21	Final	1,75%
Debentures 11ª Emissão	157.274	156.560	19/10/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,76%
Custos de captação	(3.253)	(3.497)						
Total EMS	606.012	612.760						
EMT								
Debentures 8ª Emissão	473.826	482.824	07/03/18	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	1,78%
Debentures 9ª Emissão	390.647	388.874	19/10/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,76%
Custos de captação	(10.222)	(10.912)						
Total EMT	854.251	860.786						
EMG								

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	31/03/2019	31/12/2018						
Debentures 10ª Emissão	50.734	50.503	19/10/18	50.000 / 50.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,76%
Custos de captação	(1.131)	(1.185)						
Total EMG	49.603	49.318						
ETO								
Debentures 4ª Emissão	243.520	242.415	19/10/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,76%
Custos de captação	(5.179)	(5.443)						
Total ETO	238.341	236.972						
ESS								
Debentures 4ª Emissão	71.027	70.704	19/10/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,76%
Custos de captação	(1.591)	(1.672)						
Total ESS	69.436	69.032						
ETE								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	77.218	75.512	27/12/18	75.500 / 75.500	IPCA+4,9238% a.a	dez / 25	Final	2,72%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	52.660	51.471	27/12/18	51.462 / 51.462	IPCA+5,1410% a.a	dez / 28	Anual após dez/26	2,77%
Debentures 1ª Emissão 3ª Série	125.853	123.058	27/12/18	123.038 / 123.038	IPCA+4,9761% a.a	dez / 25	Final	2,73%
Custos de captação	(2.945)	(47)						
Total ETE	252.786	249.994						
Ceron								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	1.588.075	1.558.219	15/12/18	155.000 / 155.000	CDI+1,65% a.a	nov / 23	Final	1,92%
Custos de captação	(4.580)	(5.100)						
Total Ceron	1.583.495	1.553.119						
Total	7.534.674	7.480.904						
Custos de captação (*)	(15.315)	(16.308)						
Custos de captação	(37.223)	(37.131)						
Total dos custos de captação	(52.538)	(53.439)						
Marcação à Mercado de Dívida	79.028	99.809						
Total em moeda nacional	7.561.164	7.527.274						

(*) Debêntures simples conjugadas com bônus de subscrição.

No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa), o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, o somatório dessas três séries correspondiam a R\$500.001. O valor das debêntures foi contabilizado como dívida, ao mesmo tempo, o IFRS9/CPC48 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada, o que representou o reconhecimento na despesa financeira até o exercício de 2018 o montante de R\$422.906. No período findo em 31 de março de 2019 a Companhia reconheceu mais R\$118.000 de perdas com os títulos, registrados na demonstração do resultado do período na despesa financeira - Marcação a mercado derivativo.

O direito do período do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R\$18,25 (31/12/2017), enquanto estava negociada a R\$40,55/unit em 29 de março de 2019. Trata-se de uma opção “dentro do dinheiro”, o que reflete elevada probabilidade de conversão. Apesar dessa elevada probabilidade de período de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

- Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2019, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2020	879.841	1.015.498
2021	880.080	2.288.361
2022	923.187	1.547.313
2023	-	854.108
Após 2023	223.784	1.313.227
Total	2.906.892	7.018.507

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Saldos em 31/12/2018 e 31/12/2017	3.378.272	2.767.537	7.527.274	3.356.617
Novas debêntures emitidas	-	700.000	-	4.395.217
Custos Apropriados	-	(3.069)	(3.173)	(37.464)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	106.871	316.205	201.310	427.827
Marcação Mercado da Dívida	-	-	(20.781)	99.809
Pagamento de principal	-	(158.424)	-	(415.589)
Pagamento de juros	(74.852)	(243.977)	(143.466)	(299.143)
Saldos em 31/03/2019 e 31/12/2018	3.410.291	3.378.272	7.561.164	7.527.274
Circulante	503.399	492.103	542.657	526.593
Não circulante	2.906.892	2.886.169	7.018.507	7.000.681

23. Arrendamentos operacionais

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de até 12 meses). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). O arrendatário irá reconhecer o valor do incremento do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Como arrendatária, a Companhia e controladas poderão aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Notas Explicativas

No primeiro trimestre de 2019 a Companhia aplicou os conceitos oriundos desta nova norma e os reflexos estão discriminados abaixo:

Controladora				
	Adoção Inicial em 01/01/2019	Amortização	Juros	Saldo em 31/03/2019
Arrendamentos operacionais	777	(25)	16	768
Total	777	(25)	16	768
Circulante				71
Não circulante				697

Consolidado				
Arrendamentos operacionais	Adoção Inicial em 01/01/2019	Amortização	Juros	Saldo em 31/03/2019
Energisa S/A	777	(25)	16	768
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	2.067	(141)	41	1.967
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	4.844	(357)	97	4.584
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	1.982	(169)	39	1.852
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	772	(46)	15	741
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	706	(67)	14	653
Energisa Comercializadora de Energia S/A	57	(2)	1	56
Energisa Soluções S/A	1.269	(107)	25	1.187
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	2.279	(278)	43	2.044
Centrais Elétricas de Rondônia S/A	1.318	(882)	15	451
Companhia de Eletricidade do Acre	434	(285)	5	154
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	7.225	(496)	145	6.874
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	6.718	(400)	136	6.454
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	5.490	(541)	108	5.057
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	3.232	(256)	64	3.040
Multi Energisa Serviços S/A	523	(147)	9	385
Total	39.693	(4.199)	773	36.267
Circulante				13.203
Não circulante				23.064

Em 31 de março de 2019, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora 31/03/2019	Consolidado 31/03/2019
2020	22	3.287
2021	57	3.234
2022	57	1.996
2023	57	1.691
Após 2023	504	12.856
Total	697	23.064

Notas Explicativas

24. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	767.620	623.089
Encargos Sociais	2.305	2.050	48.930	41.080
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	47.919	20.974
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL	-	-	23.207	8.777
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.488	1.845	197.220	160.903
Imposto Sobre Serviços - ISS	729	716	16.892	15.258
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	373	859	571	1.220
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	473	986	10.750	19.270
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	490	429
Outros	437	624	24.435	55.964
Total	5.805	7.080	1.138.034	946.964
Circulante	5.583	6.965	692.180	546.841
Não Circulante	222	115	445.854	400.123

- (a) ICMS - A controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do “baixa renda”, com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ESS, ETO, EMS, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$284.666 (R\$260.331 em 31 de dezembro de 2018), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7, item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

25. Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos de impostos junto as secretarias estaduais e federais, que incluem os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices próprios de cada Estado.

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
ICMS	60.761	70.113
COFINS/PIS - PRT	1.511	6.575
INSS RETIDO NA FONTE	-	149
Total	62.272	76.837
Circulante	20.124	31.881
Não Circulante	42.148	44.956

Os valores são distribuídos conforme demonstrado abaixo:

	ESS	CERON	ELETROACRE	31/03/2019	31/12/2018
ICMS	59.461	-	1.300	60.761	70.113
COFINS/PIS - PRT	-	1.038	473	1.511	6.575
INSS RETIDO NA FONTE	-	-	-	-	149
Total	59.461	1.038	1.773	62.272	76.837
Circulante	17.313	1.038	1.773	20.124	31.881
Não Circulante	42.148	-	-	42.148	44.956

Notas Explicativas

A Controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo e Paraná no montante R\$59.461 (R\$62.269 em 31 de dezembro de 2018).

A Controlada CERON, possui parcelamento especial de débitos do Programa de Regularização Tributária junto a Receita Federal do Brasil, requerido em maio de 2017 em 24 parcelas mensais. Em 31 de março de 2019 o saldo é de R\$1.038 (R\$4.712 em 31 de dezembro de 2018), restando uma parcela a ser quitada.

A Controlada ELETROACRE, possui:

- Parcelamento especial de débitos junto ao Governo do Estado do Acre relativos a ICMS oriundo do estorno de créditos de ICMS na compra de óleo diesel para produção de energia elétrica no sistema isolado. Em 31 de março de 2019 o saldo é de R\$1.300 (R\$7.844 em 31 de dezembro de 2018) restando uma parcela a ser quitada.

- Parcelamento especial de débitos do Programa de Regularização Tributária junto a Receita Federal do Brasil, requerido em maio de 2017 em 24 parcelas mensais. Em 31 de março de 2019 o saldo é de R\$473 (R\$1.863 em 31 de dezembro de 2018) restando uma parcela a ser quitada.

- Parcelamento ordinário de débitos, referente INSS de autônomos retidos na fonte, junto a Receita Federal do Brasil, foi quitado em 31 de março de 2019, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$149.

Saldos em 31 de março de 2019:

	Valor original	Multa	Juros	Total
ICMS	29.407	4.265	27.089	60.761
COFINS/PIS - PRT	955	146	410	1.511
TOTAL	30.362	4.411	27.499	62.272

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
2019	15.987	31.881
2020	15.835	15.371
2021	14.060	13.648
Após	16.390	15.937
Total	62.272	76.837
Circulante	20.124	31.881
Não Circulante	42.148	44.956

26. Encargos setoriais - consolidado

	31/03/2019	31/12/2018
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	77.085	85.173
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	5.576	4.746
Ministério de Minas e Energia - MME	2.763	2.344
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	20.006	23.930
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D ⁽¹⁾	211.586	197.961
Programa de Eficiência Energética-PEE ⁽¹⁾	251.454	249.940
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.479	1.479
Total	569.949	565.573
Circulante	291.068	292.898
Não-circulante	278.881	272.675

Notas Explicativas

(1) Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

27. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

Controladora	Trabalhistas	31/03/2019	31/12/2018
Saldos iniciais - não circulante -31/12/2018 e 31/12/2017	1.286	1.286	1.493
Constituições de provisões	45	45	133
Reversões de provisões	8	8	(153)
Pagamentos realizados	(8)	(8)	(245)
Atualização monetária	11	11	58
Saldos finais - não circulante -31/03/2019 e 31/12/2018	1.342	1.342	1.286
Depósitos e cauções vinculados (*)		(58)	(57)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$190 (R\$179 em 31 de dezembro 2018). Deste total, R\$132 (R\$122 em 31 de dezembro de 2018) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	31/03/2019	31/12/2018
Saldos iniciais - não circulante -31/12/2018 e 31/12/2017	266.778	666.332	1.335.117	124.898	2.393.125	486.111
Saldo de Combinação de negócios	-	-	-	-	-	1.909.711
Constituições de provisões	23.346	55.556	506	-	79.408	344.228
Reversões de provisões	(12.681)	(29.925)	(3.430)	-	(46.036)	(225.770)
Pagamentos realizados	(9.733)	(13.118)	-	-	(22.851)	(145.586)
Atualização monetária	2.030	3.769	8.907	1.782	16.488	24.431
Saldos finais - não circulante -31/03/2019 e 31/12/2018	269.740	682.614	1.341.100	126.680	2.420.134	2.393.125
Depósitos e cauções vinculados (*)					(72.991)	(75.815)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$515.499 (R\$495.947 em 31 de dezembro de 2018). Deste total, R\$441.728 (R\$442.508 em 31 de dezembro de 2018) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Perdas prováveis - consolidado

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de

Notas Explicativas

perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa Luz no Campo/programa Luz para Todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

- **Fiscais**

Referem-se às discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- **Regulatórias**

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos juntos à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos das naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações:

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31/03/2019	31/12/2018
Saldos iniciais -31/12/2018 e 31/12/2017	210	94.410	57.088	151.708	56.678
Novos processos	15	-	-	15	42.712
Alteração do valor do pedido	-	-	-	-	47.280
Encerramento	(72)	-	-	(72)	(118)
Atualização monetária	1	776	873	1.650	5.156
Saldos finais 31/03/2019 e 31/12/2018	154	95.186	57.961	153.301	151.708

Notas Explicativas

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	31/03/2019	31/12/2018
Saldos iniciais -31/12/2018 e 31/12/2017	257.549	4.223.461	3.247.688	34.507	7.763.205	3.738.959
Saldo de Combinação de negócios	-	-	-	-	-	1.779.243
Novos processos	22.694	30.246	5.802	-	58.742	927.648
Alteração do valor do pedido	(17.519)	373.103	88.080	-	443.664	807.466
Alterações de prognóstico	(2.935)	(3.750)	(3.521)	-	(10.206)	732.761
Encerramento	(10.216)	(45.094)	(132.422)	(14.532)	(202.264)	(439.310)
Atualização monetária	2.036	38.073	47.876	306	88.291	216.438
Saldos finais 31/03/2019 e 31/12/2018	251.609	4.616.039	3.253.503	20.281	8.141.432	7.763.205

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis.

- **Trabalhistas**

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa, bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontram em processo de defesa administrativa.

Principais processos:

Controladora

Em 25 de abril de 2016, a Companhia e sua controlada Energisa Soluções (requeridas) foram comunicadas sobre o requerimento de instauração de arbitragem em curso perante o Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá, formulado pela São João Energética (requerente).

O pedido formulado pelo requerente tem por base a suposta violação do contrato de compra e venda de ações e/ou quotas, assinado em 19 de novembro de 2014, mediante o qual as requeridas pactuaram a venda à requerente de três fundos de investimentos, contratualmente denominados FIP Eólicas, FIP Biomassa e FIP PCH.

Por meio de alienação desses fundos, as requeridas, indiretamente, venderam à requerente as quotas ou ações de determinadas sociedades, pertencentes aos aludidos fundos de investimento.

Atualmente este procedimento encontra-se em fase instrutória. Foi realizada perícia por meio de laudos técnicos apresentados pelos assistentes técnicos das partes. Foi realizada a audiência de instrução do procedimento para oitiva das testemunhas fáticas e técnicas. Atualmente, aguarda-se a produção de prova documental suplementar pelas partes.

Notas Explicativas

Principais processos:

Controladas

. Principais processos:

EPB

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$173.365 (R\$171.952 em 31 de dezembro 2018) relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas.

. Ação 0002664-83.2015.815.0131 com valor envolvido de R\$53.808 (R\$53.369 em 31 de dezembro de 2018), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma.

ESE

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$99.953 (R\$99.138 em 31 de dezembro de 2018) relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais.

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$171.546 (R\$170.148 em 31 de dezembro de 2018), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação 00537238920164013400, no montante de R\$161.899 (R\$160.579 em 31 de dezembro de 2018) relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$63.613 (R\$63.094 em 31 de dezembro 2018), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$306.644 (R\$304.145 em 31 de dezembro de 2018) relacionada ação de cobrança envolvendo indenização pela passagem.

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$298.157 (R\$295.727 em 31 de dezembro de 2018) relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$70.971 (R\$70.392 em 31 dezembro de 2018), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$40.218 (R\$39.891 em 31 de dezembro de 2018), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

Notas Explicativas

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$34.737 (R\$34.453 em 31 de dezembro de 2018), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

ETO

. Processo 2008.34.00.007382-8 com valor envolvido de R\$33.830 (R\$33.555 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões contratuais relacionadas a desapropriação;

ERO

Ação 0038260-55.2015.807.0001 no montante de R\$425.551 (R\$422.673 em 31 dezembro de 2018) relacionada a ação pública impetrada contra todas as concessionárias de energia elétrica do país, referente prevenção e reparação de danos difusos contra consumidores, com pedido de liminar para que as empresas não cobrem nas faturas de energia, as perdas demandadas, mesmo que por rateio, assim como as perdas experimentadas por erro de faturamento ou de medição, furtos e fraudes do período de 2010 a 2014. Pleiteia também a anulação de todas as Resoluções da ANEEL que permitam a cobrança e a inclusão nas faturas de valores cobrados de perdas não-técnicas. A Companhia considerou esse processo como possível pelos motivos seguintes: (i) a autora não possui autorização para propor essa demanda, conforme exigido pelo Supremo Tribunal Federal, após julgamento de recurso repetitivo sobre o tema na forma do art. 543-C do CPC 73. A autora está com o CNPJ cancelado conforme comprovado no processo e (ii) esta ação civil não se trata de cobranças implementadas pela Companhia, mas sim, de critérios adotados pela ANEEL (competência legal) a respeito dos elementos de composição da tarifa de energia elétrica, logo, cabe somente a ANEEL, providências relacionadas ao tema em questão não havendo qualquer ilegalidade na consideração das perdas não técnicas na composição dessas tarifas. Neste contexto, há violação da competência exclusiva da ANEEL. Ressalte-se que, em uma eventual condenação, o valor da ação será repassado integralmente às tarifas.

. Ação de indenização 7040117-63.2016.8.22.0001 no montante de R\$804.589 (R\$803.464 em 31 de dezembro de 2018) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. objetivando a ação de cobrança pelo fornecimento de óleo diesel.

. Ação de indenização 0013664-30.2015.401.4100 no montante de R\$460.149 (R\$457.037 em 31 dezembro de 2018) objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação Civil Pública 0011930-44.2015.401.4100 no montante de R\$50.542 (R\$50.200 em 31 de dezembro de 2018) ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

. Ação Ordinária 0008746-40.2015.822.0001 no montante de R\$49.143 (R\$48.810 em 31 de dezembro de 2018) ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

EAC

. Ação 0038260-55.2015.807.0001 no montante de R\$120.505 (R\$119.523 em 31 de dezembro de 2018) relacionada a ação pública impetrada contra todas as concessionárias de energia elétrica do país, referente prevenção e reparação de danos difusos contra consumidores, com pedido de liminar para que as empresas não cobrem nas faturas de energia, as perdas demandadas, mesmo que por rateio, assim como as perdas experimentadas por erro de faturamento ou de medição, furtos e fraudes do período de 2010 a 2014. Pleiteia também a anulação de todas as Resoluções da ANEEL que permitam a cobrança e a inclusão nas faturas de valores cobrados de perdas não-técnicas. A Companhia considerou esse processo como possível pelos motivos seguintes: (i) a autora não possui autorização para propor essa demanda, conforme exigido pelo Supremo Tribunal Federal, após julgamento de recurso repetitivo sobre o tema na forma do art. 543-C do CPC 73. A autora está com o CNPJ cancelado conforme comprovado no processo e (ii) esta ação civil não se trata de cobranças implementadas pela Companhia, mas sim, de critérios adotados pela ANEEL (competência legal) a respeito dos elementos de composição da tarifa de energia elétrica, logo, cabe somente a ANEEL, providências relacionadas ao tema em questão não havendo qualquer ilegalidade na consideração das perdas não técnicas na composição dessas tarifas. Neste contexto, há violação da

Notas Explicativas

competência exclusiva da ANEEL. Ressalte-se que, em uma eventual condenação, o valor da ação será repassado integralmente às tarifas.

Rede Energia

. Ação civil pública 00313063920124013900 com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Público Federal, no montante envolvido de R\$216.201 (R\$214.439 em 31 de dezembro de 2018), por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.731, de 30/12/2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no período de 29/02/2012 a 07/08/2015, processo que no 2TRI sofreu alteração no valor envolvido, tendo ocorrido uma redução, haja vista necessidade de adequação ao risco envolvido conforme parecer do consultor jurídico.

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$34.035 (R\$33.758 em 31 de dezembro de 2018), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial, o processo que no período sofreu alteração no valor envolvido, tendo ocorrido uma redução, haja vista necessidade de adequação ao risco envolvido conforme parecer do consultor jurídico.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iv) diferencial de alíquota; e (v) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (vi) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, (viii) crédito de ICMS, (ix) escrituração de documento fiscal, (x) multa não escrituração CIAP, (xi) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda.

Principais processos:

Controladora

. Auto de infração 18471.000772.2008-26, objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE, no montante envolvido de R\$57.961 (R\$57.088 em 31 de dezembro de 2018).

Controladas:

EMG

. Processo 0087729-97.2016.8.13.0153 com valor envolvido de R\$35.806 (R\$35.268 em 31 de dezembro de 2018), onde se discute: (i) recolhimento do ICMS em razão do encerramento do diferimento do pagamento do imposto, haja vista que parte da energia elétrica adquirida no mercado interno ocorreu ao abrigo do diferimento e foi objeto de saídas isentas ou não tributadas, contrariando as normas tributárias vigentes; e (ii) emissão de notas fiscais para fins de recolhimento do imposto diferido, conforme estabelecido no artigo 15, 1º, inciso I da Parte Geral do RICMS/2002 e no Artigo 49-A do Anexo IX do RICMS/2002. O aumento observado no exercício, está fundamentado em reavaliação do risco financeiro envolvido no processo, conforme análise dos assessores jurídicos.

ETO

. Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$170.848 (R\$168.278 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

. Processo 5008221-35.2011.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$79.878 (R\$78.677 em 31 de dezembro de 2018);

. Auto de Infração 2014/003353 com valor envolvido de R\$895 (R\$41.962 em 31 de dezembro de 2018) relacionado a discussões sobre registro de notas fiscais de entrada de energia e transmissão no período 2010 a 2014. No 1º trimestre de 2019 ocorreu redução no valor do pedido levando em consideração acordo que julgou parcialmente procedente o recurso interposto pela empresa, a quantia de R\$891.

EPB

. Auto de infração 10467.720529/2011-81, com montante envolvido de R\$107.409 (R\$105.792 em 31 de dezembro de 2018), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Autos de Infrações números: (I) 93300008.09.00000271/2017.59 no montante de R\$128.634 (R\$126.698 em 31 de dezembro de 2018) - referente ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015 e (II) Auto de Infração 93300008.09.70/2016-70 com valor envolvido de R\$41.917 (R\$41.286 em 31 de dezembro de 2018) - referente ao período de janeiro a dezembro de 2011. Todos lavrados pela Receita Estadual em virtude de glosa de ICMS, sob o argumento de que as aquisições de mercadorias objeto do creditamento no livro CIAP (controle de crédito do ativo permanente), não poderiam ser consideradas como ativo fixo, por não serem de propriedade da impugnante, mas sim do poder concedente (União Federal). A alegação do Estado é que o registro das operações no Ativo Imobilizado somente era possível até o ano de 2009. A partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir a escrituração das novas aquisições no Ativo Intangível.

ESE

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R\$183.805 (R\$179.795 em 31 de dezembro de 2018), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

EMS

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$49.436 (R\$48.692 em 31 de dezembro de 2018), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Processos 5044000/2015, 1189910010000012009-19, 5069184/2013, 167410016000122008-11, 5028005/2011, envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia ("ICMS Demanda") no montante de R\$606.496 (R\$597.373 em 31 de dezembro de 2018), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, por conta de impedimento judicial (decisões judiciais suspendendo a exação, obtidas por consumidores). Após a cessação dos efeitos das referidas decisões, a Companhia vem mantendo discussões com a SEFAZ/MT, no sentido de construir uma solução para a arrecadação deste tributo, por meio da participação da Companhia, na condição de mero agente arrecadador. As discussões culminaram na abertura da possibilidade de adesão direta pelos consumidores, ao programa de parcelamento vigente do Estado (Refis MT - Leis Estadual n° 10.433/2016 e Decreto n° 780/2016).

. Destaca-se também os processos 1000985-84.2016.811.0041, 1189910010000092010-19, 122752000142016115, 1035343/630/96/2014, 5205023/2012 e 5095376/2016, referentes à tomada de

Notas Explicativas

crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$224.525 (R\$221.146 em 31 de dezembro 2018), dentre os quais vale destacar: (i) execução fiscal 1000985-84.2016.811.0041 no valor de R\$73.700 (R\$72.592 em 31 de dezembro 2018); em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar nº 87/96, a Lei Estadual nº 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI nº 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União e (ii) auto de infração 011178550.20128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação - teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012, no valor de R\$77.468 (R\$76.303 em 31 de dezembro 2018).

. Auto de infração (administrativo 0408/2018) 14094.720008/2018-36, no montante de R\$71.069 (R\$70.000 em 31 de dezembro 2018) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$122.001 (R\$120.166 em 31 de dezembro de 2018), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09 com a respectiva perda dos benefícios concedidos. Foi apresentada garantia ao débito fiscal.

ERO

. Auto de Infração 2016-2700100711 (CDA20160600058378) com valor envolvido de R\$132.269 (R\$130.916 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões relacionadas a Apropriação indébita de créditos fiscais de aquisição de óleo.

. Auto de Infração 2009.31.00100061 (CDA Nº 20090600042124) com valor envolvido de R\$99.450 (R\$98.433 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões relacionadas a estorno do crédito do óleo diesel - 2008.

. Auto de Infração 2009.31.00100058 (CDA Nº 20180200007119) com valor envolvido de R\$92.683 (R\$91.735 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões relacionadas a estorno do crédito do óleo diesel - 2005.

Auto de Infração 20162700100692 (CDA Nº 20161700242462) com valor envolvido de R\$91.835 (R\$90.896 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões relacionadas a falta de Escrituração no Livro de Ent. Fiscal Dig. EFD/SPED os doc. fiscais relacionados - 2011.

EAC

. Ação 46.743/2018 proposta e plano montante de R\$110.227 (R\$108.569 em 31 de dezembro de 2018), onde se discute questões relacionadas a ICMS - Glosa de créditos - Obrigação Acessória.

Regulatório

Processos de contingências regulatórias junta à ANEEL decorrem principalmente de penalidade aplicada em razão da operação de aquisição de créditos fiscais realizadas entre as distribuidoras e a QMRA para fruição do benefício do Refis da Copa e Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL.

Notas Explicativas

28. Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	31/03/2019	31/12/2018
Saldo inicial -31/12/2018 e 31/12/2017	39.494	96.917
Juros	502	4.318
Amortização	(14.858)	(61.741)
Saldo Final -31/03/2019 e 31/12/2018	25.138	39.494
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	9.640	15.176
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	15.498	24.318
Circulante	25.138	39.494

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT e ETO conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros SELIC incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais.

29. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS, EAC e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica da controlada EMT, em áreas rurais no Mato Grosso, foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Descrição	31/03/2019	31/12/2018
Saldo em 31/12/2018 e 31/12/2017	260.145	209.970
Saldo inicial da combinação de Negócios	-	160.401
Adição no período/exercício	8.090	23.833
Atualização monetária e juros	19.509	24.075
Pagamentos/Baixas	(21.474)	(158.134)
Saldo em 31/03/2019 e 31/12/2018	266.270	260.145
Circulante	104.980	93.708
Não circulante	161.290	166.437

Notas Explicativas

30. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Participações Empregados	11.739	11.739	79.495	78.240
Salários a pagar	2.180	1.733	18.488	96.337
Banco Daycoval Rede Energia RJ	50.693	50.693	50.693	50.693
Outros Benefícios a empregados	2.702	2.488	25.775	22.943
Provisão fundo de pensão (HSBC)	2.000	2.000	4.000	4.000
Prêmio de seguros	53	103	6.594	10.387
Adiantamentos de clientes	4.223	4.223	176.479	114.102
Retenção de caução contratual empreiteiras	314	329	31.429	30.136
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	3.210	810
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	1.503	1.289
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.649	18.650
Reembolso Eletrobrás - aquisição de combinação de negócios	163.604	163.604	163.604	163.604
Ressarcimento EPB - Salto Paraíso (*)	-	-	42.482	43.229
Compromisso assumido de capitalização ERO e EAC (**)	-	-	-	63.099
Outras contas a pagar	1.715	3.423	123.908	95.028
Total	239.223	240.335	758.510	804.748
Circulante	234.406	235.573	581.659	580.805
Não Circulante	4.817	4.762	176.851	223.943

(*) Refere-se a incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD").

(**) Compromisso da controladora em subscrever as sobras das ações dos empregados e aposentados.

31. Patrimônio líquido

31.1 Capital Social

O capital social é de R\$3.363.685 (R\$3.363.685 em 31 de dezembro de 2018), representando 1.814.561.910 (1.814.561.910 em 31 de dezembro de 2018) ações nominativas, sendo 755.993.938 (755.822.033 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias e 1.058.567.972 (1.058.739.877 em 31 de dezembro de 2018) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 262.457.473 (262.325.118 em 31 de dezembro de 2018).

Em 19 de março de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$54.437. Esse montante corresponde a R\$0,03 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,15 por certificado de depósito de ações (Unit). Os pagamentos foram efetuados no dia 10 de abril de 2019 com base na posição acionária de 22 de março de 2019, respeitadas as negociações na B3 até esta data.

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$90.282 em 31 de dezembro de 2018, relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

Notas Explicativas

31.2 Reserva de Capital

	31/03/2019	31/12/2018
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios	300.151	252.205
Custo de captação - Aumento de capital	(65.724)	(65.724)
Incentivos fiscais de reinvestimentos ⁽¹⁾	4.991	4.991
Investimento PUT ⁽³⁾	82.268	-
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽²⁾	1.942	1.408
Saldos em 31/03/2019 e 31/12/2018	325.477	194.729

- (1) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - benefícios destinados as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene e SUDAM, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido até 2018 e 50% a partir de 2019, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

- (2) Implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 14).
- (3) Refere-se a diferença da opção de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas CERON e Eletroacre, correspondente a 191.679.293 ações CERON e 14.374.919.056 ações Eletroacre, reconhecidas no exigível a longo prazo, Outros passivos- Instrumentos financeiros derivativos R\$690 em contrapartida ao valor patrimonial das ações contabilizadas no ativo não circulante, Investimentos - Outras participações societárias R\$82.958.

Transações entre sócios	31/03/2019	31/12/2018
Saldo inicial -31/12/2018 e 31/12/2017	252.205	(80.683)
Transações entre sócios - reflexo (1)	(6.362)	(59.069)
Ganho apurado com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas (2)	54.308	391.957
Saldo final -31/03/2019 e 31/12/2018	300.151	252.205

- (1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 35.
- (2) O montante de R\$54.308 (R\$391.957 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a ganho apurado com novas aquisições de participações em controladas diretas e indiretas, contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido.

31.3 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

Em 22 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta lucro líquido no valor de R\$235.893. Esse montante corresponde a R\$0,13 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,65 por certificado de depósito de ações (Unit), pagos a partir de 11 de março de 2019.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

31.4 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

Notas Explicativas

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			31/03/2019	31/12/2018
EPB	SUDENE	197/2012	17.412	48.675
ESE	SUDENE	205/2012	6.905	11.250
EBO	SUDENE	206/2012	(2.025)	5.841
EMT	SUDAM	114/2014	21.945	65.205
ETO	SUDAM	113/2014	5.991	15.963
Total			50.228	146.934

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

32. Receita operacional

32.1 Receita operacional bruta - controladora

	31/03/2019	31/03/2018
Receita operacional		
Serviços especializados (*)	53.206	39.799
Deduções a receita operacional		
PIS	879	657
COFINS	4.043	3.025
ISS	1.249	982
Receita operacional líquida	47.035	35.135

(*) Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

Notas Explicativas

32.2 Receita operacional- consolidada

	31/03/2019			31/03/2018		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	6.274.445	3.392.352	2.510.336	5.484.691	2.778.895	1.769.670
Industrial	43.172	614.053	399.934	43.082	552.234	326.228
Comercial	533.397	1.639.489	1.216.817	466.169	1.378.627	897.520
Rural	777.599	804.403	420.628	609.737	667.974	304.330
Poder público	71.717	416.659	283.966	62.128	322.368	196.198
Iluminação pública	6.748	423.051	160.986	6.719	373.729	123.329
Serviço público	8.010	285.328	143.027	7.789	256.961	111.398
Consumo próprio	1.480	10.919	-	1.453	8.991	-
Subtotal	7.716.568	7.586.254	5.135.694	6.681.768	6.339.779	3.728.673
Suprimento de energia a concessionárias	2	495.546	615.364	2	436.282	253.715
Fornecimento não Faturado líquido		43.366	48.391	-	10.575	81.860
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	823	-	309.490	676	-	233.211
Energia comercializada com clientes livres	-	1.080.306	208.528	-	1.135.474	228.298
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	428.470	-	-	236.184
Serviços especializados	-	-	16.374	-	-	9.432
Penalidades Regulatórias	-	-	(36.577)	-	-	(10.474)
Outras receitas operacionais	-	-	54.567	-	-	31.009
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	71.249	-	-	132.716
Ativo de contrato - Remuneração	-	-	8.494	-	-	-
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(609)	-	-	-
(-) Excedentes de Reativo	-	-	(2.146)	-	-	-
Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	(33.224)	-	-	231.515
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	311.595	-	-	254.285
Total - receita operacional bruta	7.717.393	9.205.472	7.135.660	6.682.446	7.922.110	5.410.424
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	1.198.914	-	-	889.955
PIS	-	-	114.768	-	-	82.027
COFINS	-	-	528.569	-	-	386.967
CPRB	-	-	1.426	-	-	1.308
ISS	-	-	4.090	-	-	3.205
Deduções Bandeiras Tarifárias (3)	-	-	12.671	-	-	891
Programa de Eficiência Energética - PEE -	-	-	20.804	-	-	15.583
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	464.285	-	-	338.694
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	20.455	-	-	15.583
Taxa de Fiscaliz dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	5.593	-	-	4.156
Total - deduções da receita operacional	-	-	2.371.575	-	-	1.738.369
Total - receita operacional líquida	7.717.393	9.205.472	4.764.085	6.682.446	7.922.110	3.672.055

- (1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura, exceto no caso das Transmissoras Pará I e Goiás I, difere do valor do custo de construção no montante de R\$27.385 referente ao PIS/COFINS. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição e transmissão de energia elétrica.
- (2) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado no período de 31 de março de 2019 de acordo com o OCPC 08.
- (3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

Notas Explicativas

A ANEEL através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, alterado pelo Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 que estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias para período findo em 31 de março de 2019, foram de R\$752 (R\$26.203 em 31 de março de 2018), tendo repassados a CCRBT o montante de R\$12.671 (R\$891 em 31 de março de 2018). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias no período findo em 31 de março de 2019 foi de R\$11.919 (R\$25.312 em 31 de março de 2018).

Para os meses de janeiro de 2019 e janeiro e fevereiro de 2018 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	31/03/2019	31/03/2018
Janeiro	Nº 629 de 01 de março de 2019 (Nº 516 de 06 de março de 2018)	727	(4.604)
Fevereiro	A ser homologado em abril de 2019 (Nº 728 de 02 de abril de 2018)	-	2.447
Março	A ser homologado em maio de 2019/2018	(13.398)	1.266
Total		(12.671)	(891)

33. Energia Elétrica comprada para revenda:

	Consolidado			
	MWH (1)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Energia de Itaipú - Binacional	816.643	801.582	208.126	170.573
Energia de leilão	4.542.937	3.267.375	1.068.523	681.653
Energia bilateral e outros suprimentos	1.853.505	1.020.608	736.237	747.434
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 (2)	279.054	231.629	57.718	64.964
Energia de curto prazo - CCEE	148.110	823.709	481.206	239.941
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	2.033.043	1.895.176	217.291	174.520
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	166.591	145.140	73.977	55.052
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(238.525)	(187.073)
Total	9.839.883	8.185.219	2.604.553	1.947.064

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

(2) Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

34. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Controladora	
			31/03/2019	31/12/2018
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	96	96
Auto-Frota	23/10/2019	Até 360/ veiculo	27	27
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2019	1.130.142	263	224
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2019	50.000	2	2
Total			388	349

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			31/03/2019	31/12/2018
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	5.749	5.749
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2020	90.000	3.898	3.898
Auto Frota	23/10/2019	Até 1.110/ veiculo	1.627	1.608
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2020	10.000	133	133
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2019	1.129	2	2
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2019	123.860	135	132
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/12/2019	124.827	2.067	1.946
Transporte Nacional	04/04/2020	Até 2.000/ transporte	168	136
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2019	50.000	292	431
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2020	289/drone	25	26
Total			14.096	14.061

(*) Importância Segurada relativa ao mês de dezembro/18 e prêmio anualizado.

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período de R\$71.249 (R\$132.716 em 31 de março de 2018), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	31/03/2019		31/12/2018	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		24.327	24.327	313.687	313.687
Clientes		32.860	32.860	34.842	34.842
Títulos e créditos a receber		187	187	222	222
Créditos com partes relacionadas		192.632	192.632	186.396	186.396
		250.006	250.006	535.147	535.147
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.516.028	1.516.028	2.431.702	2.431.702
Instrumentos financeiros derivativos	2	31.112	31.112	29.256	29.256
		1.547.140	1.547.140	2.460.958	2.460.958
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		1.011	1.011	3.227	3.227
Débitos com partes relacionadas		5.934	5.934	68.926	68.926
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		3.880.821	3.818.813	3.847.634	3.787.691
		3.887.766	3.825.758	3.919.787	3.859.844
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	543.033	543.033	424.386	424.386

Consolidado					
	Nível	31/03/2019		31/12/2018	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		692.077	692.077	706.738	706.738
Clientes, consumidores e concessionárias		4.540.873	4.540.873	3.990.180	3.990.180
Títulos de créditos a receber		28.909	28.909	35.137	35.137
Ativos financeiros setoriais		2.722.566	2.722.566	2.827.814	2.827.814
		7.984.425	7.984.425	7.559.869	7.559.869
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.889.300	1.889.300	3.643.972	3.643.972
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	5.485.002	5.485.002	5.515.275	5.515.275
Concessão de serviço público ativo de contrato		393.631	393.631	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2	556.940	556.940	567.689	567.689
		8.324.874	8.324.874	9.726.936	9.726.936
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		2.081.869	2.081.869	1.728.614	1.728.614
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		15.178.947	15.097.372	15.787.898	15.736.911
Passivos financeiros setoriais		1.147.683	1.147.683	1.238.430	1.238.430
Parcelamento de tributos		62.272	62.272	76.837	76.837
Taxas regulamentares (*)		102.223	102.223	124.667	124.667
		18.572.994	18.491.419	18.956.446	18.905.459
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	648.764	648.764	515.333	515.333
Instrumento financeiro - MTM (**)	2	-	-	604.352	604.352
		648.764	648.764	1.119.685	1.119.685

Notas Explicativas

(*) Inclui saldo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE no montante de R\$77.085 e (R\$85.173 em dezembro de 2018), divulgada na nota explicativa 25).

(**) A controlada EEVP e a BNDESPAR assinaram contrato assegurando à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer, em face da controlada, a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S/A, de propriedade da BNDESPAR. A opção de venda de até a totalidade das ações poderá ser exercida pela BNDESPAR, dentro do prazo de 60 dias a contar de 03/01/2019. Em 08 de março de 2019, foi exercida a PUT pela BNDESPAR, tendo a controlada indireta EEVP efetuado o pagamento no valor de R\$614.296. A quantidade de ações da Put é de 67.642.986 que passaram a ser detidas pela controlada.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 estão identificadas a seguir:

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 31 de março de 2019 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$22.218 (R\$6.258 em 31 de março de 2018) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no primeiro trimestre de 2019 para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 31 de março de 2019, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Notas Explicativas

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$62.809 (R\$18.547 em 31 de março de 2018) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício são:

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Dívida (a)	15.178.947	15.787.898
Caixa e equivalentes de caixa	(692.077)	(706.738)
Dívida líquida	14.486.870	15.081.160
Patrimônio líquido (b)	5.632.411	5.388.141
Índice de endividamento líquido	2,57	2,80

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo

Notas Explicativas

possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		744	-	-	-	267	1.011
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	10,20%	709.053	134.799	2.750.704	1.106.682	-	4.701.238
Instrumentos Financeiros Derivativos		(4.858)	3.554	(28.371)	-	-	(29.675)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	-	690	540.906	-	541.596
Total		704.939	138.353	2.723.023	1.647.588	267	5.214.170

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.927.997	75.101	-	-	78.771	2.081.869
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	8,04%	1.824.821	635.315	8.210.558	5.858.501	4.368.359	20.897.554
Instrumentos Financeiros Derivativos		(406)	45.899	(179.924)	(122.674)	(206.499)	(463.604)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	-	690	540.906	13.832	555.428
Total		3.752.412	756.315	8.031.324	6.276.733	4.254.463	23.071.247

(*) Inclui R\$690 de compromisso de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas CERON e Eletroacre.

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos

Notas Explicativas

decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	24.327	313.687	692.077	706.738
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6	1.516.028	2.431.702	1.889.300	3.643.972
Clientes, consumidores e concessionárias	7	32.860	34.842	4.540.873	3.990.180
Títulos de créditos a receber	8	187	222	28.909	35.137
Ativos financeiros setoriais líquido	12	-	-	1.574.883	1.589.384
Ativo financeiro indenizável da concessão	16	-	-	5.485.002	5.515.275
Concessão de serviço público ativo de contrato	16	-	-	393.631	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	31.112	29.256	556.940	567.689

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2019 com alta de 0,57% sobre 31 de dezembro de 2018, cotado a R\$3,8967 /USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2019 foi de 20,83 %, enquanto em 31 de dezembro de 2018 era de 14,34%.

A taxa de câmbio do euro encerrou o período findo em 31 de março de 2019 com queda de 0,68% sobre 31 de dezembro de 2018, cotado a R\$ 4,44 /EUR.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2019, de R\$15.234.580 (R\$15.844.927 em 31 de dezembro de 2018), R\$3.450.163 (R\$3.489.732 em 31 de dezembro de 2018) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em dezembro de 2023) e custo máximo de 4,5883% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial da controladora e consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativo circulante	2.741	2.286	45.654	49.171
Ativo não circulante	28.371	26.970	511.286	518.518
Total do ativo	31.112	29.256	556.940	567.689
Passivo circulante	(1.437)	(1.480)	(91.147)	(691.352)
Passivo não circulante	(541.596)	(422.906)	(557.617)	(428.333)
Total do passivo	(543.033)	(424.386)	(648.764)	(1.119.685)

Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. No período, a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido redução de (R\$43.873 em 31 de dezembro de 2018) referente a sua participação nos efeitos refletidos no patrimônio das suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - Itaú BBA	120.000	VC + 4,75%	CDI+1,28%	24/05/2021	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - Citibank	7.438	(Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	5.700	(Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	61.805	(Libor + 0,73%) x 117,65%	CDI + 1,43%	19/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	34.321	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,48%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	8.798	(Libor + 0,72%) x 117,65%	CDI + 1,35%	26/04/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.100	(LIBOR + 0,82%) x 117,65%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - JP Morgan	3.612	(LIBOR + 1,30%) x 117,65%	CDI + 0,85%	13/09/2021	Fair Value Option
EPB					
Resolução 4131 - Citibank	6.907	(Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	1.450	(Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	21.374	(Libor + 2,25%) x 117,65%	CDI + 1,99%	20/09/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.000	(Libor + 2,25%) x 117,65%	116,75% CDI	21/05/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.480	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	18.541	(Libor + 0,73%) x 117,65%	CDI + 1,43%	19/01/2021	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 - Citibank	4.782	(Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	8.600	(Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	8.993	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.595	Libor + 0,72%) x 117,65%	CDI + 1,35%	17/05/2021	Fair Value Option
ENF					
Resolução 4131 - Citibank	8.250	(Libor + 1,62%) x 117,65%	CDI + 1,50%	28/09/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	4.539	(Libor + 0,65%) x 117,65%	CDI + 1,32%	29/03/2021	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.235	(Libor + 1,60%) x 117,65%	CDI + 1,70%	15/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.615	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,43%	15/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	31.785	(LIBOR + 0,82%) x 117,65%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option

Notas Explicativas

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - BBM	18.861	VC + 4,52%	CDI + 0,65%	21/10/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - JPM	26.709	(LIBOR + 1,05%) x 117,647%	CDI + 1,33%	12/11/2021	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.115	(LIBOR + 0,82%) x 117,65%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.032	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,47%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	51.778	VC + 5,12%	CDI + 1,28%	01/06/2021	Fair Value Option
EBO					
Resolução 4131 - Citibank	6.135	(Libor + 0,97%) x 117,65%	116,00% CDI	13/11/2020	Fair Value Option
ESOL					
Resolução 4131 - BBM	5.249	VC + 3,95%	CDI + 0,43%	01/03/2021	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Santander	10.459	VC + 5,53%	CDI + 1,35%	22/06/2020	Fair Value Option
ENERGISA SUL SULDESTE					
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	29.740	(Libor + 1,10%) x 117,65%	CDI + 1,35%	09/04/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	15.928	(LIBOR + 1,27%) x 117,647%	CDI + 1,25%	03/07/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	19.704	(LIBOR + 1,20%) x 117,647%	CDI + 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option
ELETROACRE					
Resolução 4131 - Bank of America ML	79.186	EURO + 1,65%	CDI + 1,65%	13/12/2023	Fair Value Option

(*) Estas operações possuíam, originalmente, uma opção de compra com limitador atrelado ao swap. Estas operações foram revertidas, minimizando assim a exposição à variação do câmbio.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Controladora					
Santander X ESA	135.215	IPCA + 6,15%	IPCA + 5,85% + (TJLP-5,50%)	15/07/2019	Não Aplicável
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú x EMT	385.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMG	50.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x EPB	135.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x ESE	65.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Santander X ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25%	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander X ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15%	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander X ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50%	15/12/2025	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de março de 2019.

- Controladora

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2019	31/12/2018		31/03/2019	31/12/2018
			Posição Ativa		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	212.229	206.485
Swap de Juros	135.715	135.715	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(213.666)	(207.965)
			Posição Total Swap	(1.437)	(1.480)

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2019	31/12/2018		31/03/2019	31/12/2018
Dívida (Objeto de Hedge) *	436.800	436.800	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(479.066)	(469.177)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	479.066	469.177
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	436.800	436.800	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(447.954)	(439.921)
			Posição Líquida Swap	31.112	29.256
			Posição Líquida Dívida + Swap	(447.954)	(439.921)

Notas Explicativas

• Consolidado

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2019	31/12/2018		31/03/2019	31/12/2018
Dívida (Objeto de Hedge) *	1.955.429	1.955.429	Taxa Pré-Fixada	(2.188.018)	(2.178.669)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	1.955.429	1.955.429	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	2.186.941	2.177.606
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(2.061.756)	(2.055.369)
			Posição Líquida Swap	125.185	122.237
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.062.833)	(2.056.432)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2019	31/12/2018		31/03/2019	31/12/2018
Dívida designada para "Fair Value Option"	3.069.286	3.049.286	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(3.437.995)	(3.392.648)
Swap Cambial (Derivativo)	3.049.286	3.049.286	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	3.437.995	3.392.648
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(3.114.419)	(3.072.596)
			Posição Líquida Swap	323.576	320.052
			Posição Líquida Dívida + Swap	(3.114.419)	(3.072.596)

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 31 de março de 2019.

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2019	31/12/2018		31/03/2019	31/12/2018
Dívida (Objeto de Hedge) *	60.000	75.785	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(75.188)	(96.269)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	60.000	75.785	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	75.188	96.269
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(60.345)	(76.299)
			Posição Líquida Swap	14.843	19.970
			Posição Líquida Dívida + Swap	(60.345)	(76.299)

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de março de 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de

Notas Explicativas

câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2019, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(3.129.286)		(2.820.919)	(3.622.123)	(4.423.327)
Variação Dívida	-		308.367	(492.837)	(1.294.041)
Swap Cambial		Alta USD			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	3.513.183		3.204.816	4.006.020	4.807.224
Variação - USD e LIBOR	-	Alta USD	(308.367)	492.837	1.294.041
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(3.174.764)		(3.174.764)	(3.174.764)	(3.174.764)
Subtotal	338.419		30.052	831.256	1.632.460
Total Líquido	(2.790.867)		(2.790.867)	(2.790.867)	(2.790.867)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2019, o que é refletido no valor presente negativo de R\$2.790.867, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$2.790.867, em ambos os casos.

Notas Explicativas

Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2019, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(2.091.144)		(2.091.144)	(2.091.144)	(2.091.144)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	1.974.712		1.974.712	1.974.712	1.974.712
Posição Passiva		Alta CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(1.848.090)		(1.848.090)	(2.012.337)	(2.175.621)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(164.247)	(327.531)
Subtotal	126.622		126.622	(37.625)	(200.909)
Total Líquido	(1.964.522)		(1.964.522)	(2.128.769)	(2.292.053)

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	135.715		135.715	135.715	135.715
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	212.229		212.229	212.229	212.229
Posição Passiva		Alta TJLP			
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(213.666)		(213.666)	(214.370)	(215.066)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(704)	(1.400)
Subtotal	(1.437)		(1.437)	(2.141)	(2.837)
Total Líquido	134.278		134.278	133.574	132.878

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(2.091.144)		(2.091.144)	(2.091.144)	(2.091.144)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	1.974.712		1.974.712	1.974.712	1.974.712
Posição Passiva		Alta CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(1.848.090)		(1.848.090)	(2.253.964)	(2.175.620)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(405.874)	(327.530)
Subtotal	126.622		126.622	(279.252)	(200.908)
Total Líquido	(1.964.522)		(1.964.522)	(2.370.396)	(2.292.052)

Notas Explicativas

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2019 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 1,51%, TJLP = 1,72% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2.427.509	Alta CDI	157.788	197.235	236.682
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(3.174.764)	Alta CDI	(206.360)	(257.950)	(309.540)
	(6.348.859)	Alta CDI	(412.676)	(515.845)	(619.014)
	(6.641)	Alta TJLP	(467)	(584)	(701)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.373.423)	Alta IPCA	(50.939)	(63.674)	(76.409)
	(632.317)	Alta SELIC	(41.101)	(51.376)	(61.652)
	(644.549)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(14.180.553)		(711.543)	(889.429)	(1.067.316)
Total -perdas (2)	(11.753.044)	-	(553.755)	(692.194)	(830.634)

(1) Considera o CDI de 31 de março de 2020 (6,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2019, TJLP 7,03% ao ano, Selic 6,50% ao ano, TR 0,0% ao ano e IPCA 1,51% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$1.054.027.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

36. Benefícios pós-emprego

Plano de pensão:

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo de 31 de março de 2019, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$738 (R\$212 em 31 de março de 2018) na controladora e R\$15.069 (R\$15.235 em 31 de março de 2018), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período no consolidado.

Prêmio e gratificação de Aposentadoria:

A Companhia e as controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, ETO, ESE e ECOM em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia entre 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado entre (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2019, a despesa de manutenção do plano foi de R\$359 (R\$305 em 31 de março de 2018) na controladora e R\$974 (R\$1.089 em 31 de março de 2018) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado.

Plano de saúde:

As controladas participam também do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio.

Em 31 de março de 2019, as despesas com esse benefício foram de R\$1.066 (R\$704 em 31 de março de 2018) na controladora e R\$22.881 (R\$19.033 em 31 de março de 2018) no consolidado.

37. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2019 a 2029	622.584	457.721	186.514	51.706	26.096

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de curto e longo prazo com a compra de energia:

	Vigência	Contrato de compra de energia- reais mil (*)				
		2019	2020	2021	2022	Após 2022
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2019 a 2029	57.844	78.684	80.844	83.123	647.162
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	181.962	251.770	248.374	246.343	5.299.183
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	553.047	671.743	657.650	563.248	12.609.891
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	423.178	502.360	469.235	423.762	9.134.060
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	81.324	102.783	101.388	88.229	1.579.677
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	1.018.770	1.664.641	1.712.195	1.526.853	25.627.551
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	384.037	402.669	417.715	394.351	7.710.983
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2019 a 2053	622.235	777.510	784.499	736.445	15.539.708
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	390.133	469.305	481.282	508.238	9.006.623
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2019 a 2029	624.463	453.683	192.114	49.668	22.835
Centrais Elétricas de Rondônia S/A	2019 a 2053	619.216	614.882	556.403	492.531	16.662.827
Companhia de Eletricidade do Acre	2019 a 2053	172.184	249.513	276.057	284.647	5.393.488
		5.128.393	6.239.543	5.977.756	5.397.438	109.233.988

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do período de 31 de março de 2019 e foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas

38. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2019 e 31 dezembro de 2018, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	31/03/2019	31/12/2018
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	122.678	650.907
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	79.743	295.119
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores	102.997	174.055
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	8.090	23.383
Outras contas a receber - Governo do Estado de Tocantins	3.945	25.353
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	102.997	174.055
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	(8.090)	23.383
Dividendos compensados Governo do Estado de Tocantins	3.945	25.353
Outros investimentos alienados para pagamento de empréstimos	33.333	-
Atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos com alienação de outros investimentos	(33.333)	-
Combinação de negócios		
Caixa e equivalente de caixa	-	26.714
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	42.074
Clientes, consumidores e concessionárias	-	748.814
Estoques	-	18.070
Tributos a recuperar	-	96.145
Ativos financeiros setoriais	-	1.291.805
Depósitos e cauções vinculados	-	225.794
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	22.138
Outros créditos	-	266.336
Imobilizado, intangível e ativo contratual	-	7.522.868
Fornecedores	-	2.060.966
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	1.566.390
Impostos de renda e contribuição social diferido	-	2.026.128
Passivos financeiros setoriais	-	194.978
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-	1.909.711
Outros passivos	-	1.000.163
Participação de acionistas não controladores	-	169.165

39. Eventos subsequentes

- Reajuste tarifário**

Em 02 de abril de 2019 a ANEEL, através da Resolução Homologatória Nº 2.527 e Nota Técnica nº 50/2019-SGT/ANEEL, homologou o reajuste tarifário, em vigor a partir de 08 de abril de 2019 da controlada indireta EMT. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 11,29%.

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da EMT
Baixa Tensão	11,21%
Alta e Média Tensão	11,49%
Total	11,29%

Em 02 de abril de 2019 a ANEEL, através da Resolução Homologatória Nº 2.525 e Nota Técnica nº 47/2019-SGT/ANEEL, homologou reajuste tarifário, em vigor a partir de 08 de abril de 2019 da controlada indireta EMS. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 12,39%.

Notas Explicativas

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da EMS
Baixa Tensão	12,48%
Alta e Média Tensão	12,16%
Total	12,39%

Em 22 de abril de 2019, a ANEEL através da Resolução Homologatória N° 2.531 e Nota Técnica N° 61/2019-SGT/ANEEL, homologou o reajuste tarifário, em vigor a partir de 22 de abril de 2019 da controlada direta ESE. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 2,80%.

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da ESE
Baixa Tensão	3,33%
Alta e Média Tensão	1,85%
Total	2,80%

- Bandeiras tarifárias**

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde para os mês de abril e Bandeira Amarela para o mês de maio de 2019, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

- Empréstimos Contratados e Emissão de Nota Promissória - Controladas**

Em 03 de abril de 2019, a controlada indireta EMT efetuou a 2ª emissão de Notas Promissórias em moeda corrente, no montante de R\$280.000, com vencimento em março de 2022 e remuneração do CDI + 0,80% ao ano.

Em 05 de Abril de 2019 a controlada direta EMG captou junto ao BBM Bank Limited, R\$60.000 em moeda estrangeira com vencimento em 09/04/2021, com remuneração de 2,77% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 0,76% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.

Em 07 de Maio de 2019 a controlada indireta EMS captou junto ao Bank of América Merrill Linch, R\$50.000 em moeda estrangeira com vencimento em 09/05/2022, com remuneração de 1,1645% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 0,95% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.

- Emissão de Debêntures**

Controladora:

Em 03 de maio de 2019 a Companhia emitiu, 11ª emissão de debêntures em moeda corrente no valor total de R\$500.000 sendo a remuneração de IPCA mais 4,6249% ao ano, vencimento em 15/04/2026. A Companhia realizou swap para taxa de 104% do CDI.

Controladas:

Em 06 de Maio de 2019 a controlada direta Eletroacre emitiu debêntures em moeda corrente no valor total de R\$175.000 sendo a remuneração de IPCA mais 4,6249% ao ano, vencimento em 15/04/2026. A Companhia realizou swap para taxa de 104% do CDI, retirando-se o risco da variação do IPCA.

Em 06 de Maio de 2019 a controlada direta Ceron emitiu debêntures em moeda corrente no valor total de R\$325.000 sendo a remuneração de IPCA mais 4,6249% ao ano, vencimento em 15/04/2026. A Companhia realizou swap para taxa de 104% do CDI, retirando-se o risco da variação do IPCA.

Notas Explicativas

- **Subscrição de capital - Ceron e Eletroacre**

Em 30 de abril de 2019, encerrou-se o prazo previsto no Acordo de Acionistas das Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (“Ceron”) assinado entre a Companhia e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás em 30 de outubro de 2018 (“Acordo de Acionistas”), celebrado nos termos do Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND, para o exercício da opção de aumentar a participação da Eletrobrás no capital social da CERON em até 30% (trinta por cento), sem que a Eletrobrás tenha exercido a referida opção nos termos do Acordo de Acionistas.

- **Aquisição do controle da Alsol Energias Renováveis**

Em 03 de maio de 2019, a Companhia adquiriu 87% do capital social total da Alsol Energias Renováveis S.A. (“Alsol”). O preço de aquisição a ser pago pela Companhia foi de R\$11.745, sujeitos a ajustes de preço normalmente procedidos em operações desta natureza, e outros mecanismos específicos a serem apurados e pagos nos termos do Contrato. Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Alsol era de R\$11.230.

A participação da Energisa, o exercício dos seus respectivos direitos de voto e as limitações à transferência de ações de emissão da Alsol estarão sujeitos aos termos e condições de um acordo de acionistas a ser celebrado entre a Companhia e os Vendedores, na data do fechamento da operação.

Condições precedentes:

O fechamento da Operação está sujeito a verificação do cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais para transações dessa natureza, tais como a aprovação pelo Conselho de Administrativo de Defesa Econômica - CADE, dentre outras. A operação não se enquadra nas disposições do artigo 256 da Lei nº 6.404/76, razão pela qual não depende da deliberação da assembleia geral de acionistas.

A divulgação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos nas informações trimestrais de 31 de março de 2019 não foi possível ser estimada de forma preliminar, uma vez que a Companhia contratou uma avaliação independente destes montantes; entretanto, essa avaliação não havia sido concluída quando da aprovação das demonstrações financeiras pela administração.

Informações financeiras em 31 de dezembro de 2018	Saldos
Caixa e equivalente de caixa	2.979
Contas a receber	20.864
Estoques	3.998
Impostos a recuperar	3.393
Adiantamento a fornecedores	5.169
Imobilizado e intangível	5.803
Outros ativos	501
Fornecedores	14.589
Empréstimos e financiamentos	3.187
Partes relacionadas	8.539
Tributos e Contribuições sociais	1.597
Outros passivos	3.565

- **Distribuição Dividendos - Controladas**

O Conselho de Administração da controlada indireta ETO, em reunião realizada em 08 de maio de 2019, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 31 de março de 2019, no montante de R\$30.851, equivalentes a R\$47,3461544 por ação do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 09 de maio de 2019.

Notas Explicativas

- **Aumento de Capital Social - Controlada ETE**

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado aumento de capital social da controlada ETE no montante de R\$134, mediante a emissão de 134 novas ações ordinárias sem valor nominal de emissão da companhia, pelo preço de R\$1,00 por ação, passando o capital social da Companhia de R\$31.993 para R\$32.127.

As ações foram integralmente subscritas e integralizadas pela Companhia mediante a capitalização do saldo do adiantamento para Futuro Aumento de Capital -AFAC da Energisa S/A, registrados até 31 de dezembro de 2018.

- **Licença de Instalação - Controlada EPA II**

Em 06 de maio de 2019 a controlada Energisa Pará Transmissora II S/A., obteve da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará a Licença de Instalação (“LI”), para construção do empreendimento do lote 19 do Leilão de Transmissão nº 2/2018, realizado em junho de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do Auditor Independente sobre Revisão de Informações Trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa S.A.

Cataguases – MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - (R1) Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Energisa S.A. ("Companhia"), realizada em 8 de maio de 2019.

1. Data, Hora e Local: Aos 08 dias do mês de maio de 2019, às 10h00, na Av. Pasteur, n.º 110, 5º andar, Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

2. Convocação e Presença: Convocados regularmente todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia, encontram-se presentes os conselheiros abaixo assinados, verificando-se a composição de quorum suficiente para a instalação da presente reunião do Conselho Fiscal. Presente também o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Maurício Perez Botelho.

3. Mesa: Presidente: Sr. Paulo Henrique Laranjeiras da Silva

Secretário: Sr. João Paulo Paes de Barros

4. Deliberações: Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:

4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Conselho Fiscal em forma de sumário.

4.2. Consignar que os membros do Conselho Fiscal da Companhia examinaram as demonstrações trimestrais referente ao primeiro trimestre do exercício social de 2019, conforme apresentação realizada pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, que prestou todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais.

5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Mesa:

João Paulo Paes de Barros

Presidente

Paulo Henrique Laranjeiras da Silva

Secretário

Conselheiros Fiscais:

Paulo Henrique Laranjeiras da Silva

Flavio Stamm

Vania Andrade de Souza

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 9 de maio de 2019.

Ricardo Perez Botelho

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 9 de maio de 2019.

Ricardo Perez Botelho

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas